

DINÂMICAS ESPACIAIS LATINO-AMERICANAS



SÉRIE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS

(ORGANIZADORES)

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

FFLCH-USP - 2020

ISBN 978-65-87621-13-5
DOI: 10.11606/9786587621135

JÚLIO CÉSAR SUZUKI
RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO
AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS
(ORGANIZADORES)

DINÂMICAS ESPACIAIS LATINO-AMERICANAS

FFLCH-USP
2020

[SÉRIE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES]

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof^a Dr^a Maria Armanda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Comitê editorial

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a Dr^a Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes (UFT)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a Dr^a Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. Gevson Silva Andrade (UPE)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a Dr^a. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

D583 Dinâmicas Espaciais Latino-Americanas americana [recurso eletrônico] /

Organizadores: Júlio César Suzuki, Rita de Cássia Marques Lima de Castro, Amalia Inés Geraiges de Lemos. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

2.674 Kb ; PDF. (Diálogos interdisciplinares)

ISBN 978-65-87621-13-5

DOI: 10.11606/9786587621135

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Tráfico humano. 3. Imigrantes. 4. Reforma agrária – Uruguai. 5. Educação ambiental. 6. Dependência econômica (Brasil – Argentina). I. Suzuki, Júlio César, II. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de. III. Lemos, Amalia Inés Geraiges de.

CDD 980

Capa: Recorte geográfico - Caracas (2015) – Foto de autoria de Rita Lima de Castro

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

NOVOS OLHARES A PARTIR DA PESQUISA AÇÃO DO CONTEXTO NEOCOLONIAL DO TRÁFICO DE PESSOAS EM FOZ DO IGUAÇU... 11

ANNA PAULA CARDOSO DE PAULA PATRUNI

ELAINE CRISTINA FRANCISCO VOLPATO

CAPÍTULO 2

A MÍDIA E OS MIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL ENTRE 2010 A 2017 40

FÁTIMA REGINA CIVIDINI

VALDIR GREGORY

ELAINE CRISTINA FRANCISCO VOLPATO

CAPÍTULO 3

O PARADIGMA PRODUTIVO QUE ENGOLIU O PIONEIRISMO DA REFORMA AGRÁRIA URUGUAIA EM PROL DO DIREITO INALIENÁVEL DA PROPRIEDADE INDIVIDUAL..... 74

PAULO SÉRGIO DE CASTRO

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

CAPÍTULO 4

TRANSFERÊNCIA DE VALOR E DEPENDÊNCIA 95

LILIAN PEREIRA

JULIO MANUEL PIRES

CAPÍTULO 5

**EDUCACIÓN AMBIENTAL. GUÍA PARA INTERPRETACIÓN DE
INFORMACIÓN DE CONTAMINANTES CRITERIO EN LA DIVISIÓN
DE INGENIERÍAS UNIVERSIDAD DE GUANAJUATO, MÉXICO.....132**

AMANDA ENRIQUETA VIOLANTE GAVIRA

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o livro *Dinâmicas Espaciais Latino-Americanas*, que inaugura a interlocução entre os programas de Pós-Graduação Interdisciplinares: Programa de Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), Programa de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em Foz do Iguaçu no Estado do Paraná e Programa de Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

O resultado deste *e-book* fortalece os programas interdisciplinares, pois as experiências de pesquisas aqui relatadas são fruto de práticas empíricas e teóricas que tematizam as fronteiras não disciplinares, e ainda evidenciam a crítica que deve ser feita às ciências sociais e humanidades sobre o fazer ciência que vem sendo adensada desde a década de 1970. Dessa forma, promove novas abordagens de pesquisas em que os diálogos entre áreas de conhecimento diversas são bem-vindos e ampliam o escopo das pesquisas. Essa concepção de formação prevê que este pesquisador e esta pesquisadora não são intelectuais técnicos, mas orgânicos, humanos, sociais e políticos. Isso nos permite relativizar tanto os limites disciplinares quanto as oposições entre os saberes, sejam eles científicos ou não (COELI e MORAES, 2016).

Eclode, assim, na ciência, o que se pode denominar de uma maturação qualitativa, como expressa a autora Beatriz Sarlo (2014, s/p.)¹ “*La llegada del milenio invita a hacer un balance*”. A autora elabora seu pensamento em torno da ideia de que a universidade precisa ser aberta ao

¹ SARLO, Beatriz. *Tiempo presente: Notas sobre el cambio de una cultura*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014 (*e-book*).

povo, como um novo cenário que contribui para a política nacional. As pesquisas aqui apresentadas têm como marco axiológico a interdisciplinaridade, no sentido de que, não sendo utilitaristas, contribuam para promoção de alteridades.

Este livro, tecido a muitas mãos, compila pesquisas que constituem ensinamentos teórico-metodológicos para compreender o presente. Michel de Certeau discorre sobre os atributos dos pesquisadores (as) que é localizar de que lugares falam os autores(as) e quais as condições de produção que os levam a refletir tais conjunturas. Logo, com a perspectiva de pensar o tempo presente sem deixar de olhar o passado, como um espaço de experiências em relação ao futuro, nosso horizonte de expectativas, apresentamos os textos que compõem essa obra.

O primeiro capítulo, de autoria de Anna Paula Cardoso de Paula Patruni e Elaine Cristina Francisco Volpato, intitulado *Novos olhares a partir da pesquisa ação do contexto neocolonial do tráfico de pessoas em Foz do Iguaçu*, traz um panorama das ações que foram propostas na região de Foz do Iguaçu para o combate ao tráfico de pessoas. Com sua pesquisa-ação, as autoras demonstram a pequena visibilidade e a falta de efetividade das ações que ocorrem há quase duas décadas, em relação ao tema nesta região de Tríplice Fronteira. Demonstram, ainda, a importância de ressignificar o conteúdo social, visando a uma produção de conhecimento que fosse de utilidade para a comunidade local e à ampliação da conscientização acerca do tema, trazendo para a discussão novos atores, tanto no âmbito público quanto no privado, que possam agir para combater o tráfico de pessoas em Foz do Iguaçu.

O segundo capítulo, *A mídia e os migrantes haitianos no Brasil entre 2010 a 2017*, elaborado por Fátima Regina Cividini, Valdir Gregory e Elaine Cristina Francisco Volpato, traz o foco sobre como a imagem do imigrante haitiano no Brasil é apresentada pelos canais midiáticos. Com

base nas notícias publicadas em jornais *on line*, de 2011 a 2017, os pesquisadores destacam que houve uma redução da atratividade do Brasil para o povo haitiano, por questões como o desemprego gerado pela crise econômica e a política cambial desfavorável. Também constata-se que as notícias têm um caráter de duração muito fugaz, bem como não retratam quem é a pessoa que chega ao País, limitando-se ao aspecto econômico da vinda e dando ênfase somente a esse ponto. Essas observações relembram a pesquisadora e jornalista Cremilda Medina, que nos oferece um profundo pensar sobre o fazer jornalístico e sobre a importância do ‘estar afeto a’ encontrar o outro, o sujeito da reportagem, e deixá-lo ser esse sujeito. De fato, como Cividini, Gregory e Volpato ressaltam, é preciso haver uma discussão mais densa sobre o tema.

No terceiro capítulo desta série, intitulado *O paradigma produtivo que engoliu o pioneirismo da reforma agrária uruguaia em prol do direito inalienável da propriedade individual*, os autores Paulo Sérgio de Castro e Rita de Cássia Marques Lima de Castro apresentam uma análise acerca da evolução da reforma agrária no Uruguai, país pioneiro na região em termos de proposta legal para uma reforma de terras, e constata-se que esse pioneirismo, embora merecedor de destaque, não trouxe resultados que levassem a reforma agrária uruguaia a um ‘vir a ser’ de fato. Este trabalho enseja uma reflexão sobre a política de terras na América Latina, com ênfase em aspectos multifacetados, que vão muito além do meramente econômico. A política de terras na região tem se mostrado um elemento de pesquisa desafiador, com diversas possibilidades de abordagem, várias delas presentes neste *e-book*, com recortes sociais e culturais, como o texto do pesquisador Wladimir Mejía Ayala, e neste trabalho.

No quarto capítulo desta série, intitulado *Transferência de valor e dependência*, os autores Lilian Pereira e Júlio Manuel Pires propõem uma discussão acerca da Teoria Marxista da Dependência, com foco na

transferência de valor dos países dependentes para os países centrais. Em uma leitura atualizada da teoria e com uma base robusta de dados e gráficos, os autores demonstram que Argentina e Brasil apresentam, na transferência de valor para os países centrais, um comportamento similar aos dos países que têm menor renda. Ademais, por transferirem mais valor para países centrais que têm faixa de renda similar, Argentina e Brasil tornam-se mais vulneráveis, em termos econômicos, nesse processo de transferência de valor. Um ponto que destacamos está na constatação dos autores de que Argentina e Brasil investem menos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do que a média de países que apresentam renda média superior a eles, o que nos relembra importantes estudos sobre a necessidade de estabelecer, localmente, processos robustos de P&D, para que os países tenham mais condições de autonomia e real crescimento e desenvolvimento. É oportuno lembrar que, quanto menor o desenvolvimento tecnológico, maior será a desvantagem em termos de troca no comércio realizado entre os países. Fica, então, o convite para a reflexão que vai mais além da análise da movimentação geográfica e econômica dos produtos entre países.

O quinto capítulo da série, de Amanda Enriqueta Violante Gavira, intitulado *Educação ambiental. Guia para a interpretação de informações sobre poluentes de critérios na Divisão de Engenharia da Universidade de Guanajuato, México*, traz, como o título indica, a proposição de um guia como ferramenta didático-científica para que os programas de educação ambiental alcancem seus objetivos. O guia, cumpre ressaltar, pode ser expandido a outros programas, além dos estudados pela autora, contribuindo para que a educação do século XXI traga um aprendizado significativo, com impacto positivo acerca da conscientização para com o desenvolvimento sustentável, atenção à preservação do meio ambiente e da saúde, o que exige o conhecimento e o uso de informações sobre

fenômenos, como a poluição do ar, os quais afetam o desenvolvimento dos locais geográficos onde as pessoas habitam e circulam.

Assim, este *e-book* sobre *Dinâmicas espaciais latino-americanas*, da série *Diálogos Interdisciplinares*, nos permite meditar sobre essas ricas vertentes que trazem reflexões sobre os desafios e as possibilidades de desenvolvimento para a região latino-americana, por meio da apresentação de produções de pesquisa que associam o enfoque teórico a uma vertente mais caleidoscópica, envolvendo aspectos humanos, políticos, sociais e culturais.

Registramos nosso profundo agradecimento aos colegas de pesquisa que nos permitiram editar essa coletânea e esperamos que você se junte a nós para ampliar o escopo de pesquisadores sobre a instigante América Latina, que nos brinda com tanta riqueza de investigação e nos incita a seguir adiante, em que pesem os desafios que circundam o trabalho de investigação no âmbito interdisciplinar.

Júlio César Suzuki²

Rita de Cássia Marques Lima de Castro³

Amalia Inés Geraiges de Lemos⁴

(organizadores)

² Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), onde atua, também, como coordenador. É pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Contato: jcsuzuki@usp.br

³ Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora (Programa PART) na FEA-USP da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos centros de pesquisa lotados na FEA-USP. Contatos: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

⁴ Graduada em Geografia - Universidad de Cuyo Mendoza, mestrado e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora convidada da Universidade de Barcelona, coordenadora de projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, coordenadora do convênio de Cartografia Histórica (Universidade de Lyon - França), professora titular da Universidade de São Paulo e professora convidada da Universidade Complutense de Madrid. Contato: amain@usp.br

NOVOS OLHARES A PARTIR DA PESQUISA AÇÃO DO CONTEXTO NEOCOLONIAL DO TRÁFICO DE PESSOAS EM FOZ DO IGUAÇU

Anna Paula Cardoso de Paula Patruni ⁵

Elaine Cristina Francisco Volpato ⁶

INTRODUÇÃO

O presente capítulo sintetiza a escolha metodológica da dissertação: “O tráfico de pessoas no contexto da exploração econômica neocolonial: dilemas, ações e solidariedade na região da tríplice fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai)”, defendida no primeiro semestre de 2018, junto ao Programa de Pós-graduação em Sociedade Cultura e Fronteira, da UNIOESTE em Foz do Iguaçu-PR. Tal a relevância da escolha que se considerou da maior importância produzir neste texto a opção epistemológica da metodologia daquela pesquisa, em especial da utilização da pesquisa ação⁷ em tema afeto ao Direito e à análise social empreendida.

⁵ Pesquisadora e professora, mestre em Sociedade, Cultura e Fronteira, especialista em Direito. E-mail: annapaulapatruni@gmail.com

⁶ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Sociedade, Cultura e Fronteira, especialista em Direito. Pesquisadora e professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste em Foz do Iguaçu-PR. Docente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Culturas e Fronteiras – Nível Mestrado e Doutorado. E-mail: elacrisfr@hotmail.com

⁷ Conforme Thiollent entre as diversas definições possíveis: “A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. (THIOLLENT, 1986, p. 14)

Assim, desdobra-se breve reflexão sobre os objetivos da pesquisa e da extrema utilidade dos métodos e ferramentas, utilizadas no processo de construção do conhecimento. Inerente à construção do conhecimento se quer dar pleno acesso aos “caminhos do processo científico” (DEMO, 1995, p.11) percorrido para apreensão do real, viabilizando uma reflexão sobre a totalidade do fenômeno em seu tempo e espaço escolhido.

A opção metodológica foi decisiva para o desenvolvimento e o levantamento de dados das ações já existentes sobre o tema através da pesquisa-ação, com sua significativa transformação. Para Thiollent (1986), toda pesquisa-ação é necessariamente participativa, e o envolvimento e a inserção do pesquisador em busca da transformação das práticas já existentes em Foz do Iguaçu para o combate ao tráfico de pessoas, se mostrou absolutamente necessária.

Em Foz do Iguaçu, tem-se a presença ativa da Cáritas Diocesana⁸ na articulação e organização de eventos na busca de soluções e de caminhos para a integração e a proteção da fronteira, que, em conjunto com a Rede Integral de Proteção à Criança e ao Adolescente (REDE PROTEGER)⁹, buscam a integração e o

⁸ A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais e uma sede nacional. Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas, aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local, solidário e sustentável caminham juntas. Disponível em: <[http:// caritas.org.br/quem-somos-e-historico](http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico)>. Acesso em: 24 jun. 2017.

⁹ A REDE PROTEGER é composta por aproximadamente 40 instituições filiadas do Terceiro Teto que atuam dentro dos eixos de proteção e de garantia integral dos direitos de crianças e de adolescentes na região. O objetivo da REDE PROTEGER é integrar e fortalecer serviços e

fortalecimento da fronteira, para diversos fins, inclusive o combate ao tráfico de pessoas, como analisaremos mais à frente.

Após a organização do pré-projeto e do cronograma de pesquisa, ao iniciar a coleta de dados e de impressões sobre o tema, com o objetivo de identificar as ações propostas na região de Foz do Iguaçu para o combate ao tráfico de pessoas e entender o motivo da pequena visibilidade e da falta de efetividade das ações que aqui ocorrem há quase duas décadas, iniciou-se a investigação através da pesquisa-ação no sentido de estabelecer uma relação entre o conhecimento e as ações já existentes.

2 OBJETO DE ESTUDO E DE INTERVENÇÃO DA PESQUISA

Em Foz do Iguaçu a Cáritas Diocesana, em união com a Rede Proteger, ao longo dos anos organizou e participou de uma série de eventos com objetivos distintos, mas objetos conexos ao tráfico de pessoas, como o combate à exploração sexual infantil, a exploração laboral de crianças e de adolescentes, a violência contra a mulher etc.

Cáritas Foz e Rede Proteger somam um grande número de entidades e de pessoas em prol desse enfrentamento. A primeira possui, dentro de sua congregação, muitos voluntários disponíveis, além de sua aptidão e missão natural em propagar o bem e a defesa dos direitos humanos, trabalham de forma voluntária e totalmente

programas de proteção integral às crianças e aos adolescentes da região da Tríplice Fronteira, propondo estratégias para o fortalecimento das instituições e suas ações, apoiando estratégias e acordos que visam à melhoria do acesso da população às ações e aos serviços de atenção integral às crianças e aos adolescentes e fomentando o aperfeiçoamento das políticas públicas que contemplam a Atenção Integral à criança e ao adolescente e ao seu meio social. Disponível em: <<http://www.redeproteger.com.br/#!/quemsomos>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

empírica. Ou seja, organizam seus eventos e reuniões com pessoas disponíveis, não contando para tanto, com pessoal especializado. A Rede, por sua vez, conta com aproximadamente 40 instituições filiadas, entre elas ITAIPU, Furnas, Provopar etc. em busca de dignidade e de efetividade de direitos.

Somam-se, a esses agentes, diversos entes públicos que atuam no limite de sua competência em busca da erradicação desse crime, como o Ministério Público (Estadual, Federal e do Trabalho), a Defensoria Pública, Forças de Segurança — como as Polícias e a Guarda Municipal —, Secretarias Municipais, Ministério do Trabalho, Conselhos Tutelares, etc., e o apoio de organismos internacionais, como a UNODC, a ONU, a OIT, a ACNUR, etc. Porém sempre de forma esporádica e atendendo demandas, não de forma contínua e agendada.

Importante salientar que nas reuniões ocorridas durante o período dessa pesquisa, a dificuldade em sensibilizar os integrantes para a necessidade avaliação dos estudos anteriores para a continuidade dos objetivos propostos foi um dos principais pontos de destaque, pois o imediatismo e as expectativas acabam sempre recaindo no próximo evento, ou na próxima ação.

Assim como as deficiências apresentadas em questões ligadas a gestão, planejamento estratégicos e desenvolvimento de políticas públicas, também costumavam ficar em segundo plano, gerando a ausência de objetivos à curto, médio e longo prazo, o que reitera e

demonstra uma organização baseada em conhecimentos pessoais e empíricos e não em habilidades especializadas ou desenvolvidas.

Qualquer que seja a natureza jurídica de uma organização ou seu objeto de trabalho é desejável que ela evolua através do tempo, passando de uma formação tímida e artesanal, para um desenvolvimento de características científicas e modernas, no sentido de complexidade e de avanço, atualizando sua forma de atuação com princípios e teorias desenvolvidos pela administração.

Aproveita-se dessa forma a interdisciplinaridade para uma organização eficiente, em que a profissionalização e a qualidade técnica seriam a solução para a estagnação ou ineficiência, como se argumentará mais adiante. Outra forma de potencializar o aumento de conhecimento dos pesquisadores e o nível de consciência das pessoas e dos grupos que participarem do processo, contribuindo para a discussão e para o avanço do debate acerca das questões abordadas, é por meio da pesquisa-ação como metodologia de trabalho (BALDISSERA, 2001, p. 6).

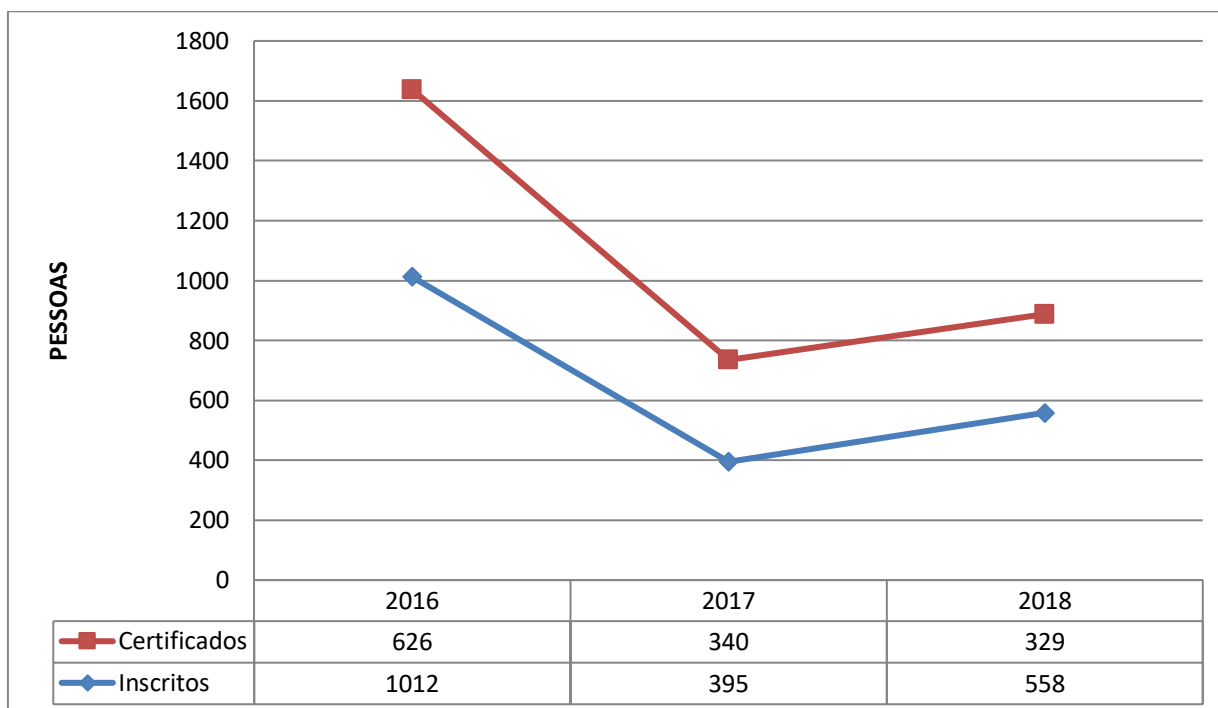
Em 2016 a pesquisadora pode participar ativamente da organização e execução do III Seminário Internacional da Tríplice Fronteira, o primeiro realizado nas dependências da Universidade Estadual do Oeste do Paraná em Foz do Iguaçu-PR, organizado com o objetivo de construção de um fórum permanente a nível regional do fórum permanente Fronteiras Integradas Coração Azul (FICA).

Figura 1 - Foto: Abertura do Seminário 2016 (UNIOESTE, Foz do Iguaçu)

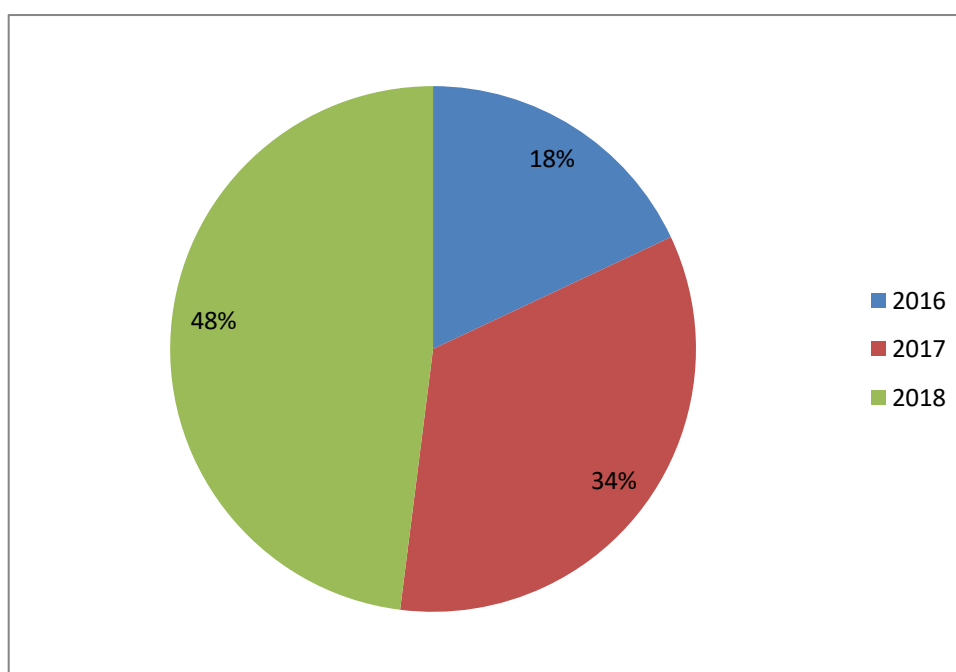


Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/5195294/>

A participação das pesquisadoras no projeto pode ser sintetizada nos dois gráficos que seguem: o primeiro informa a quantidade de participantes nos Seminários e o segundo, sintetiza o crescimento da produção científica sobre a temática, no evento.

Gráfico 1: Participação social no evento (2016/2018)

Fonte: Sistema de Eventos da UNIOESTE

Gráfico 2: Pesquisas publicadas durante os eventos (2016/2018)

Fonte: Elaboração própria, Sistema de Eventos da UNIOESTE

Entre 2016 a 2018 as pesquisadoras puderam participar junto a Rede Proteger e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras - IDESF para criar o mencionado fórum permanente, para dar continuidade nos trabalhos já desenvolvidos, numa perspectiva de atuação integral e única. De modo, a superar os antigos projetos individuais e fragmentados. Na fase atual visualiza-se a necessidade de ampliar os debates para além das fronteiras acadêmicas e da propagação de ações governamentais, que promovam a sensibilização/visibilidade do tema e o desenvolvimento de um estatuto para a organização de ações futuras.

As muitas ações isoladamente realizadas precisavam encontrar caminhos de organização que permitissem o acesso às informações de forma solidária e compartilhada, mesmo que de difícil aceitação, pois se percebe uma resistência mascarada.

As práticas empíricas dificultam a continuidade dos trabalhos, gerando resistência entre os próprios integrantes, o que talvez possa explicar-se por estes serem sabedores das dificuldades já enfrentadas. Como exemplo, podemos relatar a dificuldade encontrada entre os agentes na produção do estatuto desde o seminário anual de 2017, também realizado na Unioeste Foz.

Algumas reuniões ocorreram, novos agentes foram incorporados, mas as ações não foram postas em prática. Dentro da pesquisa-ação, diríamos que a fase da programação-ação, que é efetivamente o momento da ação, de fato não ocorre, pois, a organização local ainda

não alcançou essa fase de desenvolvimento (BALDISSERA, 2001, p. 20).

A sociedade civil em Foz do Iguaçu já produziu uma grande quantidade de eventos e de movimentos, porém há sinais de que o alcance de suas ações somente vá atingir os patamares desejáveis mediante uma ação efetiva do Estado, em nível federal, estadual e municipal¹⁰. A sociedade local e da tríplice fronteira espera atitudes que representem a satisfação das suas necessidades de justiça.

Tabela n. 1 – Linha do tempo das atividades desenvolvidas em Foz do Iguaçu

Data	Atividade	Parceiros
2001	<p>Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, financiado pela OIT, com as seguintes metas:</p> <ol style="list-style-type: none"> Estudo comparado da legislação dos países sobre proteção infanto-juvenil; Determinação do perfil das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual; Mapeamento das organizações existentes que poderiam ter suas atuações potencializadas com o projeto. <p>Resultados atingidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Apoio dos poderes públicos constituído nos três países; Criação de Comitês locais ligados ao Comitê Tri-nacional, com o envolvimento de várias organizações; Campanhas publicitárias para o 	Puerto Iguazu, Foz do Iguaçu e Ciudad Del Leste

¹⁰ A Teoria da Burocracia, de Max Weber, é uma teoria clássica da administração. Ela se baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos (fins), para que se obtenha o máximo de eficiência em termos de cientificidade. Nessa teoria, o conceito de burocracia é exatamente o oposto do que se concebe hoje. Para ele burocracia é a organização eficiente, gerando padronização, previsibilidade, profissionalização, especialização e competência técnica, bem como continuidade (VASCONCELOS, 2010, p. 3).

	Turismo, Educação e Segurança, com texto bilíngue; d. Realização da PESTRAVIC – Pesquisa sobre Tráfico, cuja coleta de dados, no Paraná ainda é referência importante.	
2004	Crianças e adolescentes na tríplice fronteira	UNICEF (financiadora) e Itaipu Binacional (financiadora)
2005 até 2007	Programa de Assistência a Crianças e Adolescentes vítimas de Tráfico para fins de exploração sexual	Partners of The América (financiadora)
2007	Programa de Assistência Integral as vítimas de Tráfico de Pessoas na Tríplice Fronteira, com casas de apoio: a. Programa Luz da Infância, de Puerto Iguazu; b. Casa de Apoio Esperança em Cristo, de Foz do Iguaçu; c. CEAPRA, de Ciudad Del Este.	OIM (financiadora)
2008	Programa Ação Contra o Tráfico	Partners of the America
2010 até 2013	PAIR/MERCOSUL – Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração sexual no Mercosul	Brasil Argentina Paraguai
2013	Oficina Mulheres e Homens pela paz e contra o tráfico de mulheres e a violência sexual	Não identificado
2014	I Seminário Internacional da Tríplice Fronteira sobre tráfico de pessoas	Cáritas Diocesana Casa do Migrante
2015	II Seminário Internacional da Tríplice Fronteira sobre o tráfico de pessoas	Cáritas Diocesana Casa do Migrante AMOP Rede Proteger
2016	III Seminário Internacional da Tríplice Fronteira sobre o tráfico de pessoas	Cáritas Diocesana Casa do Migrante AMOP Rede Proteger UNIOESTE UNIAMÉRICA
2017	IV Seminário Internacional da Tríplice Fronteira sobre o tráfico de pessoas	Cáritas Diocesana Casa do Migrante AMOP Rede Proteger UNIOESTE UNIAMÉRICA GGIM GGIFRON
2018	V Seminário Internacional da Tríplice Fronteira sobre o tráfico de Pessoas	Cáritas Diocesana Casa do Migrante

		Prefeitura Municipal de Foz AMOP Rede Proteger UNIOESTE UNILA GGIM GGIFRON OAB IDESF
2018	Lançamento do livro: “Vidas desperdiçadas”	Cáritas Diocesana FURNAS UNIOESTE IDESF

Fonte: elaboração própria, com adaptação dos dados apresentados pelo Texto Base do III Seminário Internacional da Tríplice Fronteira sobre tráfico de pessoas (2016)

Na quarta reunião ordinária de rede proteger¹¹, em maio último, discutiu-se, em seu terceiro item, a aprovação de um plano municipal de combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes, ressaltando um interesse comum entre a rede proteger e o legislativo municipal no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Em seguida, porém, a assistente social Suely Ruiz da Cáritas explicou que, desde 2001 (ou seja, há 16 anos) foram realizados diversos trabalhos de enfrentamento, que, apesar de contar com recursos e de grande mobilização atingindo ações trinacionais e resultarem na criação de planos municipais de combate, em campanhas de mobilização com diversas instituições como Cáritas, Rede Proteger, Projeto Novo Ninho, Furnas, Itaipu, Ministério Público, Seminário Internacional do Tráfico de Pessoas, UNIOESTE, as mesmas não ocorreram de forma satisfatória.

¹¹ Ata da Quarta Reunião Ordinária da Rede Proteger, 2017.

Durante a pesquisa ação, as pesquisadoras se depararam com atitudes e políticas públicas que não se estabeleciam de modo estável. A falta de continuidade dos trabalhos e a inexistência de comprometimento a médio e longo prazo, entre os parceiros diretos, acabavam por sobrecarregar a Cáritas Diocesana¹².

O protagonismo democrático do povo, a partir da atuação da Cáritas, cujas considerações dirigem toda comunidade política, acabou por tornar visível a falta de preparo adequado dos entes políticos (institucionalizados) envolvidos. O Estado, no nível municipal estadual e federal, não demonstrava (antes de 2016) um comprometimento real e aberto com a causa.

O fato é que com a pesquisa-ação empreendida, tendo por consideração o bem comum, o interesse público e os compromissos de aprimoramento interno da Democracia brasileira como instituição (Dussel, 2009), conseguiu sensibilizar a esfera política nos três níveis estatais, tanto que em 2017, palestrou no evento o Diretor do Departamento de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça, Dr. Jorge da Silva.

Além da cúpula do governo federal, o evento de 2016, contando com a participação das pesquisadoras e o desenvolvimento das atividades de planejadas, contou com a palestra do Ministro de la Secretaría Nacional de la Niñez y la Adolescencia, do Paraguai, do advogado Dr. Ricardo Gonzales Boergne. E, da presença da Dra.

¹² A metodologia de monitoramento de forma multidisciplinar, proposta pelo FICA, pode estabelecer de modo mais estável metas e em atividade no médio e longo prazo. Possibilitando uma melhor base avaliativa e um bom gerenciamento. Para auxiliar o controle e a responsabilização dos criminosos envolvidos.

Agda Marin, Especialista Regional Senior em Assistência a Migrantes – OIM.

3 A PESQUISA EM 2018: RESULTADOS ESPERADOS

No mês de abril de 2018, realizou-se a primeira Audiência Pública, na Câmara de Vereadores, em Foz do Iguaçu, para dar visibilidade ao tema. Nela se manifesta o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Justiça, na Audiência Pública 18 de abril de 2018, admitindo que exista tráfico e que a região da Tríplice Fronteira em Foz, segundo os dados revelados, corresponde a 40% dos casos registrados no Paraná. Nas conclusões dos debates que envolveram diversos setores a ideia é aprofundar as discussões para elaboração de projeto de lei das políticas públicas¹³.

Figura 2 - Foto: Audiência Pública em Foz do Iguaçu



Fonte: Elson Marques / Freelancer / Foto: Divulgação

¹³ Disponível em: <https://gdia.com.br/audiencia-expoe-urgencia-de-politicas-publicas-contra-o-traffic-de-pessoas/22969/>, Acesso em outubro de 2018.

É exatamente isso que se percebe do Estado, quando, apesar de criar leis e planos nacionais comprometendo-se com o enfrentamento do tráfico de pessoas, mantém as suas pesquisas e ações restritas a alguns polos, com isso não alcançando entre outras regiões, a tríplice fronteira de Foz do Iguaçu, não atingindo os objetivos por ele assumidos, pois ele deveria “mandar obedecendo” (obedecendo a suas próprias regras conforme o interesse de proteção da dignidade do seu povo).

Em 2018, a pesquisa de mestrado foi defendida com sucesso, tendo sido publicada no formato de livro no evento de julho, no V Seminário Internacional. Neste evento, além do aumento dos parceiros, o engajamento direto do estado, nos mais diferentes níveis deu prova concreta dos resultados buscados pelas pesquisadoras, que contou com 330 participantes diretos.

Figura 3 - Foto: Auditório do Hotel Recanto Park - 2018



Fonte: IDESF14, 2018

¹⁴ Disponível em: <http://www.idesf.org.br/2018/07/30/v-seminario-internacional-da-triplice-fronteira-sobre-trafico-de-pessoas/>, acesso em outubro de 2018.

Figura 4 - Foto: Pe. Maurício Camatti, Presidente da Cáritas, Cerimônia de Abertura



Fonte: IDESF, 2018

Figura 5 - Foto: Lançamento do livro: “Vidas Exploradas”



Fonte: IDESF, 2018

Seguindo essa diretriz filosófica, o protagonismo democrático é do povo e suas considerações se dirigem para toda a comunidade política, pois entende que o político não é exclusivamente um componente da ordem social, mas, sim todos em conjunto. A política – ações, instituições e princípios – passa a ser o espaço próprio do campo político.

De fato, cada atividade prática (familiar, econômica ou mesmo esportiva) possui seu respectivo campo restrito, campo no qual se cumprem atividades e se constituem sistemas e saberes que culminam por organizar instituições próprias para cada segmento. A somatória desses campos que se cruzam na realidade humana é capaz de formar o campo de atuação política, campo no qual a participação democrática necessita instaurar-se.

De igual sorte, o político enquanto sujeito que está presente em tais campos, podendo situar-se simultaneamente em diversas funções e maneiras, é a força capaz de perpassar todo campo político, de modo a comportar-se a não cometer enganos práticos, mantendo o equilíbrio dos sistemas em sua condição de membro e de participante político.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Minayo (2001) a construção da ciência como única forma de construção da realidade pode ser entendida como um mito, pois em sempre alcança o objetivo de solucionar conflitos e problemas sociais, como a fome, a violência, a exploração, levando a contradições e a dúvidas sobre as maneiras de se desenvolverem pesquisas sociais e

entre elas se a pesquisa-ação nos traria “a possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos somos agentes” (MINAYO, 2001, p. 11).

Thiollent alerta que quanto às divergências sobre essa proposta metodológica, essas já começam na própria denominação, explicando que:

As expressões "pesquisa participante" e "pesquisa-ação" são frequentemente dadas como sinônimas. A nosso ver, não o são, porque a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante. Seja como for, consideramos que pesquisa-ação e pesquisa participante procedem de uma mesma busca de alternativas ao padrão de pesquisa convencional. Não estamos propensos a atribuir muita importância aos "rótulos". (THIOLLENT, 1986, p. 14)

De modo que, conforme alerta Jennifer Fogaça¹⁵, “a pesquisa-ação não deve ser confundida com um processo solitário de auto avaliação; mas, sim, como uma prática reflexiva de ênfase social que se investiga e do processo de se investigar sobre ela”, de forma que as fases formativas de dados como o levantamento das ações já existentes na região, o reconhecimento das pessoas e das instituições envolvidas, a interação primeiramente de forma investigativa e depois de forma interativa, se deu observando o rigor necessário para o melhor aproveitamento e intensa reavaliação do caminho seguido através do objeto a ser pesquisado.

Dessa forma para Thiollent (1986), a pesquisa-ação é vista como uma forma de engajamento social e política podendo ser usada em

¹⁵ Disponível em: <http://educador.brasilescola.uol.com.br/trabalho-docente/pesquisa-acao.htm>

áreas de atuação técnico-organizativa com outros tipos de compromissos sociais e ideológicos, entre os quais destaca-se o compromisso de tipo "reformador" e "participativo".

Quanto ao objeto dessa pesquisa ser de cunho eminentemente social, Minayo (2001) explica que o objeto de estudo das ciências sociais e das sociedades humanas sempre existem e devem ser concebidas num determinado espaço de formação social e dentro de uma certa configuração, onde apesar de sempre estarem pautadas pelas ações do passado, também são projetadas para o futuro, gerando um embate constante, que possui consciência histórica e social.

Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. Por isso, também, as crises têm reflexo tanto no desenvolvimento como na decadência de teorias sociais. Como consequência da primeira característica, é necessário dizer que o objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica. Noutras palavras, não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas. O nível de consciência histórica das Ciências Sociais está referenciado ao nível de consciência histórica social. (MINAYO, 2001, p.14)

Salienta ainda que toda pesquisa social, inclusive a presente, deve ser incorporada como critério de realidade e busca de objetivação. Durante o levantamento de dados para o embasamento teórico da pesquisa, percebeu-se que as ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas de pessoas vêm sendo desenvolvidas em Foz do Iguaçu desde 2001.

Para demonstrar sua relevância social, porém, a escolha da pesquisa adveio da pequena visibilidade dada ao mesmo em uma região potencialmente tão propícia para sua ocorrência (fronteira), o que corroborou para opção dessa metodologia de pesquisa, uma vez que esta, por sua natureza, deve se originar de necessidades sociais reais, de gestão coletiva e que se propõe a melhor à prática de forma aprimorada.

Minayo ainda alerta sobre a necessidade de atenção para todo o processo de transformação, pois seu objetivo normalmente não é alcançado na fase de compilação e dados ou análise de material e sim nas mudanças de caráter qualitativo ocorridas durante seu processo, “e para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações.” (MINAYO, 2001, p. 15)

A metodologia da pesquisa-ação proporciona através da ação comunicativa a instrumentalização de múltiplas análises durante processo da pesquisa, não se limitando ao resultado de análise de dados.

A pesquisa-ação como método agrega várias técnicas de pesquisa social. Utiliza-se de técnicas de coleta e interpretação dos dados, de intervenção na solução de problemas e organização de ações, bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e programação da ação coletiva (BALDISSERA, 2001, p.7).

O método por ser segundo David Tripp (2005) “[...] toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática”, tornou possível coletar dados essenciais para

compreensão de evidências que confirmaram parte das hipóteses formuladas, sendo essa outra característica da pesquisa-ação, onde em sua fase preliminar o exercício coletivo é importante para abordagem de um novo olhar, pois é esse que muda primeiro, não se conformando com as mesmas práticas surgindo então a necessidade outros cenários (GEEEP/UEL).

Como o começo dessa pesquisa se deu no início de 2016 e as ações de combate ao tráfico de pessoas já ocorriam na região desde 2001 e mais intensamente desde 2014, a primeira observação a ser pontuada foi à análise das características do grupo gestor dessas ações, uma vez que a necessidade de transformação da forma como as ações vinham sido desenvolvidas já eram sentidas pelo grupo (Cáritas Diocesana, Rede Proteger, Itaipu, etc.), porém ainda não havia alcançado o nível de projeção de novas ações para o futuro.

A premência da necessidade social de evolução para novos passos era consenso pelo grupo, porém para que novos passos fossem traçados, os agentes envolvidos precisavam ter vez e voz, gerando um diagnóstico inicial, baseado em uma análise empírica dentro de um microssistema já consolidado, ambiente ideal, segundo Thiollen, (1986) para seu desenvolvimento.

Apesar da pesquisa-ação prestigiar inicialmente a análise de forma empírica, essa análise não deve e não se limitou a ela, ao contrário concluiu que as ações unicamente elaboradas através do empirismo contribuía para a pequena visibilidade das ações já

desenvolvidas na região de Foz do Iguaçu. Nas palavras de Thiollen (1986) essa abordagem única não faria nem ao menos sentido:

Embora privilegie o lado empírico, nossa abordagem nunca deixa de colocar as questões relativas aos quadros de referência teórica sem os quais a pesquisa empírica - de pesquisa-ação ou não - não faria sentido. Essas questões são vistas como sendo relacionadas ao papel da teoria na pesquisa e como contribuição específica dos pesquisadores nos discursos que acompanham o desenrolar da pesquisa, levando a uma deliberação acerca dos argumentos a serem levados em conta para estabelecer as conclusões. (THIOLLEN, 1986, p.9)

A pesquisa também foi de cunho quantitativo e qualitativo, uma vez que durante o processo de investigação usou de instrumental estatístico e de dados numéricos para entender o cenário e as formas do crime, proporcionando dessa forma maior conhecimento sobre o tema a ser debatido e aprofundado nas reuniões em grupo.

E foi através da qualificação dos dados coletados, durante a análise dos problemas identificados, pois o processo investigativo precisou de uma interpretação dessas ações de forma a possibilitar as interações desejadas e as novas formas de atuação, que se conclui a abrangência dessas ações precisavam ser expandidas em número e em qualidade de público.

O combate ao tráfico de pessoas precisava ultrapassar o espaço onde já era conhecido e debatido, Igreja Católica (devido a campanha da fraternidade de 2014), através da Cáritas Diocesana, as forças policiais e a Rede de Assistência Social, e alcançar a sociedade Iguaçuense e porque não tri- fronteira.

Seguindo essa diretriz filosófica, o protagonismo democrático é do povo e suas considerações se dirigem para toda a comunidade política, pois entende que o político não é exclusivamente um componente da ordem social, mas, sim todos em conjunto.

A política – ações, instituições e princípios – passa a ser o espaço próprio do campo político. De fato, cada atividade prática (familiar, econômica ou mesmo esportiva) possui seu respectivo campo restrito, campo no qual se cumprem atividades e se constituem sistemas e saberes que culminam por organizar instituições próprias para cada segmento. A somatória desses campos que se cruzam na realidade humana é capaz de formar o campo de atuação política, campo no qual a participação democrática necessita instaurar-se.

O enfrentamento ao tráfico de pessoas em Foz de Iguaçu a partir do *III Seminário Internacional da Tríplice Fronteira* passou por expressivo crescimento em número de ações, ampliando o número de entidades envolvidas em seus debates, assim como o alcance das ações. Passando a exigir uma administração mais organizada e profissional, capaz de gerar maior eficiência e efetividade em suas ações de forma mais intensa, dinâmica e efetiva, o que poderia ocorrer com a presença do Estado como fonte de estrutura e profissionalização de seus métodos e dados.

Com o efetivo comprometimento e das diversas ações encabeçadas pelos agentes da sociedade civil, repercutiram em ações passem a fazer parte de ações do Estado, seja na esfera municipal, na estadual ou na federal — desde que ocorra de forma organizada,

proporcionando expansão dessas ações. Segundo Weber (2012, p. 31), “[...] geralmente, ainda que com exceções, a força da expansão está diretamente relacionada ao grau de burocratização [...]”, relacionando ainda o tamanho do alcance do Estado, ou das ações deste, com o nível de burocracia por ele adotado.

Em Foz do Iguaçu, a rede de enfrentamento chegou ao ponto em que as necessidades geradas pelas progressivas exigências apresentadas diante da complexidade do tráfico de pessoas precisam da intervenção do Estado. Dessa forma, a melhor opção para tal situação segundo Weber, “é a tendência da utilização da burocracia como forma de satisfação organizada e coletiva de necessidades diversas que antes eram satisfeitas em âmbito local ou pela sociedade civil organizada” (WEBER, 2012, p. 34).

Para Weber, é imprescindível que as ações que geram o bem-estar social sejam organizadas primordialmente pelo Estado, de forma pública, coletiva e técnica.

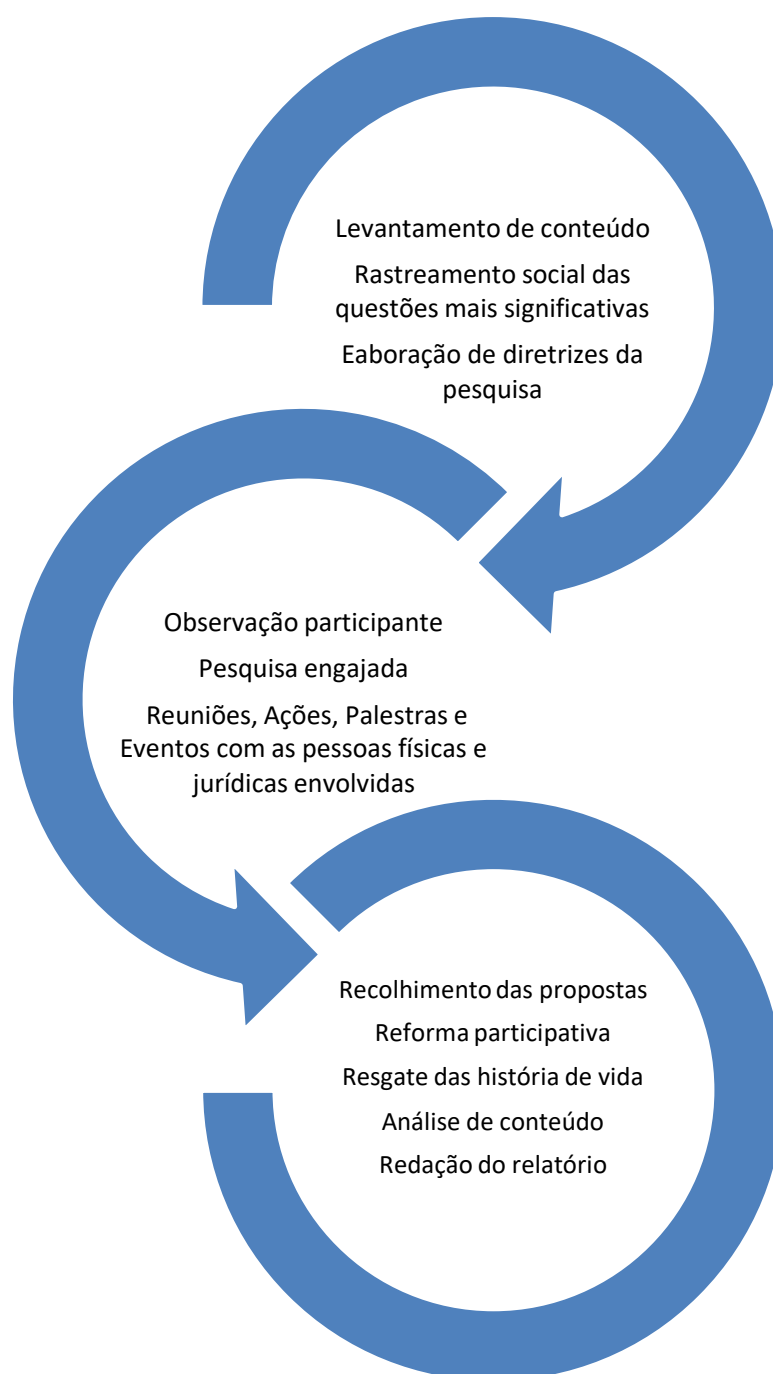
Demonstrando que a Política, comprometida com a transformação (libertação) e a Totalidade é um importante princípio do sistema organizativo humano, em Dussel, o centro do campo político e do poder democrático (DUSSEL, 2009, p. 34). Por isso, para atingir a totalidade ontológica do sistema vigente, com característica neocolonial e liberal, a ética dos atores políticos (institucionalizados) deve concretizar o bem comum, num ambiente social cujo objetivo real seja alcançar a vontade do povo.

E, como forma de gerar completude das ações a serem desenvolvidas, salienta-se ainda a importância do envolvimento da educação, através da UNIOESTE em âmbito municipal, para compor a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, gerando subsídios para a formação de pesquisas especializadas.

Os III e o IV Seminários Internacionais da Tríplice Fronteira propiciaram não só a curiosidade pelo tema a todo corpo acadêmico das instituições de ensino superior da região, mas também possibilidade da produção e da transmissão de conhecimentos de forma solidária e consciente. Além de território fértil para presente pesquisa ação, dando a pesquisadora possibilidade de interagir com diferentes atores nacionais e internacionais, sem os quais a presente pesquisa seria duramente empobrecida.

5 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O TEMA

As fases formativas, na coleta de dados tanto e quanto no levantamento das ações já existentes na região, o processo de reconhecimento das pessoas e das instituições envolvidas em Foz do Iguaçu, priorizaram a interação investigativa e interativa, num observar agindo para o melhor aproveitamento pessoal desta pesquisadora, que imersa em seu objeto de pesquisa pode ter intensa reavaliação de seus paradigmas vivenciais, num caminho de pesquisa rico, através do objeto a ser pesquisado. Para ilustrar este caminho de pesquisa formulou-se a figura que segue:

Figura 6- Fluxograma da pesquisa

Fonte: elaboração própria

A metodologia da pesquisa-ação proporcionou muitos momentos de ação comunicativa (reuniões individuais e coletivas com os agentes), que geraram a instrumentalização de múltiplas palestras,

reuniões e articulações, com sucessiva verticalidade e incidência na realidade pesquisada.

O acompanhamento das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas de pessoas demonstrara sua relevância social, diante da pequena visibilidade dada ao mesmo em uma região de fronteira avaliada. A vivência das necessidades sociais reais de gestão coletiva e possibilitaram alinhar propostas para melhor a prática dos atores envolvidos.

Entre pesquisa e prática aprimorada, que não se limitou em apenas conhecer a prática, mas a ser capaz de intervenção positiva da rotineira por meio de sua melhora (em reuniões, palestras e entrevistas), de modo que a evolução do contexto local, já esboça positivos avanços na finalidade principal da compreensão do tráfico de pessoas na região de Foz do Iguaçu.

É apenas com esse intento que se buscara descobrir a natureza das falhas apesar do movimento de recursos e pessoas, em busca de mudanças geradas pela reflexão das ações previamente elaboradas onde:

O processo de pesquisa – ação deve produzir transformações de sentido, ressignificações ao que fazemos ou pensamos, sendo de grande importância que haja tempo e espaço para que cada sujeito vá se apropriando das mudanças que se operam em suas significações de mundo, que implicam essencialmente mudanças em sua perspectiva como sujeito (GEEP/UEL).

E em uma segunda análise a reorganização dos objetivos em busca da finalidade da pesquisa, buscou respeitar seus principais aspectos, que assim Thiollen (1986) resumiu de forma muito concisa:

- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o nível de consciência das pessoas e grupos considerados. (THIOLLEN, 1986, p. 16)

A utilidade desta pesquisa é provocar uma ressignificação de seu conteúdo social em busca de novas propostas e práticas. Em momento seguinte, dedicou-se para a produção de conhecimento que seja útil para a coletividade local, e talvez, conhecimentos a serem cotejados com outros estudos futuros.

De forma sintética, a presente pesquisa busca mudanças e se baseia na reflexão de certo grupo social, respeitando seus anseios e suas experiências empíricas e seu passado de esforços. Agregando sem substituir agentes, ideias, entes e esforços. Apesar de certa resistência e dificuldade iniciais, o processo de pesquisa se consolidou de modo tranquilo e pontuado pela colaboração e o respeito mútuo.

Conseguiu-se, dessa forma, não somente a tomada de consciência, como a aceitação das novas propostas e desafios que a ampliação das ações gerou ao grupo envolvido, como a

conscientização de que somente com uma maior organização permitiria agregar novos agentes públicos ou privados ao combate ao tráfico de pessoas.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-Ação: Uma Metodologia Do “Conhecer” E Do “Agir” Coletivo. *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, 7(2):5-25, agosto/2001. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/570/510>. Acesso em 05 jun.2017.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

DUSSEL, Enrique. *Política de libertação*. Volume II. Architectonica. Trotta, Madrid, 2009.

MINAYO, M.C.S. Conceitos, teorias e tipos de violência: a violência faz mal a saúde. In: NJAINE, K (org.) *Impactos da Violência na Saúde*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, Educação a distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009.

RIBEIRO, Anália B. Por que é importante compreender o enfrentamento ao tráfico de pessoas como uma política de Estado? In: ANJOS, Fernanda Alves [et al.] orgs. *Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos*. 1.ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. BRASIL.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa Ação*. São Paulo. Cortez. Autores Associados, 1986.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VASCONCELOS, Delano Gusmão de. *Administração Pensada ao longo da História*. Encontro de ensino, pesquisa e extensão da faculdade Senac – 2010.

WEBER, Max. *O que é a Burocracia*. Conselho Federal de Administração, 2012.

Sites consultados:

www.caritas.org.br

www.redeproteger.com.br

www.globoplay.globo.com

www.unioeste.br/sistemas

www.idesf.org.br/eventos

www.gdia.com.br

www.mppr.mp.br

A MÍDIA E OS MIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL ENTRE 2010 A 2017 *

Fátima Regina Cividini ¹⁶

Valdir Gregory ¹⁷

Elaine Cristina Francisco Volpato ¹⁸

INTRODUÇÃO

Migrar está na natureza do ser humano. Os processos migratórios são fenômenos sociais que transformam, reformam e criam novos olhares sobre os espaços humanos e a construção das civilizações. As sociedades modernas veem na migração oportunidades de mão de obra e os migrantes enxergam na sociedade de acolhida oportunidades de recomeçarem suas vidas. O estudo dos fenômenos migratórios não pode ser enquadrado em disciplinas isoladas, distantes e desconectadas, mas sim com uma abordagem interdisciplinar.

* Esta pesquisa é um fragmento da dissertação de mestrado “Migrantes Haitianos no Brasil (2010-2017): Tensões e fronteiras de Fátima Regina Cividini sob orientação do professor Dr Valdir Gregory.

¹⁶ Enfermeira. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Culturas e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Foz do Iguaçu/PR. Professora pelo Centro Universitário Filadélfia polo Foz do Iguaçu. Contato: cividinifatima@hotmail.com ORCID 000-0003-4129-7915.

¹⁷ Pesquisador na área de migrações. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor associado da Unioeste, docente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Culturas e Fronteiras – Nível Mestrado e Doutorado, membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento regional. E-mail: valdirmacgregory@gmail.com

¹⁸ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Sociedade, Cultura e Fronteira, especialista em Direito. Pesquisadora e professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste em Foz do Iguaçu-PR. Docente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Culturas e Fronteiras – Nível Mestrado e Doutorado. E-mail: elacrisfr@hotmail.com

A delimitação que se quer fazer a respeito da interdisciplinaridade não é para reduzir, mas para focar olhares diferentes ao mesmo objeto, não separando os conceitos em disciplinas isoladas e compreendendo que conceitos diferentes podem abordar os mesmos elementos e os mesmos fatos sociais.

Carmen Lussi (2015) em seu livro *Metodologias e Teorias no Estudo das Migrações*, apresenta dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), descrevendo que “[...] as migrações internacionais compreendem mais de 3% da humanidade, considerando somente as pessoas que vivem fora do país onde nasceram”.

Os motivos que levam ao processo migratório são variados, entretanto, para Gregory (2002) na sociedade moderna, com o advento do capitalismo e a divisão social do trabalho, o homem busca no processo migratório melhores oportunidades de trabalho e renda no novo destino, tornando-se uma utopia, vivida pelo imigrante “[...] em si esta tensão, essa ruptura, que se expressa pelas mais diferentes formas e o impulsiona em direção ao desconhecido [...] e que “[...] vislumbra no horizonte a possibilidade da construção do novo em que seu imaginário será sempre melhor do que a realidade vivida naquele presente histórico”

O Brasil é destino de imigrantes de diversas nacionalidades: portugueses, italianos, alemães, poloneses, japoneses e tantos outros países. A imigração haitiana tornou-se evidente no Brasil a partir de 2010, após um terremoto na capital Porto Príncipe ter destruído a maioria das construções e estabelecimentos públicos. Mamed e Lima

(2016) apresentam dados da situação pós-desastre: 240 mil mortos, aproximadamente 1,5 milhão de desabrigados e uma grave epidemia de cólera.

O Brasil tornou-se um destino da emigração, de acordo com Fernandes e Faria (2016) a partir do terremoto, pela afinidade que os haitianos tinham com os brasileiros em Missão de Paz no Haiti desde 2004, que ajudou a disseminar a ideia do Brasil como um país de oportunidades, principalmente com grandes obras em execução e a taxa de desemprego baixa.

A imagem do Brasil diante dos olhos haitianos é povoada de elementos distintos, mas que carregam um traço comum de esperança, segundo Gombata (2014). Enquanto alguns pensam no Brasil como o país do futebol – a maior parte dos haitianos torceu pela seleção brasileira na Copa do Mundo –, outros enxergam no vizinho regional a chance de realizar sonhos e poder ajudar aqueles que ficam no país castigado pelo desemprego.

Cogo (2013) disserta que desde janeiro de 2011 a chegada de haitianos à região norte do Brasil têm sido amplamente visibilizada pela mídia brasileira, especialmente a partir das repercussões que vêm sendo geradas, por essa imigração, às populações locais das cidades da Brasiléia (Acre) e de Tabatinga e Manaus (Amazonas), e das demandas por atendimento a esses imigrantes que se impuseram e ainda vêm se impondo aos governos locais, ao governo federal e às organizações de apoio às migrações instaladas na região, principalmente aquelas ligadas à Igreja Católica.

Genro Filho (1987) analisa a perspectiva da qual o “jornalismo se impõe como uma possibilidade de os indivíduos participarem do mundo mediato pela “via de sua feição dinâmica e singular”, ou seja, a mídia traz a sensação de pertencimento, do qual o indivíduo consegue reviver aquele recorte tempo-histórico noticiado sem a necessidade de se fazer presente nele.

A chegada dos haitianos foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação eletrônicos, trazendo os diversos aspectos desta onda migratória principalmente o processo de entrada no Brasil, o processo para a legalização da permanência e os haitianos no mercado de trabalho brasileiro.

Para este estudo, objetivo é analisar como a imagem do imigrante haitiano no Brasil é apresentada pela mídia. Diante disso, a pergunta de pesquisa é “qual a visão da mídia sobre os haitianos que vieram para o Brasil?”.

Na pesquisa de mestrado foram analisadas notícias em periódicos eletrônicos disponibilizadas na internet. O recorte temporal é de 2011 a 2017, quando a vinda de haitianos para o Brasil se tornou expressiva e alcançou a mídia eletrônica. As notícias começaram a serem pesquisadas em junho de 2016 pelo motor de busca Google com as palavras chave “Haiti”, “Haitianos” e “Imigração Haitiana” e coletadas até outubro de 2017.

Os critérios de inclusão utilizados foram: a) a reportagem deveria retratar, parcialmente, aspectos da imigração haitiana e como foi o processo de adaptação no Brasil e b) a reportagem deveria trazer

uma narrativa sobre aspectos da imigração haitiana. Ao todo, 227 notícias foram selecionadas de 72 periódicos jornalísticos, utilizando como critério de exclusão a saturação das informações apresentadas. A saturação, para Polit e Hungler (1995), é quando os dados trazem informações redundantes.

A metodologia de estudo baseia-se em Ginzburg (1989) no capítulo “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, que traz uma metodologia diferente. Ele mesmo diz “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”. As notícias apresentam minúcias, resíduos e dados marginais que, a princípio “são considerados sem importância, ou até triviais”, entretanto, trazem revelações sobre o discurso da mídia sobre haitianos e qual a imagem que ela passa sobre este imigrante que chega ao Brasil. Para Ginzburg (2006, p.9), “de vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é homem como nós, é um de nós.”

Para a construção do texto, foram estabelecidas duas etapas: um mapeamento das notícias, categorizadas por ano, periódico, autores e assunto principal. O objetivo era observar e organizar as notícias conforme elas iam surgindo e “se comunicando”.

Desta forma, as categorias surgiram conforme foram analisados os temas das reportagens. Dijk (1990) analisa que “a organização temática do discurso jornalístico desempenha um papel crucial” e que a análise da notícia inicia com o esclarecimento sobre o tema do assunto. Sobre o conceito de tema, Dijk (1990) explica que

intuitivamente, o assunto ou tema é aquilo que o discurso trata, falando em termos gerais, o núcleo de uma conversação.

Na discussão dos resultados, foi realizada leituras de autores que falam sobre imigração, haitianos e trazem narrativas a respeito dos processos migratórios internacionais e que aportariam contribuições para as discussões sobre a diáspora haitiana para o Brasil.

Ao todo, o texto organizou-se em 13 assuntos: as rotas Haiti-Brasil; o tráfico humano; o processo de documentação; o acolhimento aos recém-chegados; Acre – São Paulo; emprego; perfil dos haitianos; trabalho escravo; preconceito e violência; idioma e a relação dos haitianos com a língua portuguesa; a nova lei de imigração; o furacão Matthew; a saída do Brasil para outros destinos.

2 A CHEGADA DOS HAITIANOS AO BRASIL: ROTAS E FRONTEIRAS

A vinda dos haitianos para o Brasil começou de forma tímida em 2010, pouco tempo após o terremoto na capital Porto Príncipe. Samuel Bryan em reportagem para o site Notícias do Acre do dia 20 de janeiro de 2011, analisa que “Toda essa tragédia criou uma nova rota de imigração ilegal de moradores da ilha caribenha para o Brasil”.

Magalhães e Baeninger (2016) apontam que o Brasil não era um roteiro incluído nas escolhas anteriores, e a relação íntima entre haitianos e tropas brasileiras no Haiti poderia ter contribuído para disseminar a ideia de um Brasil próspero e de oportunidades, e por acreditarem que no Brasil o processo de legalização seria mais “facilitado”. Outro motivo para a escolha do Brasil como roteiro se dá

pela elevação das seletividades migratórias dos destinos habituais dos haitianos, como Estados Unidos e França

Os primeiros haitianos chegaram por via terrestre, através das fronteiras do Peru e Bolívia, nas cidades de Assis Brasil no estado do Acre (AC) e Tabatinga, no Amazonas (AM). Os haitianos, por não fazerem parte do MERCOSUL¹⁹, eram exigidos de visto para entrar no Brasil, sendo emitido em Porto Príncipe, onde há a embaixada brasileira. Entretanto, muitos haitianos se arriscavam vindo ao Brasil sem visto, através de coioetes que cobravam entre U\$ 4mil a U\$ 6mil.

A vulnerabilidade do povo haitiano e a visão do Brasil como um país próspero trouxe aos coioetes oportunidades de aliciar os haitianos com promessas de emprego garantido e “fronteiras abertas”, conforme descreve Fernandes e Faria (2016).

As rotas eram feitas da capital do Haiti, Porto Príncipe até a República Dominicana. A partir dali, os haitianos pegavam avião ou navio até o Panamá e depois outro avião até Quito, capital do Equador. De Quito, seguiam por via terrestre, pelo Peru e Bolívia até chegarem ao Brasil.

Foz do Iguaçu, cidade paranaense fronteira com Paraguai e Argentina, também recebeu haitianos. Leonel Rocha e Ana Aranha para a Revista Época do dia 04 de fevereiro de 2011, também relatam que “houve uma rota de entrada por Foz do Iguaçu. Pelo menos 18 haitianos fizeram a viagem de Buenos Aires a São Paulo passando pela cidade paranaense”.

¹⁹ Mercado Comum do Sul

3 O ALICIAMENTO, COIOTES E OS INDICADORES DE TRÁFICO HUMANO

Para chegarem ao Brasil, houve haitianos que utilizaram meios irregulares e auxílio de atravessadores, que cobravam para trazê-los ao país. As reportagens descreveram e informaram o mapeamento realizado pelo governo Brasileiro em conjunto com países da América Latina sobre as rotas dos coiotes, os perigos aos quais os haitianos estavam expostos ao atravessarem vários países em sua jornada até o Brasil e as ações dos países da América Latina para o combate e repressão ao tráfico humano²⁰ de haitianos.

João Bosco Monte, para reportagem do site *O Povo*, em 11 de julho de 2012, descreve o tráfico humano e a ação de coiotes como a questão mais delicada do governo. “Estas redes utilizaram Cuba e República Dominicana como países de trânsito para o Equador. E ao chegarem ao Equador, os delinquentes abandonavam suas vítimas.” Como resultado, “a maioria dos haitianos não ficaram no Equador, e a alternativa era o Chile, Colômbia, Venezuela e, sobretudo o Brasil.”

Por ser uma rota irregular, os haitianos estavam vulneráveis e expostos às mais diversas formas de violência. Segundo organizações que realizam o acolhimento, os haitianos chegaram ao Brasil muitas vezes feridos ou/e com denúncias de roubos, extorsões, violência física e até violência sexual contra haitianas.

²⁰ Em artigo apresentado no IV Seminário Internacional da Tríplice Fronteira: Tráfico de Pessoas com o título: “*Ações do governo brasileiro para a repressão ao tráfico humano de haitianos: uma análise da mídia*” no dia 26 de julho de 2017, foi discutido o termo “Tráfico Humano” para a questão haitiana, e que a ação dos coiotes seria caracterizada legalmente como “Contrabando de Imigrantes”.

Apesar das notícias trazerem amplamente o termo “Tráfico Humano” para a ação das organizações que fazem a travessia Haiti-Brasil e esse termo ter sido utilizado no primeiro capítulo, o termo juridicamente correto é “contrabando de imigrantes”, conceituado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) no sentido de que “envolve a obtenção de benefício financeiro ou material pela entrada ilegal de uma pessoa num Estado no qual essa pessoa não seja natural ou residente.”

Para a UNODC, a diferença entre o tráfico humano e o contrabando de imigrantes é que no contrabando envolve o conhecimento e o consentimento da pessoa contrabandeada sobre o ato criminoso, o ato finaliza quando o imigrante chega ao seu destino e é sempre em caráter transnacional enquanto no tráfico o consentimento da pessoa é irrelevante, envolve também a exploração da vítima para obtenção de benefício ou lucro e pode ser em caráter transnacional ou dentro do próprio país.

4 A BUROCRACIA DO VISTO HUMANITÁRIO E DO REFÚGIO

O Acre foi o estado que mais recebeu imigrantes sem visto, de acordo com a reportagem de Marcos Chagas (2012). Chegando em Assis Brasil, os haitianos viajavam até Brasília, com o objetivo de pedirem refúgio junto a Polícia Federal (PF). O site Notícias do Acre, com reportagem do dia 09 de março de 2011 descreve que “com o apoio do governo do Acre, eles conseguiram o documento provisório

de permanência no país, Carteira de Trabalho Profissional (CTPS) e Cadastro de Pessoa Física (CPF)”.

Apesar dos haitianos entrarem no Brasil solicitando o refúgio, a situação deles não foi classificada como tal. A reportagem para o site PT no Senado em 20 de dezembro de 2011 descreve a legalidade de enquadrar os haitianos como refugiados:

Legalmente, não há como tratar os migrantes haitianos como refugiados, status que só se aplica às vítimas de discriminação e perseguições decorrentes de raça, etnia e convicções políticas, além de pessoas desalojadas por guerras ou situações massivas de violação dos Direitos Humanos. Os dois mil pedidos de refúgio já submetidos ao governo brasileiro foram todos negados, por falta de base jurídica. (PT NO SENADO, 2011).

Para a ACNUR, refugiadas são pessoas que estão fora de seus países de origem por “fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de proteção internacional”. Ainda segundo a Agência, “essas são pessoas às quais a recusa de refúgio pode ter consequências potencialmente fatais à sua vida”. A lei nº 9474/97, Art. 1º reconhece como refugiado todo indivíduo que:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

O art.2 da lei supracitada define que os efeitos da condição dos refugiados “serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que

do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional” (BRASIL, 1997).

A categoria “visto humanitário” foi mencionada primeiramente na Resolução CNIg²¹ n° 97 de 12 de janeiro de 2012, baseada na Lei n° 6.815 de 19 de agosto de 1980 que regulamenta a concessão de vistos:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro (CNIg, 2012).

Moraes, Andrade e Matos (2013) explicam que a emissão de vistos humanitários foi a forma que o CONARE e o CNIg encontraram para solucionar esta questão, legalizando o haitiano e não o deixando vulnerável. O visto humanitário “permite o cidadão trazer o pai, a mãe, os filhos até 18 anos ou até 24 anos solteiros, estudantes e que dependem economicamente dos pais, além de cônjuges e companheiros”, conforme explica Daniella Jinkings em reportagem para a Revista Exame de 12 de janeiro de 2012. Cerca de 4 mil haitianos estavam no Brasil antes da resolução, e desta população, 1,6 mil receberam o benefício.

Houve denúncias de pagamento de propinas para a emissão do visto humanitário brasileiro e extorsões de policiais peruanos, que ameaçavam os haitianos de deportação caso não pagassem em dinheiro ou em bens materiais que possuíam no momento.

²¹ Conselho Nacional de Imigração

A Lei Federal nº 13.445/17, chamada também da Nova Lei de Imigração veio como uma forma de facilitar o processo do estrangeiro que veio para o Brasil de forma temporária ou definitiva. Nela, é incluída a categoria de visto temporário para questões humanitárias (desastres ambientais, catástrofes etc.). A garantia de direitos para o imigrante com o mesmo *status* do brasileiro nato possibilitaria ações coordenadas para o acolhimento de imigrantes e refugiados, e criaria condições para a repressão ao tráfico humano, mas não entrou em pauta a questão da revalidação de diplomas.

5 AS REDES DE ACOLHIMENTO AOS RECÉM-CHEGADOS

O imigrante haitiano atravessou várias fronteiras para chegar até o Brasil. Além das fronteiras físicas e delimitadas pelos Estados, ao chegar no país de destino, enfrentou as fronteiras da língua, dos costumes regionais, do preconceito e da burocracia para a legalização da sua permanência. Sayad (1998) compreende que o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa em seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa.

Em linhas gerais, as reportagens ressaltaram que a assistência imediata para os haitianos recém-chegados no Brasil eram: abrigo, alimentação e assistência de saúde básica, e de forma mediata, a emissão de documentos provisórios para que pudessem circular pelo Brasil.

As reportagens compreendem que o haitiano recém-chegado ao Brasil possui necessidades de moradia e alimentação, de imediato, para que ele possa se manter até a emissão do visto humanitário e encontrar um emprego. A principal porta de entrada para os haitianos que chegaram por via terrestre foi o Acre. Segundo a mídia analisada, chegavam em torno de 40 haitianos por dia em Brasiléia e o abrigo do município não comportava a quantidade de haitianos que estavam ali.

O governo brasileiro se viu mediante uma imigração numerosa e suas políticas públicas questionadas. Os haitianos saíam vulneráveis de um país arrasado e por desastres naturais e esperavam encontrar no Brasil a oportunidade de recomeçar suas vidas. Villen (2016) acrescenta que o deslocamento entre países, em geral, é preparado com muitos sacrifícios, implica renúncias e uma alta dose de coragem, pois exige muito em termos financeiros e emocionais.

O governo do Acre solicitou que o governo federal auxiliasse com verbas para as necessidades básicas como alimento, água, energia elétrica etc. A superlotação causou uma crise humanitária e aumentou o risco de alastramento de epidemias. Os haitianos viviam em condições precárias e a ONG Conectas denunciou isso através de relatos para as reportagens.

O governador Tião Viana, em abril de 2013, decretou situação de emergência por falta no controle da entrada de haitianos pela fronteira do estado. Alguns haitianos precisaram ser atendidos em hospitais da região por doenças gastrintestinais, doenças relacionadas às más condições do ambiente onde dividem espaço. Em 2014, o

abrigo foi fechado e os haitianos foram encaminhados para outros estados, e principalmente para o município de São Paulo, apenas transferindo o problema de superlotação para outro lugar.

Os periódicos têm um foco maior nas ações que o governo brasileiro tomou para controle da entrada de haitianos. Araújo (2016) faz reflexões sobre o poder do Estado nas fronteiras, onde nestas regiões as forças mais atuantes são da esfera federal quando nas áreas mais distantes das fronteiras as esferas estaduais e municipais estão em maior presença. Assim, o papel do Estado fica a cargo de prover a documentação, não tendo relevância quanto ao destino dos imigrantes que solicitam o refúgio.

Os haitianos que saíram do Acre tinham como destino principal a cidade de São Paulo. O primeiro acolhimento, segundo as reportagens analisadas, era a Paróquia Nossa Senhora da Paz, ligada à Igreja Católica, com o projeto Missão Paz, sob responsabilidade do padre Paolo Parise.

A reportagem de Renan Truffi para a Carta Capital do dia 24 de abril de 2014, denunciou que o governo do Acre estaria mandando ônibus com haitianos para São Paulo sem ao menos comunicar a prefeitura antecipadamente. O motivo para o aumento da chegada dos haitianos em São Paulo, segundo a reportagem, foi “porque o governo do Acre pagou passagens de ônibus para as pessoas que estavam abrigadas em Brasileia irem para outros estados, mas a maioria optou por São Paulo”.

O padre Paolo Parise, também de acordo com a reportagem de Estarque (2014), se dizia preocupado com a chegada intensa de haitianos em São Paulo, pois apesar da Missão Paz ter um espaço reservado para abrigá-los, este não comportaria o número de imigrantes, havendo superlotação e muitos estariam dormindo no chão do auditório.

A Missão da Paz, de 2010 a outubro de 2015, segundo a reportagem de Carlos Fioravanti para a Revista Fapesp do dia 13 de outubro de 2015, acolheu 11 mil dos 60 mil haitianos que passaram por São Paulo e que cerca de três ônibus chegavam por dia do Acre com haitianos, entretanto, os imigrantes desejavam as cidades do interior pela maior oferta de empregos.

As reportagens colocam como principal motivação dos haitianos emigrarem para outros países poder trabalhar para enviar dinheiro para os familiares que ficaram no Haiti. A maioria dos haitianos deixou seus familiares no Haiti e veio para o Brasil pela esperança de conseguir emprego. Muitos pensaram em guardar dinheiro para trazerem seus familiares para o Brasil futuramente.

Alguns haitianos, em entrevista para Truffi (2014) relatam que, mesmo com formação superior, era difícil conseguir emprego no Haiti, e com isso, “se sentiam na obrigação de procurarem empregos em outros países para ajudar os familiares com remessas de dinheiro”.

Thais Leitão para a Revista Exame do dia 30 de setembro de 2013, descreve que as empresas que mais absorvem a mão de obra haitiana são a construção civil, a metalurgia e o abate de animais.

Em uma pesquisa para Folha de São Paulo do dia 19 de maio de 2014, realizada pela Pontífice Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais com 340 haitianos em cinco cidades – entretanto, a reportagem não as cita – trouxe o seguinte perfil, organizado na tabela 1:

Tabela 1 - Perfil dos haitianos que chegam no Brasil

Perfil	Dados
Idade	25 a 34 anos
Escolaridade	Segundo grau incompleto
Área de trabalho	Construção civil (homens) e tarefas técnicas não especificadas (mulheres)
Cidades com maior concentração no PR	Curitiba e Cascavel
Chegada	Via terrestre pelo Acre e depois viajam como destino para São Paulo
Tempo de viagem	Três meses do Haiti até o Brasil.
Custo de viagem	Aproximadamente U\$2900
Motivo de viagem	Ajudar os familiares que ficaram no Haiti com remessas de dinheiro.

Fonte: Folha de São Paulo, 19 mai. 2014. Elaboração própria.

Outra pesquisa buscando compreender o perfil dos imigrantes foi realizada pela Universidade da Integração Latino Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, onde foram levantados dados dos haitianos que viviam na cidade de Cascavel. Segundo o professor Renato José Martins em entrevista para Daiane Cintra para a Rádio Cultura no dia 13 de setembro de 2014, “A pesquisa teve por objetivo levantar dados para subsidiar políticas públicas e que o governo tivesse maior conhecimento da comunidade haitiana na região”.

Os haitianos chegaram ao Brasil em uma época de crescimento econômico e com dois grandes eventos prestes a acontecerem no

Brasil: a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, com a necessidade de construção de obras, principalmente estádios e centros esportivos. Até o início de 2015, as taxas de desemprego estavam em torno de 6% a 7,9%²², e o setor da construção civil absorveu boa parte da mão de obra estrangeira.

Entretanto, eles começaram a sentir dificuldades de encontrar emprego, segundo a reportagem de Alex Barbosa para o G1 do dia 07 de setembro de 2015, por causa da crise econômica. Com isso, ainda segundo a reportagem citada anteriormente, os haitianos encontravam no mercado informal condições financeiras para ajudar os familiares que ficaram no Haiti.

Denise Soares para o G1 do dia 03 de fevereiro de 2016 apontou que a queda das vagas de emprego na construção civil aumentou depois do encerramento da Copa do Mundo. Isabel Reviejo para o UOL do dia 27 de setembro de 2016 apontou que com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, os haitianos tiveram oportunidade de emprego na construção civil e em serviços de atendimento em geral, mas após estes eventos, com a crise econômica, enfrentaram o desemprego.

As notícias mostram que os eventos da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 aqueceram a contratação de mão de obra na construção civil e em serviços gerais, e a mão de obra haitiana foi utilizada. Entretanto, casos de violação dos direitos trabalhistas foram

²² Dados do IBGE. Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%). Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil> > Acesso em 08 nov. 2017.

denunciados pelos sindicatos e por associações criadas pelos próprios haitianos. Com a crise econômica, os haitianos sofreram pela perda dos empregos e a dificuldade de recolocação no mercado de trabalho.

Patrícia Villen (2016), em sua análise sobre a relação da imigração oriunda de países periféricos e trabalho, aponta que a porta de entrada para o emprego se abre de forma emergencial e direcionada a setores que tem sua forma de trabalho precarizada como, por exemplo, abate de carnes e construção civil e que os resquícios de uma sociedade escravista ainda associa a imigração com escravidão, acaba realizando uma associação indissolúvel do trabalho e imigração.

As reportagens analisadas mostraram que imigrantes haitianos foram encontrados em situações análogas à escravidão, trabalhando sem carteira assinada e sem os direitos trabalhistas aos quais eles têm direito, da mesma maneira que os brasileiros. Além das condições de trabalho degradantes, as condições de alojamento oferecidas aos haitianos também eram precárias e sub-humanas, com sérios riscos à saúde dos imigrantes.

O migrante trabalhador, de acordo com Colombo (2015), apresenta alto grau de vulnerabilidade de tornar-se vítima do trabalho escravo. Há sempre o risco de diversos tipos de abuso por parte do empregador, já que o imigrante vem de outros países com a motivação de melhorar a sua situação pessoal buscando melhores condições de vida.

Silva (2015, p.167) explica que, por causa dessa vulnerabilidade social, “[..] criou-se inicialmente a ideia de que eles aceitariam

qualquer tipo de trabalho, particularmente aqueles que exigem grande esforço físico e pagam baixos salários”.

As vulnerabilidades se dão por falta do conhecimento do idioma e não saber seus direitos como imigrante e trabalhador. Os haitianos muitas vezes assinam contratos de trabalho que estão em desacordo com as leis trabalhistas e se submetem à exploração por não entenderem como estas leis se aplicam. Segundo as reportagens a Missão Paz, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e sindicatos das categorias profissionais atuam na orientação dos imigrantes quanto aos direitos trabalhistas e aos empregadores quanto a necessidade de registro formal do empregado.

De acordo com as reportagens apresentadas, os haitianos sofreram duplamente o preconceito: o racismo pelo fato de serem em sua maioria da etnia negra e a xenofobia, por serem de outro país. O preconceito pode ser revelado de forma oral com xingamentos e de forma física, através de agressões e tentativas de homicídio.

O medo do ebola em haitianos se deu por puro desconhecimento em geografia, que trouxe confusão quanto à localização do Haiti – que fica na América Central – e a doença, que é encontrada em alguns países da África. Outro fator para o preconceito foi a crise econômica, diminuindo as vagas de emprego no país. Algumas pessoas começaram a olhar os haitianos como ameaça.

Os órgãos brasileiros como a Secretaria Especial dos Direitos Humanos atuaram no combate ao preconceito e ao racismo com a conscientização e esclarecimento, e informando plataformas para

denúncias. Entretanto, porque os haitianos não sabiam como funcionava o processo judicial brasileiro, a maioria dos casos acabou arquivada.

Segundo as notícias, nota-se que os motivos que levam à agressão de haitianos no Brasil são o racismo e a xenofobia, ou seja, a concepção de que o estrangeiro é algo negativo à sociedade e deve ser diferenciado.

Apesar da construção da identidade brasileira ser definida por vários grupos étnicos e ondas migratórias desde o século XVI, ainda há a visão do imigrante como um cidadão de segunda classe, Villen (2016) afirma que, sem dúvida a figura do imigrante, em particular de proveniência de países periféricos, será muito exposta tanto à exploração do trabalho, quanto à discriminação, ou mesmo, manifestações de xenofobia.

Os idiomas oficiais do Haiti são o Crioulo Haitiano e o Francês, entretanto a maioria dos haitianos fala o crioulo. Ao se tornarem independentes, o francês foi legalmente decretado a língua oficial da Ilha. Porém, o crioulo continuou vivo, nos quatro cantos do Haiti, o que levou, após incessantes lutas empreendidas por linguistas e intelectuais, desde a década de 1930, na Constituição de 1987, a esperada oficialização do crioulo haitiano como língua oficial do Haiti. Dessa forma, dota-se o crioulo de um instrumento legal perante a comunidade nacional e, mais importante, no interior de suas fronteiras com a veiculação de livros nesta língua, além da sua difusão

por meio dos documentos oficiais, escolarização e tradução de obras de outras línguas. (CADELY, 2016, p.309)

Darci Debona para o Diário Catarinense do dia 11 de janeiro de 2015 e Bianca Villanova para o jornal A Notícia, do dia 13 de junho de 2015, apontam o idioma como uma barreira para a integração dos haitianos no Brasil. Sem o domínio do português, os imigrantes encontram dificuldades na hora de uma entrevista de emprego. O crioulo haitiano foi se formando da interação entre os escravos de origem africana com os colonos franceses, sob a necessidade de comunicação.

Marina Novaes para o Portal Terra do dia 13 de abril de 2013, mostra que o idioma é a primeira barreira a ser vencida pelas pessoas que deixaram seus países para fugirem de conflitos políticos e religiosos, guerras civis e da miséria. Para um dos entrevistados, “o idioma é fundamental para que eles possam trabalhar, se inserir no mercado de trabalho”.

A língua pode também ser considerada uma fronteira, visto que ela impõe barreiras na hora do imigrante obter informações quanto aos seus direitos de viver no Brasil, conseguir um emprego e de se adaptar à nova sociedade. Martins (1997) comenta que de modo algum a fronteira se resume às linhas geográficas e visíveis impostas pelo Estado, mas também àquelas impostas por culturas e visões de mundo, de etnias. Essas fronteiras invisíveis podem trazer preconceitos e estranhamentos por parte da sociedade que recebe o imigrante.

Fernando Duarte para a BBC do dia 03 de agosto de 2016 mostrou o caso de Frantz Dorsainvil, um haitiano que disputou a prova dos 50 metros nas Olimpíadas, no Rio de Janeiro. Ele aprendeu a nadar vendo os vídeos do nadador americano Michael Phelps. O nadador ficou na 112ª posição, dos 113 competidores e é a sua primeira olimpíada. “Durante as Olimpíadas, ele queria agradecer ao nadador americano por ter ajudado, mesmo que involuntariamente.”

Hugo Perruso em reportagem para O Dia, do dia 01 de setembro de 2016, conta a história do time Pérolas Negras, formado inteiramente por haitianos através do apoio da Ong Viva Rio. Disputará a terceira divisão do campeonato carioca de 2017. A maioria dos jogadores tem entre 17 e 20 anos. Alguns jogadores entrevistados desejam mostrar suas habilidades no esporte e sonham com contratos em times brasileiros e europeus. A ideia da Ong é trazer os 5 jogadores destaque do sub 17 no time do Haiti para jogarem no Brasil, com visto de refugiados. O time deve pagar para a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ) R\$500mil para a inscrição na terceira divisão.

Anjos, Saneto e Oliveira (2012, p.132), em um estudo sobre os adolescentes, situação social e visão do futebol, descrevem que a família encontra sua “redenção social” no sucesso dos adolescentes através do esporte:

Existem poucos exemplos de atores advindos das camadas das classes sociais populares que conseguiram ser bem-sucedidos em suas escolhas profissionais, privilegiando os estudos. Assim, como exemplo para esses adolescentes, resta ver, nas figuras dos jogadores de sucesso, um alento para sair da baixa situação social. (ANJOS, SANETO; OLIVEIRA, 2012, p.132).

Na Copa América de 2016, o Brasil enfrentou o Haiti em Orlando, nos Estados Unidos. Segundo a reportagem de Cristiano Daros para o ClicRBS do dia 08 de junho de 2016, os haitianos estão divididos entre torcer para o Brasil e Haiti. O resultado foi de 7x1 para o Brasil segundo a reportagem do IG do dia 08 de junho de 2016. O verdadeiro show, segundo a reportagem, foi nas arquibancadas com a empolgação dos haitianos e o seu amor pela seleção do Haiti.

Um jogo de futebol celebrou a união de haitianos no Brasil. Aconteceu em Florianópolis, capital de Santa Catarina. Os times do Haiti F.C de Florianópolis-SC e o Galaxy Haiti de Navegantes-SC se enfrentaram no dia 24 de abril, segundo a reportagem de Bruna Bernardes para o ClicRBS do dia 03 de maio de 2016. Esse encontro foi uma “forma de agradecimento da visita que os haitianos de Florianópolis fizeram aos de Navegantes, e havia uma grande parte dos haitianos que viviam em Santa Catarina desempregados”. Os jogadores entrevistados relataram que vieram para o Brasil em busca de emprego, e deixaram familiares no Haiti.

Os haitianos compartilharam com os brasileiros a paixão pelo futebol e inclusive, torcem pela seleção brasileira em jogos oficiais e amistosos. Na Copa América de 2016, o Brasil enfrentou o Haiti e os haitianos ficaram divididos em sua torcida pelas duas seleções, entretanto, as reportagens apresentaram os haitianos que estavam no estádio em Orlando como um show à parte, empolgados e com demonstrações de amor pela seleção haitiana.

A ONG Viva Rio apoiou o time dos Pérolas Negras, formado inteiramente por haitianos e que disputaram a terceira divisão do campeonato carioca de 2017. Com futebol também foi celebrada a união dos haitianos que viviam em Santa Catarina. Um jogo entre Haiti FC de Florianópolis e o Galaxy Haiti de Navegantes disputaram uma partida amistosa na capital de Santa Catarina, em forma de agradecimento à visita que os haitianos que vivem em Florianópolis fizeram aos que vivem em Navegantes. É no futebol, de certa forma, que os haitianos encontram a força necessária para a reconstrução de suas vidas.

O Brasil deixou de ser um destino permanente, e começando a ser um destino temporário. Muitos relataram a vontade de ir para os Estados Unidos, segundo a reportagem de Fioravanti para a Revista Fapesp do dia 13 de outubro de 2015.

A crise econômica aliada com a alta do dólar americano estimulou o pensamento de alguns haitianos a se mudarem do país. Em reportagem para o G1 do dia 16 de outubro de 2015, um haitiano entrevistado relatou a dificuldade de arrumar emprego e com isso não poderia ajudar os familiares que ficaram no Haiti nem comprar a passagem de volta para casa, que custa em torno de R\$6mil.

As reportagens mostram que o Brasil deixou de ser um destino atrativo para uma parte dos haitianos. A crise econômica trouxe o desemprego, e os haitianos encontraram dificuldades na hora de procurar emprego. A alta do dólar também foi um fator para que os haitianos busquem outros destinos, pois é necessário obter uma

quantia maior em reais para poder enviar aos familiares que ficaram no Haiti.

Muitos dos haitianos que decidiram encontrar um novo destino optaram pelos Estados Unidos. Entretanto, com a mudança das políticas de imigração do país, os haitianos ficaram aguardando na fronteira do México, expostos à violência, condições precárias de abrigo e extorsões de quadrilhas e gangues que viviam nas cidades mexicanas.

No Chile, os haitianos encontraram dificuldades para entrar no país, entretanto, o governo chileno realizou mudanças no processo de imigração através de atos administrativos, permitindo aos haitianos que entrassem no país apenas com visto de turismo, sem a necessidade de comprovação de trabalho ou carta-convite.

Em conclusão, o Brasil foi e é formado pelas mais diversas ondas migratórias e até hoje recebe pessoas de diversos lugares do mundo. A visão de um país acolhedor traz esperança a aqueles que não tem mais condições de ficar em seu país e desejam se deslocar para um outro lugar e recomeçar suas vidas.

As notícias trazem fragmentos de um novo personagem na nossa sociedade: o haitiano. Entretanto, ela não pode trazer, em sua totalidade, a imagem do nosso personagem principal desta discussão. Apesar de trazer informações, as notícias, de maneira geral, precisam ser rápidas e atualizadas com o objetivo de consumo rápido. O que foi noticiado ontem é passado e ultrapassado, importando o aqui e agora.

São cerca de 90 mil haitianos que entraram no Brasil de 2010 a 2017. Um número pequeno se comparado a países como a Alemanha, que recebeu cerca de 1,3 milhão de refugiados em suas terras (G1, 2017) e possuía uma população em 2016 com cerca de 80 milhões de habitantes²³. Os imigrantes chegam com o sonho de melhorar de vida, de conseguir um emprego e poder ajudar seus familiares que ficaram no país de origem.

Outro desafio mostrado pela mídia foi às novas formatações das migrações humanas e levantou debates sobre as velhas e novas concepções de refugiados, pois os haitianos não se encaixam no padrão clássico de refugiados, mas o próprio conceito e caracterização abrem espaços para discussão sobre a questão de ser ou não ser.

Em uma análise mais detalhada, as notícias trazem como tema central o imigrante pobre vindo para o Brasil em busca de emprego. O que o haitiano faz ou age é relacionado ao emprego: aprender o português, a legalização de sua permanência, a escolha do Brasil como destino de viagem, as ações de acolhimento por parte dos brasileiros. As migrações contemporâneas na sociedade capitalista são movidas e incentivadas pelo trabalho, e é para o trabalho que o imigrante se faz necessário e tolerado.

Este estudo não pretende encerrar discussões, pois Flusser (1989, p.41-6) esclarece que “O saber científico vai se tornando progressivamente menos satisfatório, de modo que a diminuição da satisfação pode servir de medida de progressos.” E que “[...] As

²³ Dados extraídos do IBGE Países. Disponível em: <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/pt/pais/alemanha/info/populacao>> Acesso em 24 jan. 2018

nossas perguntas estão se tornando sempre mais férteis, e provocam sempre novas perguntas.” Assim, este estudo contribui para compreender a imigração haitiana no Brasil, trazendo uma imagem da mídia e a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

A VIDA de refugiados na Alemanha dois anos após boas-vindas de Merkel. *GI*, 31 ago. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/a-vida-de-refugiados-na-alemanha-dois-anos-apos-boas-vindas-de-merkel.ghtml>> Acesso em: Acesso em 05 dez. 2017.

ALTA do dólar faz haitianos que vivem no Brasil planejarem volta para casa. *GI*. São Paulo, 16 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/alta-do-dolar-faz-haitianos-que-vivem-no-brasil-planejarem-volta-para-casa.html>> Acesso em 30 jun. 2017

ANJOS, José Luiz; SANETO, Juliana; OLIVEIRA, Andreia Anchieta. Futebol, imagens e profissionalização: a bola rola nos sonhos dos adolescentes. *Movimento*. Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 125-147, jan./mar. de 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1153/115323634006.pdf>> Acesso em 04 dez. 2017.

ARAÚJO, José Renato de Campos. Políticas públicas, estruturas estatais e migrações no Brasil. p.385-398. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs). *Imigração Haitiana para o Brasil*. Jundiaí: Paco, 2016

BARBOSA, Alex. Haitianos enfrentam dificuldades para conseguir emprego no Brasil. *GI*. Cuiabá, 07 set. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/09/haitianos-enfrentam-dificuldades-para-conseguir-emprego-no-brasil.html>> Acesso em 30 jun. 2017

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 22 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm> Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL terá programa de imigração legal para haitianos. *PT no Senado*. São Paulo, 20 dez. 2011. Disponível em: <<http://ptnosenado.org.br/brasil-tera-programa-de-imigracao-legal-para-haitianos/>> Acesso em 30 jun. 2017

BERNARDES, Bruna. Futebol celebra união entre haitianos em Santa Catarina. *ClicRBS*. Florianópolis, 03 mai. 2016. Disponível em <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/esportes/noticia/2016/05/futebol-celebra-uniao-entre-haitianos-em-santa-catarina-5791962.html>> Acesso em 30 jun. 2017

BRYAN, Samuel. Acre recebe representante do Conselho Nacional para Refugiados. *Notícias do Acre*. Rio Branco, 20 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/acre-recebe-representante-do-conselho-nacional-para-refugiados/>> Acesso em 30 jun. 2017

CADELY, Jean-Robert. Haiti: A Política da Língua. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano. *Refúgio e hospitalidade*. Curitiba: Kairós, 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/livro_refugio_e_hospitalidadedistribuicao_web.pdf#page=309> Acesso em: 15 jan. 2017

CHAGAS, Marcos. Padre haitiano diz que tráfico de pessoas sustenta a imigração ilegal para o Brasil. *EBC*. Brasília, 15 nov 2012. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/2012/11/padre-haitiano-diz-que-traffic-de-pessoas-sustenta-a-imigracao-ilegal-para-o-brasil>> Acesso em 30 jun. 2017 (A)

CINTRA, Daiane. Pesquisa da Unila revela comunidade haitiana em Cascavel. *Rádio Cultura*. Foz do Iguaçu, 13 set. 2014. Disponível em: <<http://www.radioculturafoz.com.br/pesquisa-da-unila-revela-comunidade-haitiana-em-cascavel/#.WSy542grK01>> Acesso em 30 jun. 2017

COLOMBO, Marcelo. A vulnerabilidade do migrante trabalhador como instrumento para o tráfico de pessoas e o trabalho escravo. p.89-93. In: Prado, Erlan José Peixoto; COELHO, Renata (orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

CONHEÇA o perfil e a motivação dos haitianos que entram no Brasil. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 mai. 2014. Disponível em: <<http://brasil.blogfolha.uol.com.br/2014/05/19/conheca-o-perfil-e-a-motivacao-dos-haitianos-que-entram-no-brasil/>> Acesso em 30 jun. 2017

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg. Resolução Normativa CNIg nº 97 de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 a nacionais do Haiti. *Diário Oficial da União*. Brasília, 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>> Acesso em 13 nov. 2017

COGO, Denise. Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. *Chasqui*. Revista Latinoamericana de Comunicación, [S.l.], n. 125, p. 23 - 32, abr. 2014. Disponível em: <<http://chasqui.ciespal.org/index.php/chasqui/article/view/39>>. Acesso em: 15 nov. 2017

DAROS, Cristiano. Haitianos que moram em Caxias do Sul dão palpites para o jogo entre Brasil e Haiti pela Copa América. *ClicRBS*. Caxias do Sul, 08 jun. 2016. Disponível em<<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2016/06/haitianos-que-moram-em-caxias-do-sul-dao-palpites-para-o-jogo-entre-brasil-e-haiti-pela-copa-america-5889047.html>> Acesso em 30 jun. 2017

DEBONA, Darci. Idioma, leis e preconceito são barreiras para haitianos. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 jan. 2015. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/01/idioma-leis-e-preconceito-sao-barreiras-para-haitianos-4678987.html>> Acesso em 30 jun. 2017

DIJK, Teun A. van. *La Noticia como Discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. 1ª ed. Barcelona: Paidós, 1990.

DUARTE, Fernando. O nadador haitiano que, sem piscina olímpica, treinou para Rio 2016 com vídeos de Phelps. *BBC*. Rio de Janeiro, 03 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36967698>> Acesso em 30 jun. 2017

ESTARQUE, Marina. No centro de disputa política, haitianos vivem incerteza em São Paulo. *Deutsche Welle Brasil*. São Paulo, 30 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/no-centro-de-disputa-pol%C3%ADtica-haitianos-vivem-incerteza-em-s%C3%A3o-paulo/a-17603711>> Acesso em 30 jun. 2017

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. p.95-112. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs). *Imigração Haitiana para o Brasil*. Jundiaí: Paco, 2016

FIORAVANTI, Carlos. As raízes da resistência. *Pesquisa Fapesp*. São Paulo, 13 out. 2015. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/10/13/as-raizes-da-resistencia/>> Acesso em 30 jun. 2017

FLUSSER, Vilém. *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMBATA, Marsílea. Cansados da miséria crônica, haitianos buscam nova vida no Brasil. *Carta Capital*. São Paulo, 08 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/cansados-da-miseria-cronica-haitianos-tentam-migrar-para-o-brasil-em-busca-de-uma-nova-vida-9882.html>> Acesso em 30 jun. 2017

GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

JINKINGS, Daniella. CNI decide exigir visto de trabalho para haitianos. *Exame*. São Paulo, 12 jan. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/cni-decide-exigir-visto-de-trabalho-para-haitianos/>> Acesso em 30 jun. 2017

LEITÃO, Thais. Chega a 6 mil o número de haitianos irregulares no Brasil. *Exame*. São Paulo, 30 set 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/chega-a-6-mil-o-numero-de-haitianos-irregulares-no-brasil/>> Acesso em 30 jun. 2017

LUSSI, Carmen. Teorias da Mobilidade Humana. p.43-112. In: DURAND, Jorge. LUSSI, Carmem. *Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações*. Jundiaí: Paco, 2015.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti. p.229-252. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs). *Imigração Haitiana para o Brasil*. Jundiaí: Paco, 2016

MAMED, Letícia; LIMA, Eurenice Oliveira. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes no Acre. p.113-172. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs). *Imigração Haitiana para o Brasil*. Jundiaí: Paco, 2016

MARTINS, José Renato de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MONTE, João Bosco. Os fluxos migratórios haitianos na América do Sul. *O Povo*. Fortaleza, 11 jul. 2012. Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/colunas/mapa-mundi/2012/07/11/noticiasmamundi,2876517/os-fluxos-migratorios-haitianos-na-america-do-sul.shtml>> Acesso em 30 jun. 2017

MORAES, Isaias Albertin; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. *Revista Conjuntura Austral*. v.4, n.20, out/nov. 2013. p.95-114. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/35798/27329>> Acesso em 01 nov. 2017.

NOVAES, Marina. Refugiados iniciam curso de português para recomeçar vida no Brasil. *Terra*, São Paulo, 13 abr. 2013. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/sp-refugiados-iniciam-curso-de-portugues-para-recomecar-vida-no-brasil,28d981c94e40e310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>> Acesso em 30 jun. 2017

PERRUSO, Hugo. Equipe formada por haitianos disputa a Terceirona do Carioca. *O Dia*. Rio de Janeiro, 01 set. 2016. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/esporte/2016-09-01/equipe-formada-por-haitianos-disputa-a-terceirona-do-carioca.html>> Acesso em 30 jun. 2017

POLIT, Denise F; HUNGLER, Bernadette P. *Fundamentos da Pesquisa em Enfermagem*. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
REVIEJO, Isabel. Após fim do "sonho brasileiro", haitianos tentam admissão nos EUA pelo México. *UOL*. São Paulo, 27 set. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/09/27/apos-fim-do-sonho-brasileiro-haitianos-tentam-admissao-nos-eua-pelo-mexico.htm>> Acesso em 30 jun. 2017

ROCHA, Leonel; ARANHA, Ana. O que fazer com os imigrantes do Haiti?. Revista Época. São Paulo, 04 fev. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI208935-15223,00->

[O+QUE+FAZER+COM+OS+IMIGRANTES+DO+HAITI.html](http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI208935-15223,00-O+QUE+FAZER+COM+OS+IMIGRANTES+DO+HAITI.html)> In: INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS – IMDH. *Migração Haitiana para o Brasil: resenha de imprensa*. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/images/arquivos/resenha-de-imprensa-2013.pdf>> Acesso em 30 mai. 2017.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Sidney Antônio. Inserção social e produtiva dos haitianos em Manaus. p.165-173. In: Prado, Erlan José Peixoto; COELHO, Renata (orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

SOARES, Denise. Da construção civil para a culinária, haitianos encaram oportunidades. *G1*, Cuiabá, 03 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/02/da-construcao-civil-para-culinaria-haitianos-encaram-oportunidades.html>> Acesso em 30 jun. 2017

TRUFFI, Renan. Um desastre humanitário no centro de São Paulo. *Carta Capital*. São Paulo, 24 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-desastre-humanitario-no-centro-de-sao-paulo-9065.html>> Acesso em 30 jun. 2017

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Tráfico de Pessoas e Contrabando de Imigrantes*. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>> Acesso em 02 set. 2017.

VILLEN, Patrícia. Periféricos na Periferia. p.45-64. *In:* BAENINGER, Rosana et al. (orgs). *Imigração Haitiana para o Brasil*. Jundiaí: Paco, 2016

VILLANOVA, Bianca. IFSC de Jaraguá do Sul lança curso de língua portuguesa e cultura brasileira para estrangeiros. *A Notícia*, Jaraguá do Sul, 13 jun 2015. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/an-jaragua/noticia/2015/06/ifsc-de-jaragua-do-sul-lanca-curso-de-lingua-portuguesa-e-cultura-brasileira-para-estrangeiros-4781081.html>> Acesso em 30 jun. 2017

O PARADIGMA PRODUTIVO QUE ENGOLIU O PIONEIRISMO DA REFORMA AGRÁRIA URUGUAIA EM PROL DO DIREITO INALIENÁVEL DA PROPRIEDADE INDIVIDUAL

Paulo Sérgio de Castro ²⁴

Rita de Cássia Marques Lima de Castro ²⁵

INTRODUÇÃO

Terra. Meio de produção agropecuário que apresenta diversas peculiaridades. Tecnicamente, a terra é composta pelo solo, “en el sentido de un pedazo de mundo es el resultado de la naturaleza, no es producto del trabajo humano. Esto significa que el suelo no es posible de ser reproducido a voluntad.” (FOLADORI; MELAZZI, 2009, p. 71).²⁶ Para Foladori e Melazzi (2009), a terra é uma parte do solo e este engloba, ainda, rios, mares, subsolo e lagos; ou seja, o solo é um meio de produção natural bastante distinto e que pode ser

²⁴ Doutorado em andamento (fase monográfica) pela Universidad de Buenos Aires (UBA) - Argentina. Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Pós-graduado com especialização em Direito Previdenciário, Direito Educacional e Direito Empresarial. Bacharel em Direito (Faculdades Integradas de Guarulhos) e em Administração (Centro Universitário SENAC). Contato: paulocastro@usp.br

²⁵ Doutora em Ciências pelo no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professora na Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuárias – FEA; pesquisadora no CORS (FEA-USP), onde realizou pesquisa de pós-doutorado entre 2015-2017 na Administração e realiza segundo pós-doutorado (2019-2021) no departamento de Economia; pesquisadora no NESPI-USP; avaliadora do Sistema Basis – MEC. Contato: ritalimadecastro@gmail.com

²⁶ No sentido de um pedaço de mundo é o resultado da natureza, não é produto do trabalho humano. Isto significa que não é possível reproduzir o solo por um ato da vontade (humana). (tradução livre, própria, 2018).

monopolizado pelo ser humano. Dessas duas características destacadas – ser heterogêneo e ser monopolizável, o solo gerará uma renda absoluta e outra que os autores chamam de diferencial.

Por permitir a geração de renda, a terra, parte do solo, vai ser fruto de interesse por parte do ser humano. Assim, analisar a questão da terra exige um debruçar sobre estruturas e sobre poder. Estruturas são os fundamentos que envolvem a análise da terra – também denominadas categorias, compreendem capital, renda, terra propriamente dita, trabalho e propriedade. Essas estruturas, vale ressaltar, nem sempre são iguais, ainda que geograficamente as terras sejam semelhantes.

Na América Latina, por exemplo, são tão distintas as histórias sobre a terra que uma análise comparativa seria objeto de muita investigação e resultaria, certamente, em páginas e páginas de diversidade. Já o poder e sua relação com as terras é algo tão profundo que poderia gerar uma enciclopédia na qual um elemento sempre presente seria o resultado das transformações sociais advindas da decisão quanto à posse, ao uso e à destinação da terra. Considerando-se esses dois elementos – estruturas e poder - optou-se, para esta breve análise, por um dos países mais diminutos, em termos territoriais, da América Latina, mas que se apresenta como oportuno para a realização de um estudo reflexivo de natureza investigativa: o Uruguai. Tendo-se, pois, como objetivo geral desenvolver uma análise sobre a questão da terra no Uruguai, tomando por base as categorias:

capital, renda, terra, trabalho e propriedade, apresenta-se a seguir os resultados desta pesquisa.

2. METODOLOGIA

Para este presente trabalho, de caráter descritivo e exploratório, utilizaram-se, como técnicas de pesquisa, a pesquisa bibliográfica, com busca de artigos e livros na base Scielo e no portal de periódicos da CAPES que versassem sobre o tema ‘a terra no Uruguai’. Também foram pesquisados sites institucionais como o da CEPAL, do Ministério da Agricultura no Uruguai e foi realizada pesquisa documental, com a leitura de relatórios disponíveis na internet de órgãos privados ou públicos que apresentam informações e dados sobre o referido tema.

3 O MODELO URUGUAIO

De acordo com dados do relatório denominado *Oportunidades de Inversión - Agronegocios - Uruguay XXI* (2016), o Uruguai apresenta 176.215 km² de superfície, sendo que 95% de seu território é considerado solo produtivo que está apto para a exploração agropecuária; sua população, em dados de 2015, foi estimada em 3,47 milhões de habitantes. Seu PIB per capita é de US\$ 15.414, a esperança de vida ao nascer é de 77 anos e sua taxa de alfabetização está em 98% da população.

Segundo Moraes (2016, s/p.):

La tierra no siempre fue sinónimo de riqueza ni objeto de codicia en Uruguay. En la mitad del siglo XVIII podía considerarse un recurso

superabundante en relación con el tamaño de aquellas comunidades humanas minúsculas que protagonizaron la colonización europea de estos territorios: en la jurisdicción del Montevideo colonial, cuya superficie era de aproximadamente un millón y medio de hectáreas, vivían, según las estimaciones más recientes, cerca de 2.000 personas en 1760 y cerca de 30.000 en 1810.²⁷

A evolução econômica do Uruguai traz, dentre outros elementos importantes, a terra como um ativo valioso. Moraes (2016), ao citar um estudo de VICARIO, C., “The formation of human capital in pre-modern Latin America”, da Eberhard Karls Universität Tübingen, ano 2015, aponta que por um século (da metade do séc. XVIII à metade do séc. XIX) o gado, o solo, tanto urbano quanto rural e os escravos eram as maiores fontes de riqueza, sendo os dois primeiros – gado e solo – os que realmente impactavam na formação da riqueza. É oportuno destacar que a terra mais valiosa não era a rural, mas sim, a urbana.

“A pesar de esto, ya a fines del período colonial habían empezado a expresarse claramente propuestas doctrinarias y políticas en favor de la propiedad individual de la tierra como institución que garantizaría el desarrollo económico y social del campo.”²⁸ (MORAES, 2016, s/p.). Um dos motivos para essa visão mais voltada à associação da propriedade da terra com riqueza foi a ampliação do comércio entre a América Latina e a Europa, que foi mais intensiva

²⁷ A terra nem sempre foi sinónimo de riqueza nem objeto de cobiça no Uruguai. Na metade do século XVIII (a terra) podia ser considerada um recurso superabundante com relação ao tamanho daquelas minúsculas comunidades humanas que protagonizaram a colonização europeia dos territórios na jurisdição do Montevideu colonial, em cuja superfície era de aproximadamente um milhão e meio de hectares viviam, segundo as estimativas mais recentes, cerca de 2.000 pessoas em 1760 e cerca de 30.000 em 1810 (tradução livre, própria, 2018).

²⁸ Apesar disso, já ao final do período colonial, começaram-se a expressar claramente propostas doutrinárias e políticas a favor da propriedade individual da terra como instituição que garantiria o desenvolvimento econômico y social do campo. (tradução livre, própria, 2018).

com o comércio de couros, nos anos 1780. Com essa ampliação comercial, os olhares europeus e dos descendentes de espanhóis nascidos em território uruguaio, os ‘criollos’, se voltaram para a busca pela tomada da propriedade da terra como uma forma de fazer riqueza. A propriedade, pois, passou a ser sinônimo de riqueza.

Moraes (2016) faz um resumo bem elucidativo sobre a evolução do uso das terras no Uruguai – a terra serviu como ferramenta de castigo de inimigos ou de escravidão; serviu como moeda de troca; serviu para assentar chefaturas militares; serviu para pagar dívida pública e contrair novas dívidas. Tudo isso entre 1810-1860, para depois chegar, no final dos anos 1800, a ser um ativo que recebeu uma nova hierarquia, na visão da autora, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

O objetivo da divisão ou subdivisão de terras estava na promoção do assentamento do trabalhador rural, conforme destaca o *Instituto Nacional de Colonización – INC*. No Anexo A, apresenta-se um quadro histórico que detalha como ocorreu o acesso à terra no Uruguai, reproduzindo as informações constantes do site institucional do referido Instituto (INSTITUTO, 2018).

O fato é que a terra passou a ser, cada vez mais, um ativo gerador de riqueza em um mercado em que o capital começava a marcar presença. A terra tornou-se, no dizer de Moraes (2016, s/p.), “sinônimo de riqueza”.

Estaba en estado avanzado el “alambramiento de los campos”, que venía a poner punto final al largo proceso de consolidación de los derechos individuales de propiedad sobre los recursos naturales, y, en consecuencia, se había formado un mercado de tierras completo, que

ya no dejaba fuera más que las llamadas “sobras fiscales”. (MORAES, 2016, s/p.).²⁹

Observa-se que a propriedade passou a ser não apenas fonte de renda, mas também forma de gerar riqueza ou capital. Há, nessas três categorias – propriedade – renda – capital uma nova construção de cenários – se antes a terra era uma fonte de recursos para consumo próprio, ela passa a ser um local delimitado, demarcado, em que o direito de propriedade individual se sobrepõe ao espaço geográfico natural, que é o que Moraes (2016) chama de consolidação desses direitos individuais de propriedade sobre os recursos naturais. A estrutura da terra passou a ser mais formalizada, mais complexa, delimitada de direito e de fato – os arames que se passavam para fazer as cercas dos campos indicavam que ali estava um território de alguém; e esse território era inviolável.

Conforme destacam Barrán e Nahum (1967), a delimitação da terra com arame farpado foi considerada uma revolução porque cristalizou, de fato, o que os autores chamam de estrutura de propriedade da terra,

es decir, la afirmaba en las manos de sus poseedores para siempre. Estos quedaban por primera vez como dueños absolutos de un bien que, según los rurales, había sido hasta cierto punto colectivo, porque lo usaban también los linderos con poca tierra y mucho ganado.³⁰ (BARRÁN; NAHUM, 1967, p. 532).

²⁹ Estava em estado avançado o trabalho de cercar os campos com arames farpados, o que colocava um ponto final ao longo processo de consolidação dos direitos individuais de propriedade sobre os recursos naturais e, conseqüentemente, se havia formado um completo mercado de terras, que já não deixava de fora nada além das chamadas “sobras fiscais”. (tradução livre, própria, 2018).

³⁰ isto é, a afirmava em mãos de seus possuidores para sempre. Estes tornavam-se, pela primeira vez, donos absolutos de um bem que, de acordo com o povo rural, havia sido coletivo, até certo ponto, porque o usavam também os que viviam em áreas limítrofes com pouca terra e muito gado. (tradução livre, própria, 2018).

No século XX, esse modelo se consolidou e a exportação de carne e de lã, principalmente, fizeram das terras uruguaias instrumentos de produção de renda e capital, ou seja, de riqueza advinda da terra. Como em grande parte da América Latina, a concentração da riqueza de terras denota a desigualdade em termos de concentração de renda – o latifúndio, ou a grande propriedade de terra, predominou no Uruguai. (MORAES, 2016; FERNÁNDEZ, 2016). Conforme destaca Fernández (2016, p. 15):

La imagen que mejor capta la estructura de la propiedad territorial del sector agrario uruguayo durante el siglo XX es la bipolaridad latifundio – minifundio. Aunque la gran propiedad territorial existía desde el período colonial, la bipolaridad latifundio-minifundio del Uruguay contemporáneo no tuvo la misma significación económica ni social que tuvo antes de la modernización. La configuración inicial de la estructura del siglo XX es hija de la “modernización rural”, un ciclo de transformaciones tecnológicas, productivas e institucionales ocurridas entre 1860-1914 que definió los rasgos esenciales del sector agrario contemporáneo.³¹

Dados apontados no artigo de Moraes (2016) destacam que o latifúndio sempre foi uma espécie de obsessão tanto da parte intelectual quanto da parte política uruguaia; a desigualdade permaneceu como marca e, durante o século XX todo, houve uma concentração de terras na mão de poucos – enquanto os pequenos produtores não chegaram a ter nem 10% do total de terras, poucos produtores com mais de 1.000 hectares de terras, os latifundiários, concentravam ao menos 55% de toda a superfície destinada às

³¹ A imagem que melhor capta a estrutura da propriedade territorial do setor agrário uruguaio durante o século XX é a bipolaridade latifúndio - minifúndio. Embora a grande propriedade territorial existisse desde o período colonial, a bipolaridade latifúndio-minifúndio do Uruguai contemporâneo não apresentava o mesmo significado econômico ou social que havia antes da modernização. A configuração inicial da estrutura do século XX é filha da "modernização rural", um ciclo de transformações tecnológicas, produtivas e institucionais ocorridas entre 1860-1914, que definiram as características essenciais do setor agrário contemporâneo. (tradução livre, própria, 2018).

atividades agropecuárias. Informações semelhantes são encontrados em Fernández (2016).

Moraes (2016) denomina de segundo capitalismo agrário às reformas advindas no século XXI, todas elas diretamente relacionadas a implantação de processos com alta tecnologia na agropecuária. Nesse segundo capitalismo agrário, se há um fator que permanece sem mudança é a desigualdade no tocante à posse e uso da terra. Inclusive, a concentração de renda em torno de uma minoria, como sói acontecer na América Latina, traz um dado novo com relação ao Uruguai: essa concentração deriva de rendas imobiliárias, ou seja, a riqueza imobiliária é preponderante para definir a concentração de rendas da população uruguaia (DE ROSA, 2016). No caso do Uruguai, o estudo de De Rosa (2016) apresenta que apenas 1% (um por cento) de toda a população uruguaia (25 mil pessoas) é responsável pela concentração de toda a riqueza uruguaia. Esses dados reforçam a análise que vem sendo feita quanto a ser a terra uma fonte de capital, renda e, mais ainda, manutenção do *status quo*.

No tocante a este último ponto, manutenção do *status quo*, é recomendável compreender o que o Estado uruguaio fez, durante séculos, para que a terra fosse uma forma de manutenção do equilíbrio das forças sociais. Para tanto, optou-se por fazer, aqui, um recorte legal. Com relação à legislação sobre acesso à terra no Uruguai, Díaz (2015) relembra uma peculiaridade sobre o país que é importante para esta análise: trata-se do fato de que o Uruguai, com a Argentina, são os únicos dois países de toda a América Latina que não adotaram leis

de reforma agrária. Vale lembrar, contudo, que à época do governo de Artigas, início do século XIX, houve um movimento agrário no Uruguai para levar à distribuição de terras, mas o projeto de reforma agrária durou pouco – de 1815 a 1820. A colonização das terras uruguaias deu-se, pois, sob o princípio do respeito à propriedade privada das terras.

Essa peculiaridade da inexistência da reforma agrária profunda, que envolve a expropriação de terras improdutivas, chama a atenção porque reforça a compreensão do significado da terra para o povo uruguaio – como já apontado anteriormente, a terra é considerada uma propriedade privada praticamente inalienável; as leis uruguaias apontam que ninguém pode ser privado de seu direito de propriedade, com a única exceção de uma necessidade da terra por utilidade pública, cabendo ao Tesouro Nacional dar a devida compensação pela aquisição da terra (artigo 32 da Constituição da República de 1967, citado em Díaz, 2015). A propriedade da terra é, portanto, regida pelo que se denomina marco liberal que visa à promoção do pleno e livre desenvolvimento do mercado imobiliário uruguaio; a propriedade é considerada como “una de las bases de la seguridad jurídica y el Estado de derecho”³² (DÍAZ, 2015, p.2).

Legalmente, o Uruguai procurou garantir o princípio da propriedade da terra, bem como a valorização da terra como meio de obtenção de renda e como uma forma de trabalho por meio das

³² Uma das bases da segurança jurídica e do Estado de Direito (tradução livre, própria, 2018).

seguintes leis, em resumo elaborado com base em Díaz (2015) e no *Instituto Nacional de Colonización* (INC, 2018):

Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el Fomento de su Campaña y Seguridad de sus Hacendados de 1815 – regulamento que poderia ser considerado como a primeira reforma agrária da América Latina, no dizer de De la Torre (1971), apud Díaz (2015). Esse regulamento foi a primeira ação em prol de uma camada da população mais pobre, no que diz respeito a seu acesso à terra (que, lembrando, é sinônimo de riqueza).

Constituição de 1830 – declara como sagrada e inviolável a propriedade privada.

Código Rural de 1876 – leva à delimitação das propriedades com o ‘alambramiento’ (colocação de arames farpados nos limites das propriedades).

Lei 4301 de 1913 – institui a colonização como uma missão, uma tarefa pública permanente.

Lei 7426 de 1923 – cria uma seção para o fomento agrícola e a colonização, levando a ação de aquisição de imóveis hipotecados no mercado a ser a principal forma de haver incorporação de terras por parte do Estado, visando à colonização.

Lei 11.029 de 1948 – cria o Instituto Nacional de Colonização (INC), que visa beneficiar a produção das colônias, promover a subdivisão das terras visando à eficiência de sua exploração e a melhoria da produção agropecuária, além de pensar no bem-estar do trabalhador rural.

Lei 18.116 de abril de 2007 – regula conflitos, estabelecendo punições para quem usurpar terras.

Lei 18.187 de 2007 – altera a Lei 11.029/48, dando mais autonomia ao INC para negociar com outros órgãos estatais que estejam impedindo a eficácia da ação do INC no tocante à aquisição de terras para distribuí-las aos colonos. Também altera a escola de superfície que o INC poderia adquirir, facilitando a compra de estabelecimentos com mais de 500 hectares.

Decreto Presidencial de 24 de abril de 2012 – estabelece a primazia da oferta de propriedades, qualquer que seja seu tamanho, ao INC, em primeiro lugar, para depois, caso não haja interesse na aquisição, ofertar tal propriedade ao mercado.,

Lei 18.756 de 2014 – cria o Fundo Nacional de Colonização para facilitar os financiamentos de terras para aquisição e redistribuição aos colonos.

Todos esses instrumentos legais buscaram promover ações produtivas no setor agrícola, visto como estratégico para o Uruguai, e trazer, ao mesmo tempo, redução de conflitos sociais. O paradoxo está em que, segundo Díaz (2015), o primeiro regulamento, embora tenha vigido por poucos anos, foi o embrião da criação do INC e serve, até os dias atuais, como uma espécie de inspiração para as lutas sociais em busca da posse da terra. Fica patente, pela leitura dos resumos relacionados aos instrumentos legais, que a terra adquirida pelo Estado tem uma função social (DÍAS, 2015) e esta deve ser exercida com o intuito de dar acesso à terra aos que têm menor poder aquisitivo,

permitindo um equilíbrio ou uma redução das diferenças entre as distintas camadas sociais. Em outras palavras, busca-se manter o status quo por meio da alteração em leis e outros instrumentos legais que mantenham a correlação de forças entre os dois principais elementos em jogo – a propriedade privada e a função social da terra dentro de um limite ‘aceitável’ de alterações pontuais sem mudanças profundas.

Quanto à relação entre trabalho e terra, volta-se à questão da terra como ente ou paradigma produtivo. O Uruguai tem atuado para outorgar terras que são do Estado a trabalhadores que são assalariados rurais e a camponeses, os chamados produtores familiares. Essa ação é feita por meio do Instituto Nacional de Colonização, o já mencionado INC (DÍAZ 2015). O trabalho na terra é considerado como uma das atividades importantes do país e as iniciativas de outorga são feitas, principalmente, para manter um dos princípios sobre a terra – o da propriedade, além de alcançar ao desejo de produtividade contido na ideia de paradigma produtivo da terra. Ao realizar um breve apanhado das legislações uruguaias sobre a terra, analisando-se a obra de Díaz (2015), identifica-se que as iniciativas de distribuição de terras visam eliminar conflitos de posse, reduzir a ocupação irregular de terras e reforçar o princípio de que a propriedade da terra é um dos direitos mais importantes a serem conservados.

A agricultura é vista como, no dizer de Methol (2012) apud Díaz (2015), um paradigma produtivo. Tal visão leva à inferência de que, de fato, a agricultura é considerada como estratégica para o Estado. O

paradigma produtivo apresenta, entretanto, uma visão distinta da chamada reforma agrária propriamente dita porque não traz em seu bojo a proposta de reforma agrária profunda, com expropriação de terras, mas sim visa à colonização para que haja a exploração ‘racional’ da terra e o resultado seja o de uma ocupação legítima da terra, com o devido pagamento a quem possuía inicialmente a terra e com a oferta ao colono da possibilidade de trabalhar de forma produtiva, que gere lucros, sim, mas também lhe traga bem-estar.

Todavia, o que parecer ser, em um primeiro momento, algo como a busca da inserção do trabalhador de menor condição financeira ao mercado por meio da outorga de terras que foram adquiridas pelo Estado e do incentivo à produtividade da terra, carrega uma faceta de manutenção do status quo, como já apontado alguns parágrafos acima, que perpetua as diferenças sociais. Em que pese o fato de o Uruguai ser considerado um dos países de melhor qualidade de vida e menor desigualdade na região do mundo considerada de maior desigualdade, que é a América Latina (CEPAL, 2018), suas ações sobre a terra como função social deixam a desejar em termos de redução dessa própria desigualdade. Estudo de Benítez e Neumann (2015) corroboram essa afirmação ao estudarem o comportamento do mercado de terras uruguaio e de como ocorre a determinação de preços nesse mercado. Os autores constatam que tanto o mercado quanto os preços das propriedades levam à exclusão dos produtores uruguaio, principalmente dos de pequeno porte.

Essa exclusão ocorre por uma lógica produtiva – sendo o ativo de maior valor na atividade agrícola, a terra é o mais heterogêneo dos fatores de produção (SOTO, 2005, apud Benítez e Neumann (2015) e, por conseguinte, o que apresenta maior possibilidade de oscilação em termos de valor em uma negociação e de poder de barganha. Como no Uruguai prevalece o que se poderia denominar de promoção do livre-mercado no contexto da política agrária (BENÍTEZ; NEUMANN, 2015), irá barganhar mais quem puder mais.

Além do maior poder de compra por parte de grandes investidores ou até de sociedades anônimas, a ação estatal de aquisição de terras para redistribuí-las por meio do INC aos pequenos colonos é incipiente, se comparada à ação dos grandes grupos e suas compras de grandes glebas de terra. Considerando-se esses fatores, não há como discordar de Benítez e Neumann (2015), ao apontarem que o poder dos grandes proprietários se mantém de forma hegemônica no país e, complementando, servem como exemplo de como a terra embute, em si, a questão do poder.

O poder é uma categoria que pode ser avaliada ao se observar o modo de produção, mas não de uma maneira meramente econômica; conforme alerta Martins (2010, p. 20), ao citar Marx, é necessário compreender o modo de produção como o modo pelo qual ocorre o movimento da sociedade, “é o modo historicamente singular como a sociedade se produz e não meramente o modo como a sociedade produz”. No caso do Uruguai, a história da terra demonstra que esta, enquanto recurso natural, atuou na reprodução social dos grupos,

reproduzindo as estruturas de poder que sustentam a sociedade uruguaia. De fato, a produção e a reprodução sociais estão diretamente relacionadas com o uso dos recursos naturais, conforme destaca Diegues (2008), apud Suzuki (2013).

Por conta dessa construção histórica que aparenta ser natural, é preciso que haja uma discussão crítica quanto a como funcionam os mecanismos de produção do capital em sua ação de “manutenção da reprodução ampliada de capital” (SUZUKI; MARTINS, 2015, p. 210). A discussão crítica, como a realizada em muitos desses textos utilizados para a composição desta breve análise, possibilita que a sociedade compreenda os mecanismos que constroem a sua história. Como alertam Suzuki e Martins (2015), essa discussão permite a superação das contradições sociais e a associação do sujeito à sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da questão da terra no Uruguai tomando por base as categorias capital, renda, terra, trabalho e propriedade leva à compreensão de que o ativo ‘terra’ sempre foi considerado, na história do Uruguai, como um ativo valioso e que deveria ter prerrogativas claras de proteção ao direito de propriedade.

Ainda que o Uruguai tenha sido o primeiro país latino-americano a desenvolver uma proposta de reforma agrária, com seu *Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el Fomento de su Campaña y Seguridad de sus Hacendados* de 1815, o ‘vir a ser’ de uma reforma

agrária permaneceu incólume ao longo dos séculos, tendo havido, em seu lugar, uma espécie de reforma parcial que buscou reduzir os conflitos entre os interesses da propriedade privada e os da sociedade como um todo – ao adotar a prerrogativa de função social da terra e criar órgãos estatais para a aquisição de terras e sua concessão a pequenos produtores, o Uruguai buscou amenizar as discrepâncias sociais e manter seu rico ativo – a terra – dentro do paradigma produtivo que sempre orientou as ações estatais.

Considerando-se o breve levantamento histórico realizado neste trabalho, o modo como a sociedade se produziu e se produz no Uruguai demonstra a manutenção do poder por meio de dispositivos legais que mantém o poder dos grupos que estão no poder e dão aos não empoderados a sensação de ‘vir a ser’ que nunca chega a ser, mas que é amenizada pelo paradigma produtivo da terra que gera a sensação de produzir riqueza e desenvolvimento.

A terra é sinônimo de capital, fator gerador de renda e símbolo de status. Ao longo dos séculos, essa combinação de capital e geração de renda serviu para manter a estrutura de status vigente e para reforçar o domínio - sob a égide do direito – sobre a propriedade privada. Por trás do arcabouço jurídico sobre as leis e as terras, o que se pode encontrar são ações em prol da manutenção do status quo com pequenos ajustes na letra da lei que permitam a manutenção e o reforço das bases que sustentam a questão das terras no Uruguai: o direito à propriedade privada e a função social da terra, que se combinam para estruturar o paradigma produtivo que é associado à

terra como elemento valioso de riqueza. Pelo exposto neste trabalho, pode-se afirmar que o paradigma produtivo engoliu o pioneirismo da reforma agrária uruguaia em prol do direito inalienável da propriedade individual, como expresso no título deste trabalho. Não se sabe, porém, até quando...

REFERÊNCIAS

BARRÁN, José P.; NAHUM, Benjamin. *Historia rural del Uruguay moderno 1851-1885*. Montevideo: Ed. de la Banda Oriental, 1967. Disponível em: <http://www.bibliotecadelbicentenario.gub.uy/innovaportal/file/52711/1/barran_tomo_1.pdf>. Acesso em 30 jul. 2018.

BENÍTEZ, Gustavo; NEUMANN, Pedro Selvino. Estrutura e funcionamento do mercado de terras no Uruguai. *Desenvolvimento em questão*. Editora Unijuí, ano 13, n. 31, jul-set.2015, p. 356-394. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/download/3166/3666>>. Acesso em 05 ago.2018.

CEPAL – Comisión Executiva para América Latina y el Caribe. *La ineficiencia de la desigualdad*. 2018. Trigésimo séptimo período de sesiones de la CEPAL. La Habana, 7 a 11 de mayo. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43566/1/S1800302_es.pdf>. Acesso em 30 jul.2018.

DE ROSA, Mauricio. Distribución de la riqueza en Uruguay: una aproximación por el método de capitalización. *Conferencia COES-LSE*. Noviembre 2016. Disponível: <<https://www.coes-conference.cl/wp-content/uploads/2016/11/De-Rosa.pdf>>. Acesso em 30 jul.2018.

DÍAZ, Pablo. Legislación sobre acceso a la tierra en el Uruguay. Documento Técnico – Uruguay. *Movimiento Regional por la tierra*. 2015. Disponível em: <<https://porlatierra.org/docs/01a953c3f6b33750f5f03c48753c1cbb.pdf>>. Acesso em 30 jul.2018.

FERNÁNDEZ, Emílio. El problema de la tierra en el Uruguay desde una perspectiva histórica. *Curso de Educación Permanente: Derecho de acceso a la tierra en Uruguay*. Centro Universitario de Rivera. Universidad de la República. 2016. Disponível em: <<http://www.fagro.edu.uy/index.php/documentos/category/111-derecho-a-la-tierra?download=874:el-problema-de-la-tierra-en-el->

uruguay-desde-una-perspectiva-historica-lic-mag-emilio-fernandez>. Acesso em 30 jul.2018.

FOLADORI, Guillermo; MELAZZI, Gustavo. *La economía de la sociedad capitalista y sus crisis recurrentes*. Montevideo: Universidad da La República. Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio, 2009. Disponível em: <http://universidadur.edu.uy/pim/wp-content/uploads/sites/14/2016/11/EconomAa_de_la_Sociedad_Capitalista_web.pdf>. Acesso em 30 jul.2018.

INSTITUTO Nacional de Colonización – INC. *Site institucional. Antecedentes*. 2018. Disponível em: <<https://www.colonizacion.com.uy/antecedentes>>. Acesso em 30 jul.2018.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, María Inés. *Tierra y riqueza en la historia del agro uruguayo*. Artigo publicado em 15 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://ladiaria.com.uy/articulo/2016/8/tierra-y-riqueza-en-la-historia-del-agro-uruguayo/>>. Acesso em 30 jul.2018.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. *Espaço e Geografia*, v. 16, n. 2, 2013, p. 627-640. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/272>>. Acesso em 30 jul.2018.

SUZUKI, Júlio César; MARTINS, Marcos Henrique. Jovens quilombolas e a mobilidade do trabalho nas comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Rio Ribeira de Iguape – São Paulo. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v.04, n. 01, 2015, p. 207-234. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229869/24074>>. Acesso em 30 jul.2018.

URUGUAY XXI. Oportunidades de inversión. AGRONEGOCIOS. *Informe Agronegocios - Diciembre 2016 - Uruguay XXI*. Disponível em:

<http://www.camaramercantil.com.uy/uploads/cms_news_docs/Informe-Agronegocios-Diciembre-2016-Uruguay-XXI.pdf >. Acesso em 30 jul.2018.

ACCESO A LA TIERRA EM LA HISTORIA DE URUGUAY

“Lo triste de nuestro hombre campesino es que, un día, él, como nadie, siguió con lealtad inconvencible a Artigas en el Exodo, que él, como nadie, creyó en Artigas, porque su instinto le avisó que aquel hombre genial fue capaz de traspasar las cerradas fronteras de su clase para saltar en medio de las clases desposeídas del río de la Plata. Lo triste, digo, es que aquellos hombres que le siguieron, que murieron en tantos campos de batalla por conquistar una tierra para su libertad, al cabo de un siglo, sus nietos pueden ver que solo conquistaron una tierra para su esclavitud”

Justino Zavala Muñiz

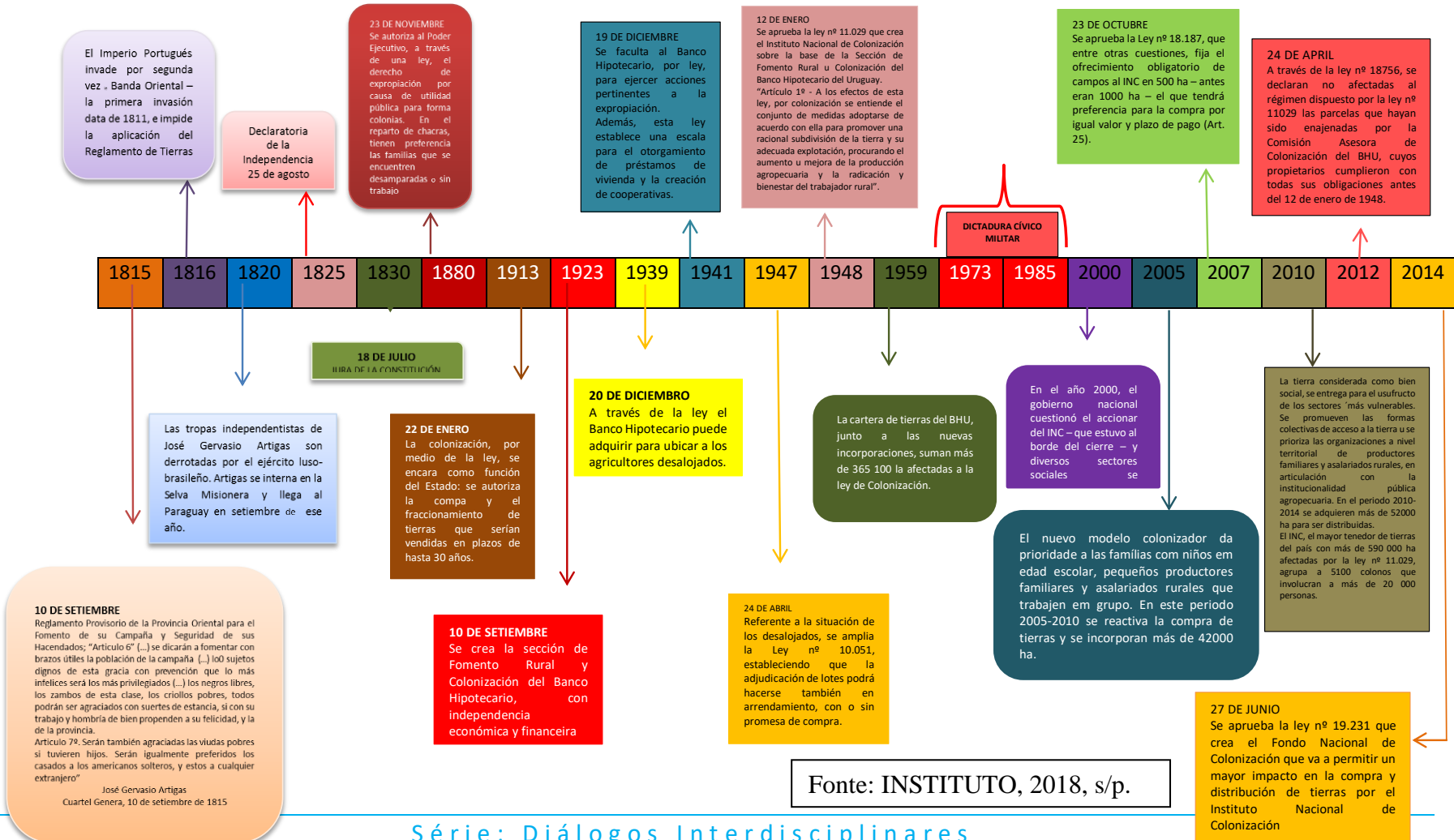
Carta de José Artigas al Cabildo de Montevideo del 22 de junio 1816, citada por el legislador:

“Por lo mismo que no he perdonado fatigas y sacrificios no desmayaré en los que deban prodigarse hasta no ver plantada en nuestro país la felicidad que es de esperar y la moral, como una consecuencia de nuestros afanes. Estos robustos brazos darán un nuevo ser a estas fértiles campañas que, por su despoblación, no descubren todo lo que en si encierran ni todas las riquezas de que son capaces de producir”

Alonso Montañó

“Consideramos que el problema agrario podrá solucionarse completa, integral y definitivamente solo en un régimen de propiedad colectiva y social de los medios e instrumentos de producción de los que la tierra es uno de los fundamentales (...) Negar el derecho a utilizar la tierra para trabajarla a quienes están capacitados y ansiosos para hacerlo, equivale a decretar la miseria y el malestar de las masas productoras de todas las riquezas y más para las sufridas masas campesinas del país para las que, el trabajo de la tierra está llamado a ser la única fuente de recursos”

Julia Árevalo de Roche



TRANSFERÊNCIA DE VALOR E DEPENDÊNCIA*

Lilian Pereira³³

Julio Manuel Pires³⁴

INTRODUÇÃO

A transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é o fator estrutural do sistema capitalista que faz com que o excedente de capital produzido nos países periféricos não possa ser neles realizado, tornando-os permanentemente dependentes de recursos externos para manter seu desenvolvimento econômico e, se no período colonial estes valores eram simplesmente coletados pelas metrópoles de forma direta, pelo uso da violência, após o processo de independência os envios de recursos para fora passaram a ocorrer em outras formas menos óbvias.

Uma dessas formas é a troca desigual é um mecanismo de extração de valor dos países menos desenvolvidos apontada pela primeira vez por Raúl Prebisch (2000), que, analisando os dados de

* Este trabalho é um resumo da dissertação “Transferência de valor e dependência: Brasil e Argentina (2000-2015)” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina para obtenção do título de Mestra em Ciências.

³³ Doutoranda em Ciências Humanas - Diversitas - FFLCH/USP, Mestra em Ciências - Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP, Especialista em Educação à Distância pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo-USP. Membro do Núcleo de Estudos do Capitalismo Dependente - NECAD. Auxiliar de Pesquisas no Centro de Estudos Rurais e Urbanos - CERU/USP. Assistente de Pesquisas no NAP-CERU/USPE-mail: lilian.pereira@usp.br

³⁴ Doutor e mestre em economia pela USP, é graduado em economia e história pela mesma universidade. Atualmente é professor doutor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP e professor titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail: jmpires@usp.br

comércio da América Latina, percebeu que com o passar do tempo a relação entre os preços primários e finais não permanecia a mesma, mas se tornava cada vez mais desvantajosa para os países subdesenvolvidos. Para Marini (2011), o fato de algumas nações produzirem produtos manufaturados que não podem ser produzidos com a mesma facilidade por outras nações menos desenvolvidas permite que elas troquem seus produtos por valores maiores que os valores equivalentes, ainda que menores que a média social. Este mecanismo também permite a estes países se apossarem de parte do valor produzido na periferia do sistema e, diante disso, entendemos que países cujo comércio com o exterior é formado pela exportação de bens que envolvem o uso de tecnologia menos avançada em sua produção ficam em desvantagem no que se refere aos termos de troca.

As transferências de valor dos países dependentes para os países dominantes podem acontecer também por meio do pagamento de juros de empréstimos tomados pelos seus governos para cobrir os déficits da balança comercial – com o lançamento de títulos da dívida no mercado pagando juros muito altos por conta da baixa credibilidade e altos riscos (AMARAL, 2008) – ou por residentes para ampliação e estabelecimento de novos negócios, do repatriamento dos lucros obtidos com Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) que foram utilizados para compra de empresas nacionais e estabelecimento de novas empresas no país que permanecem como propriedade de não residentes; do pagamento de royalties para utilização de tecnologias estrangeiras, uma vez que o desenvolvimento tecnológico nos países

dependentes é insuficiente para alcançar a produtividade dos países desenvolvidos e que, para estabelecerem negócios competitivos, os residentes têm que adquirir meios de produção importados.

Enquanto a questão da transferência de valor está bastante clara nas operações do governo com o pagamento de juros sobre empréstimos realizados no exterior, o mesmo não acontece nas operações realizadas por capitalistas individuais nos Investimentos Estrangeiros Diretos. Esses fluxos de capital que adentram os países dependentes são investimentos que seguem a lógica capitalista de reprodução do capital, o que na América Latina significa a lógica de extração de excedentes por meio da transferência de valor. O IED chega a esses países buscando novos mercados e recursos para obter maiores lucros que serão posteriormente repatriados. Nesse sentido, politicamente, o IED atua na manutenção e reprodução da dependência, uma vez que busca retirar do país receptor mais do que investir. Essa lógica fica clara quando observamos as medidas tomadas pelos países dependentes que pretendem atraí-lo por meio de políticas de abertura econômica que facilitam a entrada e saída de capital. Para Magalhães (2009) a essência do IED é a extração de recursos econômicos e naturais dos países dependentes ou forma sistemática por meio de uma acumulação prévia utilizada como adiantamento para uma acumulação posterior, normalmente maior.

O IED, enquanto fenômeno, formação material, é a manifestação visível de uma transferência de capital que parte dos países centrais e da qual apenas uma pequena parte se dirige aos países dependentes. Mas a atividade deste fenômeno, desta formação material, dá-se com o encobrimento da essência por parte da aparência: transfere-se um capital que fora previamente acumulado, e o utiliza para uma

acumulação ulterior, a qual é então enviada aos países centrais, estes manipuladores principais, mas não imediatos, do processo de drenagem de recursos, sob a forma de remessas de lucros (MAGALHÃES, 2009, p. 90).

Neste trabalho buscamos analisar as diversas formas pelas quais a transferência de valor ocorre, dos países dependentes em direção aos países centrais, e com esses dados apreender a situação de dependência dos países objeto deste estudo (Brasil e Argentina) comparando-os com outros países de mesma faixa de renda (per capita) em diferentes regiões.

Para isso dividimos as transferências de valor em três tipos (ou categorias): a) por meio do comércio internacional; b) por meio de ações governamentais; c) por meio de transferências diretas de capital. São três categorias, por nós elaboradas, que dividem as transferências de valor de acordo com o ator/instituição que a torna possível (mercado, governo e capitalistas individuais) e que especificamos a seguir.

2 DEPENDÊNCIA E TRANSFERÊNCIA DE VALOR

A situação de dependência, como descrita pelos autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) em seus primeiros trabalhos, configura a conjuntura econômica, social e política dos países dependentes que fica condicionada ao desenvolvimento e expansão de outros países (centrais). Para Theotônio dos Santos “...o conceito de dependência permite que vejamos a situação interna desses países como parte da economia global (SANTOS, 2011a, p. 5-6).

(...) dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de

produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2011, p. 134-135).

Theotônio dos Santos explicita em seu artigo “A estrutura da dependência” (2011a) que o mercado mundial produz relações desiguais porque o desenvolvimento de algumas partes desse sistema (países dominantes) ocorre em detrimento de outras partes (países dependentes). Nesse sistema as relações de comércio baseiam-se em um controle monopólico do mercado pelos países dominantes que permite que estes extraiam dos países dependentes os excedentes por eles gerados. Isso acontece também por meio de relações financeiras que se baseiam em empréstimos e exportação de capital pelos países dominantes que lhes permitem receber juros e lucros dos países dependentes e exercer controle sobre sua economia.

Dos Santos (2011b) analisa também a contrapartida, ou seja, como os países dependentes podem permitir relações tão desvantajosas. Isso é possível porque os países dependentes conseguem produzir grandes excedentes superexplorando a força de trabalho local. Este é o fator fundamental do capitalismo dependente para Ruy Mauro Marini.

Marini inicia seu importante trabalho, “Dialética da Dependência”, originalmente publicado em 1973, com a integração dos países da América Latina no mercado mundial após a colonização, como países finalmente politicamente independentes de sua metrópole e que então passaram a gravitar em torno da Inglaterra, sem que

houvesse entre eles qualquer interação, como exportadores de bens primários e importadores de produtos manufaturados.

O envio de bens primários da América Latina para os países centrais permitiu aos últimos especializarem-se na produção industrial, mas essa não foi a única vantagem que os países desenvolvidos obtiveram com essa troca. Com a importação de produtos primários, necessários à reprodução da força de trabalho, a preços mais baixos os países centrais conseguiram diminuir o valor necessário para a manutenção e reprodução da força de trabalho, fazendo assim com que parte dos salários dos trabalhadores estivesse disponível para a aquisição de produtos manufaturados, aumentando assim o seu mercado consumidor interno. Vamos tratar essa questão de forma mais precisa a seguir.

Em primeiro lugar, é crucial esclarecer o mecanismo pelo qual a oferta de produtos primários no mercado mundial vem acompanhada pela queda nos preços desses produtos, enquanto os preços dos produtos manufaturados permanecem estáveis. Uma vez que é fato conhecido que não houve um aumento da produtividade desses produtos nas economias exportadoras, sabe-se que a desvalorização desses produtos não pode vir dali. Verifica-se uma transferência de valor das economias dependentes para as economias desenvolvidas, que acontece por meio da deterioração dos termos de troca em benefício das últimas.

Como já havia apontado Raúl Prebisch (2000) os efeitos dessa troca desigual consistem em impelir os capitalistas latino-americanos

a reforçar métodos para extrair o trabalho excedente. Para compensar esse valor cedido gratuitamente, os capitalistas latino-americanos recorrem ao incremento do valor trocado que acontece por meio do aumento da massa de valor produzida que pode ser conseguido de três formas: pela intensificação do trabalho, pela prolongação da jornada de trabalho ou pela diminuição dos salários abaixo do necessário para que o trabalhador consiga repor sua força de trabalho. Isso consiste na superexploração da força de trabalho e, de acordo com Marini (2011), é a essência do capitalismo dependente.

Trata-se de um modo de circulação próprio aos países dependentes, onde a produção não depende da capacidade interna de consumo para existir e gerar lucros. Aparece, então, nos países dependentes, de uma maneira específica deles a contradição inerente ao capitalismo, a oposição entre capital e os trabalhadores, que são vendedores e compradores de mercadorias.

(...) os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria — a força de trabalho — a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço (MARX apud MARINI, 2011, s.p., nota n° 30).

Enquanto para os países centrais a participação da América Latina na economia mundial como exportadora de bens primários diminui os efeitos da contradição interna do capitalismo, na América Latina os efeitos da região, como economia exportadora, agem no sentido de acentuar essa contradição.

O aumento dos lucros do capitalista leva ao aumento da demanda de produtos manufaturados supérfluos que só pode ser satisfeita por meio de importações. Esse consumo individual fundado

no lucro é diferente do consumo individual fundado nos salários, que demanda bens produzidos localmente, da indústria tradicional. Ocorre então, uma cisão do mercado interno em dois, um que demanda bens manufaturados importados de alta complexidade e que possui renda cada vez maior e outro que demanda bens de consumo popular que possui renda cada vez menor.

A acentuação das relações de comércio com os países centrais na América Latina impediu a criação de um mercado consumidor fundado nos salários ao estimular a superexploração da força de trabalho. Sem demanda interna o mercado mundial se estabelece como única saída para a produção local e esta é então a condição de dependência em que se encontram os países da América Latina, têm uma economia voltada para fora e, para desenvolver sua produção dependem de investimentos externos cada vez mais abundantes que acentuam ainda mais sua condição de dependentes.

Na teoria marxista da dependência (TMD) a transferência de valores é um conceito chave. Ao entrar no mercado internacional os países dependentes o fazem submetidos à divisão internacional do trabalho e à transferência de boa parte dos valores que produzem para os países centrais. A transferência de valor age como um condicionante estrutural para os países dependentes e a especificidade de suas economias, que Marini (2011) chamou de *sui generis* reside na necessidade de responderem aos “*distintos mecanismos de transferência de valor para o centro da acumulação mundial*” (CARCANHOLO, 2013, p. 93).

Trata-se, então, de um modo de circulação próprio aos países dependentes, em que a produção não depende da capacidade interna de consumo para existir e gerar lucros e aparece, nos países dependentes, de uma maneira específica deles a contradição inerente ao capitalismo, a oposição entre capital e os trabalhadores que são vendedores e compradores de mercadorias, ainda mais acentuada³⁵.

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias (...) (MARINI, 2011, p. 155).

Enquanto, para os países centrais, a participação da América Latina na economia mundial como exportadora de bens primários diminui os efeitos da contradição interna do capitalismo, ao fornecer itens necessários a manutenção da classe trabalhadora a preços mais baixos e assim contribuir para a diminuição do valor da mão-de-obra, na América Latina os efeitos da mesma como economia exportadora agem no sentido de acentuar essa contradição por impedir a criação de um mercado consumidor e estimular a superexploração da força de trabalho. Sem demanda interna o mercado mundial é a única saída para a produção, o que deixa esses países ainda mais dependentes do comércio internacional.

Para Theotônio dos Santos (1970), a transferência de valores dos países dependentes para os países centrais leva os primeiros à perda

³⁵ (...) *os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria — a força de trabalho — a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço.* (MARX apud MARINI, 2011, p. 155).

do controle dos seus recursos produtivos na medida em que entram em um mercado mundial que produz relações desiguais e combinadas, em que as relações de comércio são baseadas no controle monopólico do mercado e as relações financeiras são baseadas em empréstimos e na exportação de capital, ambas desvantajosas para os países dependentes que veem parte da sua mais-valia ser exportada em pagamentos de juros, dividendos e repatriamento de lucros.

Essa dissociação entre a produção e a apropriação de valor foi tratada com especial atenção por Reinaldo Carcanholo (1981) que analisou a distinção entre a produção e a apropriação de valores de forma quantitativa e de forma qualitativa. Qualitativamente a distinção está na sua origem, enquanto os três fatores de produção (capital, terra e trabalho) constituem fontes de apropriação de riqueza pelos seus agentes, somente um deles, o trabalho, é fator de produção dessa riqueza. Já quantitativamente, a diferença é produto das relações de produção particulares do capitalismo produzidas historicamente, e é o fator que determina o surgimento da categoria de transferência de valor.

Em "Dialética da Dependência", ensaio em que Marini (2011) discute os principais conceitos dessa teoria ainda em formação (TMD), a transferência de valor assume papel relevante. O autor identifica em seu texto dois mecanismos de transferência de valor dos países dependentes para os centrais, o primeiro pela diferença de produtividade e o segundo pelo monopólio dos setores com composição orgânica do capital (COC) mais alta. No primeiro o autor

trata da mais-valia extra obtida pelas empresas do mesmo ramo que possuem maior produtividade por serem tecnologicamente mais desenvolvidas ao conseguirem produzir mercadorias com valor individual menor do que o valor de mercado. Como os países centrais possuem tecnologia mais avançada do que os países dependentes conseguem vantagens ao colocar seus produtos no mercado mundial e obtêm com eles parte do valor produzido nos países periféricos. Já o segundo mecanismo apresentado se refere à deterioração dos termos de troca, a transferência de valor no comércio entre mercadorias de classes distintas pertencentes a ramos com diferentes composições orgânicas de capital como produtos primários e produtos finais, por exemplo.

O autor busca o motivo da deterioração dos termos de troca, apontada por Prebisch (2000), refutando a tese de que se devem à lei da oferta e demanda, uma vez que ela não explica por que a oferta continua se expandindo mesmo com a queda dos preços. Ruy Mauro Marini não aceita também que a causa seja intervenções políticas ou militares internacionais que, apesar de existirem, são para ele resultado de uma base econômica anterior. Para ele os preços dos produtos primários exportados pelos países dependentes caem porque, na sua troca por produtos finais produzidos pelos países desenvolvidos, parte do valor por eles produzido é transferida. Isso ocorre porque os produtos primários são de produção com COC mais baixa, ou seja, empregam capital constante (c) em menor proporção que empregam capital variável (v), e por isso utilizam maior

quantidade de força de trabalho (FT) na produção de suas mercadorias, que, evidentemente, produzem mais valor³⁶. Em um mercado competitivo essa situação já bastaria para que ocorresse transferência de valor dos países dependentes para os centrais, entretanto, há ainda o fator monopólio, uma vez que os países centrais são os únicos que possuem tecnologia avançada.

... o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. (MARINI, 2011, p.145).

Amaral (2012), seguindo o pensamento de Marini (2011), afirma que as transferências de valor da periferia para o centro provocam, nos países dependentes, uma interrupção da acumulação interna de capitais que precisa ser completada pela geração de mais excedentes. Para Marini (2011), a resposta dos capitalistas dos países periféricos a essa situação é a superexploração do trabalhador local. Para compensar o valor cedido, os capitalistas latino-americanos recorrem ao incremento do valor trocado, que acontece por meio do aumento da massa de valor produzida e que pode ser conseguido de três formas: pela intensificação do trabalho; pela prolongação da jornada de trabalho ou pela diminuição dos salários abaixo do necessário para que o trabalhador consiga repor sua força de trabalho. Utilizando-se desse expediente os capitalistas dos países dependentes minam a formação de um mercado nacional reproduzindo a condição de

³⁶ Na teoria marxista do valor o trabalho humano abstrato é o único criador de valor, logo, quanto mais trabalho mais valor. Pelo mesmo motivo o aumento da produtividade não aumenta a produção de valor.

dependência e impedindo que os países dependentes se desenvolvam plenamente.

Theotônio dos Santos reconhece três momentos históricos da dependência dos países latino-americanos:

(...) podemos distinguir (1) a dependência colonial, a exportação comercial in natura, na qual o capital comercial e financeiro, em associação com o Estado colonialista, dominava as relações econômicas dos europeus e das colônias, por meio de um monopólio comercial complementado pelo monopólio colonial da terra, das jazidas e da força de trabalho (servil ou escrava) nos países colonizados. (2) A dependência financeiro-comercial, que se consolidou ao final do século XIX, caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, e sua expansão no estrangeiro mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos, e sua expansão no estrangeiro mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos. Desenvolveu-se nos países dependentes uma estrutura produtiva dedicada à exportação de tais, gerando aquilo que a CEPAL qualificou de “desenvolvimento voltado para fora”. (3) No período pós-guerra, consolidou-se um novo tipo de dependência, baseado em corporações multinacionais que começaram a investir em indústrias voltadas ao mercado interno nos países subdesenvolvidos. Esta forma de dependência é basicamente a dependência tecnológico-industrial. Cada uma dessas formas de dependência corresponde a uma situação que condicionou não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política. (SANTOS, 2011a, p. 7-8).

Seguindo esse pensamento, Marisa Amaral, em sua tese de 2012, propõe uma atualização da Teoria da Dependência analisando a nova forma de dependência que surge com a financeirização do mercado mundial. Esse movimento, que teve início nos países centrais, passa a se generalizar nos países periféricos em virtude da necessidade de atração do capital internacional para sua industrialização, que se deu a partir dos anos 1970, trazendo para esses países uma reestruturação produtiva marcada pela especialização e reprimarização da economia.

Que a nova situação implica a perda de controle sobre seu mercado interno, e mesmo da elaboração de políticas econômicas, pelos países periféricos é fato conhecido, mas precisamos pensar se essa condição de dependente age ainda da mesma forma como aquela estudada no Chile e no México pelos teóricos marxistas

Ao contrário do pensamento desenvolvimentista das décadas anteriores, que buscava a substituição de importações para diversificação da produção, maior controle do Estado sobre a economia e proteção dos mercados internos, as novas regras buscavam a abertura de mercados e a alteração no papel do Estado, que passa a ser o garantidor dos direitos de propriedade e do controle das massas para atrair o capital internacional.

Amaral (2008) aponta para as mudanças que ocorreram com a financeirização da economia mundial e como as formas de dominação dos países centrais acompanharam essas mudanças para continuar extraindo excedentes de forma eficiente das regiões periféricas.

O capital estrangeiro que adentrou os países da América Latina trouxe como efeito colateral um grande endividamento externo que implicou o envio de boa parte do valor produzido dentro das economias nacionais para os países desenvolvidos. Com sua presença surgem também novas formas de transferência de valor para além das já citadas (comércio entre produtores de mercadorias com maior ou menor composição orgânica do capital) por meio do repatriamento de lucros, pagamento de royalties entre outros mecanismos de extração de excedentes.

A nova condição de dependência está ligada ao crescimento da fragilidade financeira e, conseqüentemente, da vulnerabilidade externa nos países periféricos. Nosso desenvolvimento continua condicionado pelo desenvolvimento dos países centrais e só pode ocorrer dentro dos limites desenhados por estes.

3 FORMAS DE TRANSFERÊNCIA DE VALOR

Para Marini (2011), a transferência de valores dos países dependentes para os centrais é a responsável pela superexploração da força de trabalho naqueles, uma vez que, ao terem seus lucros desviados para fora do país, os capitalistas dos países dependentes tratam de extorquir sua parte da mais-valia usando expedientes para aumentar a parte da jornada não remunerada do trabalhador por meio do aumento da intensidade ou do tempo da jornada de trabalho sem o respectivo aumento da remuneração ou do pagamento abaixo do custo de reprodução da força de trabalho.

Em nosso entendimento, a transferência de valor assume papel principal na condição de dependência dos países latino-americanos aqui analisados, uma vez que é devido a ela que eles não conseguem se desenvolver ou, pelo menos, não conseguem se desenvolver plenamente.

Para chegar a uma classificação dos tipos de transferência de valores a que estão submetidos os países dependentes, apoiar-nos-emos nas classificações já realizadas anteriormente nos trabalhos de

Edward Soja (1983, 1989), Theotônio dos Santos (2011b) e Marisa Amaral (2008).

A classificação de Theotônio dos Santos (2011b), que decompõe a situação de dependência em três momentos históricos, completada por Amaral (2008), divide a dependência em duas fases, uma primeira fase em que as transferências de valor são efetivadas principalmente por meio de diferenças nas condições de produção entre os países centrais e periféricos no mercado e uma segunda fase onde os tipos de extração de excedentes estão concentrados na balança de rendas (AMARAL, 2008). Essa classificação nos é muito cara, pois permite analisar a situação de dependência considerando o seu desenvolvimento histórico e não como uma conformação estática onde todas as condições estão dadas.

Enquanto dos Santos e Amaral fizeram uma classificação temporal dos tipos históricos de dependência levando em consideração a forma como os excedentes eram desviados nos países periféricos, Soja fez uma classificação dos tipos de transferência de valor a que estão submetidas as economias dependentes quando adentram o mercado mundial capitalista que se baseia na sua origem.

Baseando-se no trabalho de Hadjimichalis (1979), o autor divide as transferências de valor em duas formas, uma primeira forma originária ou “indireta”, que é intrínseca ao capitalismo e age indiretamente por meio do mercado capitalista competitivo, derivada das transferências de valores de Marx entre firmas e setores e uma

segunda forma derivada, ou direta, que surge das relações de poder e controle político.

Na primeira forma, ou nível³⁷, as transferências de valor são decorrentes das diferenças geográficas dos sistemas de produção e processos de trabalho constituindo a espacialização da transferência de valor apontada por Marx entre firmas e setores. Por estar em um nível de abstração superior, considera o autor que não seja possível a medição quantitativa da transferência de valor na forma originária de transferência de valor.

No segundo nível, mais concreto, a transferência de valor derivada é apontada pelo autor com um conceito guarda-chuva³⁸, que abrange uma grande quantidade de formas pelas quais a periferia é dominada pelo centro. Dentre elas

... procedimentos tais como remessa de lucros e preços de transferência dentro de corporações multilocais e multinacionais, políticas de taxaço e transferência de pagamentos públicos, exportação líquida de taxas e royalties sobre receita de “auxílios”, o chamado “*brain drain*” (transferência de cientistas e técnicos competentes) e até mesmo as oportunidades perdidas devido ao pequeno volume de capital periférico em comparação ao das áreas centrais. Está também incluído aqui, a ampliação ou redução da transferência geográfica de valor indireta que provém da fixação de preço e da manipulação das relações de comércio. (SOJA, 1983, p. 69).

Enquanto no primeiro tipo a origem é o mercado e a superioridade tecnológica dos países desenvolvidos, no segundo tipo é a dominação política dos países dependentes pelos países centrais.

Nossa classificação, assim como a de Edward Soja, está fundamentada na origem das transferências de valor, mas como nosso

³⁷ Em trabalho posterior de 1989 o autor chama de níveis de transferência.

³⁸ *Umbrella concept* no original, a tradução é nossa.

objetivo aqui é elaborar uma classificação que faça sentido na análise da situação atual da dependência, não podemos simplesmente classificar os modos de transferência de valor seguindo a classificação já realizada por esses autores.

A classificação de Soja não seria eficiente, uma vez que na primeira forma está em um nível de abstração muito elevado, o que impede que seja analisado por dados macroeconômicos de forma mais concreta, seguindo nossa proposta de trabalho. A segunda forma apresentada por Soja (1983) está baseada nos efeitos que, não só a transferência de valor mas também a transferência de mão de obra qualificada e transferências de valor do primeiro nível (indiretas) desde que ocorram devido a intervenções políticas na economia.

O nosso objetivo neste trabalho é atuar em um nível de abstração mais baixo, analisando as formas como os excedentes são extraídos dos países dependentes e enviados para os países centrais no período mais recente. Para isso buscamos classificar as formas de transferência de valores dividindo-as de acordo com o meio por onde esses valores são extraídos.

Cada tipo de transferência que apresentamos acontece por meio de uma instituição diferente: o mercado, o governo e os capitalistas individuais. Nossa classificação coincide com a de Soja (1983) em seu primeiro tipo, uma vez que em ambos o motivo da classificação é a origem da transferência no mercado mundial devido à inferioridade em que nele competem os países dependentes, mas aí cessa a identidade entre elas.

Apesar da coincidência, nossa classificação difere essencialmente da de Soja uma vez que a base da classificação de Soja é a intervenção ou não da política na economia. Se a transferência é causada pelas leis do mercado é considerada direta, se causada pelas intervenções políticas, indireta. Em nossa classificação não consideramos esse aspecto relevante, uma vez que focamos no meio pelo qual ocorreu a transferência e porque, analisando a situação atual da dependência onde as partes são Estados-nação bem definidos e independentes competindo no mercado mundial, não é possível separar quais transferências foram realizadas devido a intervenções políticas e quais não foram, porque todos os Estados-nação interferem no seu mercado interno (por meio de taxas de câmbio, taxas de juros, políticas de fomento da educação e de controle dos trabalhadores, incentivos fiscais etc.) na tentativa de fazer seus produtos mais competitivos e atrair investimentos estrangeiros.

Entendemos, então, que no estágio atual do capitalismo não faz sentido classificar as transferências de valor pelo critério de Soja, mas consideramos a tarefa de classificação das formas de transferência de valor que vão dos países dependentes para os países centrais uma tarefa relevante para a compreensão dos condicionantes que impedem o desenvolvimento dos países dependentes dentro do capitalismo. Por mais que esses países se tornem cada vez mais urbanos e industrializados, não conseguem converter a mais-valia produzida em investimento interno, devido à impossibilidade de manterem seus excedentes dentro do seu território.

Realizamos, a seguir, uma análise das transferências de valor dos países dependentes para os países centrais classificando-as em três tipos: *a) por meio do comércio internacional; b) por meio de ações governamentais; c) por meio de transferências diretas de capital.*

4 ANALISANDO INDICADORES MACROECONÔMICOS

O objetivo do trabalho é buscar nos indicadores econômicos evidências de que Brasil e Argentina estão em uma situação de dependência em relação aos países centrais e tem o valor produzido em seus territórios enviado para fora de forma estrutural e constante, o que impede que se desenvolvam.

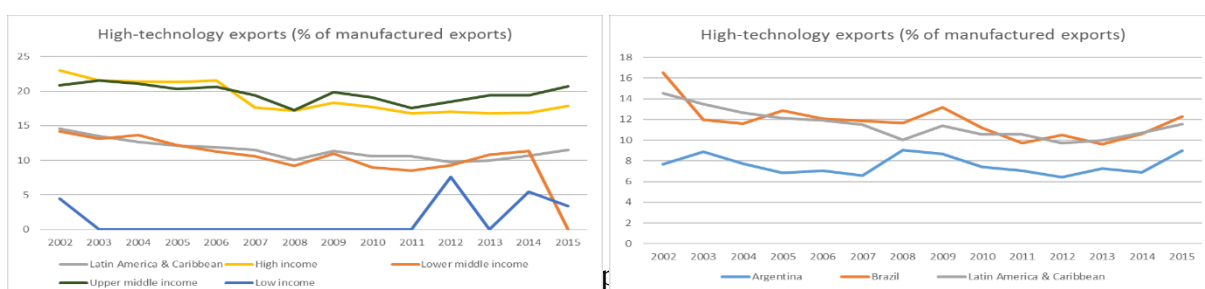
Utilizaremos como indicadores de dependência os índices que apontam a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais em três níveis, divididos de acordo com os atores que a tornam possível, nos moldes da classificação já apresentada.

(A) Por meio do mercado

Uma das formas como se dá a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é quando empresas de diferentes ramos, com diferentes composições orgânicas de capital e diferentes produtividades colocam seus produtos no mercado mundial. Apesar de se tratar de uma situação que envolve análises de alto nível de abstração que não podem ser observadas diretamente, podemos verificar por meio de dados macroeconômicos que a situação dos países dependentes no comércio internacional é de inferioridade.

Como os países centrais possuem tecnologia mais desenvolvida do que os países periféricos suas empresas entram no mercado com vantagens e conseguem absorver parte do valor produzido nas empresas dos países dependentes. Essa situação pode ser observada nos gráficos a seguir

Gráfico 1 - Exportações de alta tecnologia em porcentagem das exportações de produtos manufaturados, por renda³⁹ e por país



Pelos gráficos, podemos observar que nas regiões mais desenvolvidas, com maior renda (renda alta e renda média superior), a porcentagem das exportações de produtos de alta tecnologia ou produtos que demandam muita pesquisa e desenvolvimento (P&D) gravita em torno dos 20%, bem maior do que a porcentagem em países de baixa renda (renda média inferior e baixa renda), que beira os 10%. Podemos observar também que a América Latina e o Caribe seguem a tendência de países com renda mais baixa, onde os produtos de alta tecnologia são parte menor das exportações totais de produtos manufaturados.

Ainda no gráfico 1, podemos observar a posição do Brasil e da Argentina, objetos dessa análise, em comparação com o restante da

³⁹ Categorias de renda per capita (em U\$\$ corrente): Renda baixa (Low income) <= 480,00; Renda Média Inferior (Lower middle income) 481,00 – 1.940,00; Renda Média Superior (Upper middle income) 1.941,00 – 6.000,00; Renda Alta (High income) > 6.000,00.

América Latina e Caribe. A Argentina aparece com uma porcentagem de produtos de alta tecnologia bastante abaixo da do Brasil e da América Latina como um todo. Essa diferença entre os dois países também pode ser observada quando analisamos a distribuição setorial das exportações de ambos os países na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Distribuição setorial das exportações por países, 2000-2002 e 2007-2009 (em %)

	Matérias-primas	Manufaturas baseadas em recursos naturais	Manufaturas com tecnologia alta, média e baixa	Serviços
América Latina e Caribe				
2000-2002	25	16,2	51,9	6,8
2007-2009	34,1	18,4	41,4	6,4
Argentina				
2000-2002	42,3	21,2	29,4	7
2007-2009	38,2	23,5	30,4	7,9
Brasil				
2000-2002	23,7	21,8	47,1	7,5
2007-2009	33,6	19,8	39,1	7,4

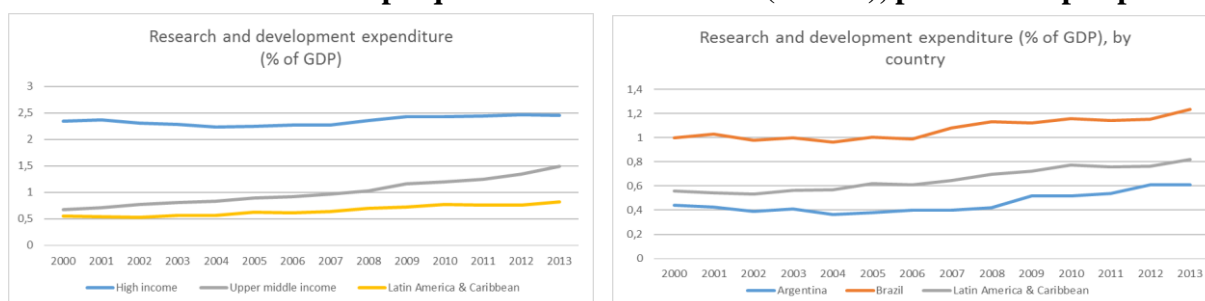
Fonte: CARCANHOLO, 2012, p. 117.

Os dados sobre a quantidade de produtos de alta tecnologia exportados confirmam os apontamentos teóricos sobre a transferência de valor em direção aos países mais desenvolvidos causada pela diferença de produtividade e composição orgânica do capital em favor desses países.

Seguindo ainda a mesma tendência, de analisar o desenvolvimento tecnológico, outro indicador para a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é o valor investido em pesquisa e desenvolvimento (P&D) (como porcentagem

do PIB). Quanto maior o investimento em P&D maiores os avanços conseguidos pelos países na criação de novas tecnologias para aumentar a produtividade de suas empresas e a sua composição orgânica do capital, novamente permitindo que entrem no mercado mundial em condições de superioridade frente aos países de menor renda.

Gráfico 2 – Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% PIB), por renda e por país



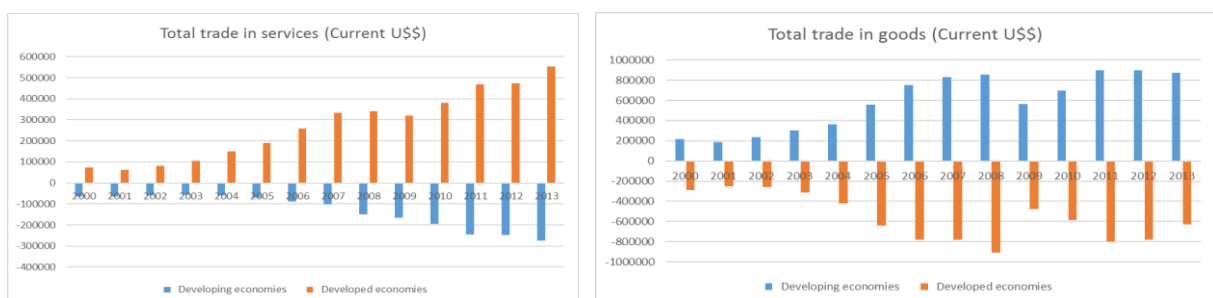
Fonte: World Development Indicators, 2017

Como podemos observar pelos gráficos acima, apesar da falta de dados para os países de menor renda, há uma clara correlação entre a renda e o investimento em P&D, sendo que países de maior renda investem mais em P&D que países com renda média-alta, e estes mais que países com renda média. Nesse cenário, a América Latina como um todo está abaixo dos países com renda média. Pelo gráfico 2 podemos observar também a situação de Brasil e Argentina nesse cenário, novamente o Brasil apresenta indicadores que o colocam em condições melhores, enquanto a Argentina aparece abaixo da média do continente. Entretanto, comparado com países de renda alta, os valores brasileiros ainda são baixos.

Com esses indicadores buscamos demonstrar que os países centrais, desenvolvidos (que aqui aparecem como países de renda alta) apresentam vantagens sobre os demais países no que se refere ao desenvolvimento de tecnologia e produtividade de suas empresas o que, de acordo com a tese da transferência de valor que apresentamos se traduz em transferência de valor com desvantagem para os países dependentes.

Outro indicador que pode ser utilizado para demonstrar a transferência de valor dos países dependentes para os centrais por meio do mercado, com base na tese da transferência de valor, é o de comércio total de produtos e serviços (*total trade in products/total trade in services*), que indicam, respectivamente, total de exportações diminuído do total de importações de produtos e total de exportações diminuído do total de importações de serviços.

Gráfico 3 – Comércio total de serviços vs. comércio total de bens (em U\$\$ corrente), países desenvolvidos vs. Países em desenvolvimento



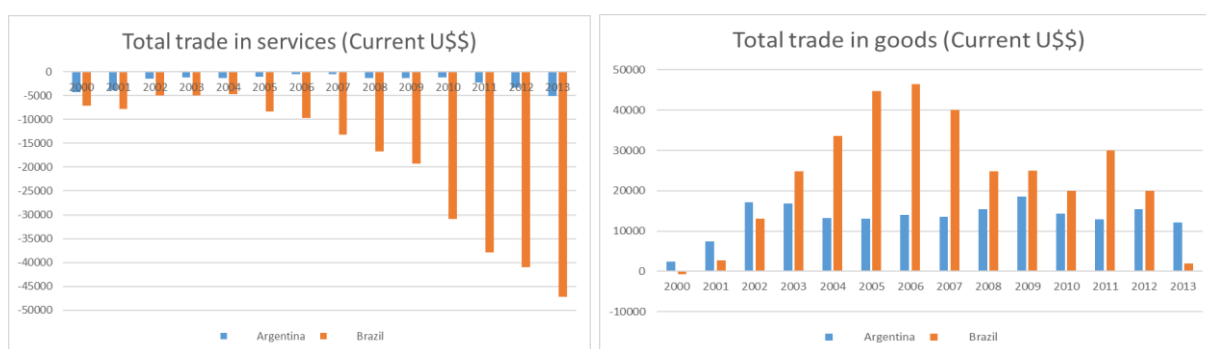
Fonte: UNCTADstat, 2017

Pelos gráficos acima podemos observar que o comércio total de serviços é positivo nos países desenvolvidos, e negativo nos países em desenvolvimento, e que com o comércio total de produtos acontece o

inverso, positivo nos países em desenvolvimento e negativo nos países desenvolvidos. Temos, aqui, uma situação que indica que os países desenvolvidos se especializaram em oferecer serviços⁴⁰, categoria dentro da qual estão incluídos o desenvolvimento de tecnologia e a intermediação financeira, enquanto os países em desenvolvimento se especializaram na produção de bens.

Diante desse quadro temos que a produção de bens primários e manufaturados, que é onde está empregada maior parte da mão-de-obra fica majoritariamente em países em desenvolvimento, ficando os países desenvolvidos fora da função de produzir mercadorias, focados na administração do comércio e transporte, distribuição de recursos por meio da arrecadação de capital e concessão de empréstimos e direcionamento de investimentos. No gráfico 4, abaixo, temos a posição de Brasil e Argentina, nosso objeto de estudo nesse cenário.

Gráfico 4 – Comércio total de serviços vs. comércio total em bens (em U\$\$ corrente), por país



Fonte: UNCTADstat, 2017

⁴⁰ A categoria de serviços, pela classificação da ONU, inclui comércio, reparos, desenvolvimento de tecnologia, transporte, alojamento, alimentação, intermediação financeira, seguros e previdência, aluguéis, administração, educação, saúde, limpeza, cultura e esportes.

Observamos que ambos os países se caracterizam como países em desenvolvimento que são, com comércio total de bens positivo e comércio total de serviços negativo, o que indica que são países prioritariamente produtores de bens e consumidores de serviços.

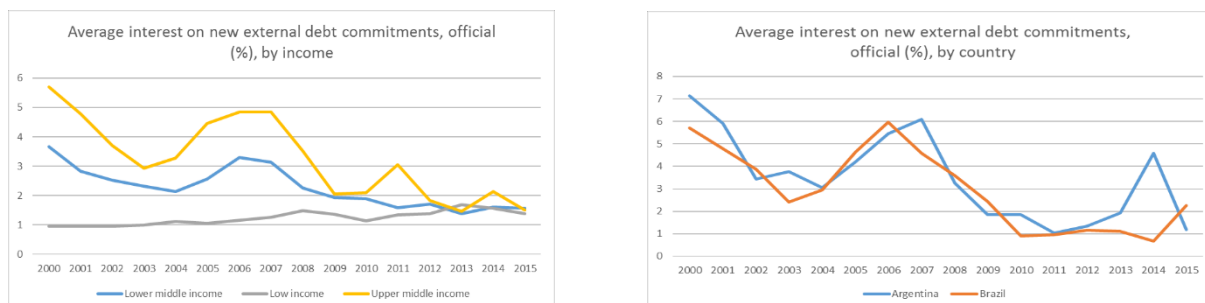
(B) Por meio do governo

Outro meio de transferência de valor das economias dependentes para as centrais são as operações do governo; este busca capital internacional em empréstimos e ajuda financeira com altas taxas de juros que elevam seus índices de endividamento externo aumentam a parte dos valores produzidos no país que é enviado para fora.

Quanto maior o montante que os países tomam em empréstimo, e quanto maiores as taxas de juros que são aplicadas nessas operações, maiores são os valores transferidos dos países tomadores de crédito para os países credores por meio do pagamento de juros ao longo dos anos. Para demonstrar a situação dos países estudados apresentamos a seguir dados sobre as taxas de juros aplicadas nos empréstimos tomados no exterior por estes países e os valores dessas operações.

No gráfico 5, a seguir, podemos observar as taxas de juros médias para novos empréstimos. Notamos que as taxas de juros têm abaixado para os países de renda média, e aumentado somente para os países de menor renda. A partir de 2014 as taxas de juros voltam à sua tendência anterior à queda e em 2015 a taxa média de juros para novos endividamentos com o exterior estão bastante próximas para os três grupos de países analisados.

Gráfico 5 – Taxa de juros média para novos empréstimos com o exterior (%), por renda e por país.



Fonte: World Development Indicators, 2017

Observando as taxas médias de juros para novos empréstimos obtidos no exterior para Brasil e Argentina podemos observar que ambos os países seguem as tendências internacionais, entretanto, com taxas médias de juros mais altas do que a média do grupo de países com renda média superior, do qual fazem parte.

Os próximos dados, tratam do total de reservas dos países como porcentagem da sua dívida externa.

Gráfico 6 – Total de reservas em porcentagem da dívida externa, por renda



Fonte: World Development Indicators, 2017

Podemos observar que quanto maior a renda dos países maior a quantidade de reservas acumuladas em relação à dívida externa acumulada. Observamos, principalmente, que nos países de menor

renda (renda baixa e renda média inferior) o montante acumulado em reservas é menor do que o montante acumulado em dívidas, média de reservas menor do que 100% em relação à média de dívida externa acumulada.

Também é possível identificar a mesma informação para Brasil e Argentina de forma isolada. No que se refere a quantidade de reservas como porcentagem da dívida acumulada Brasil e Argentina estão em posições bastante distintas, sendo no Brasil o montante em reservas (como porcentagem da dívida externa acumulada) muito maior do que na Argentina, chegando próximo aos 90% em 2011, sua melhor situação no período analisado, enquanto na Argentina a melhor situação, em 2010, está próxima aos 40% (41,22%). A curva que representa esses valores para os dois países segue, no entanto, as mesmas tendências de queda e alta, como podemos notar, o que demonstra que apesar de estarem em situações distintas atuam sobre os mesmos condicionantes externos.

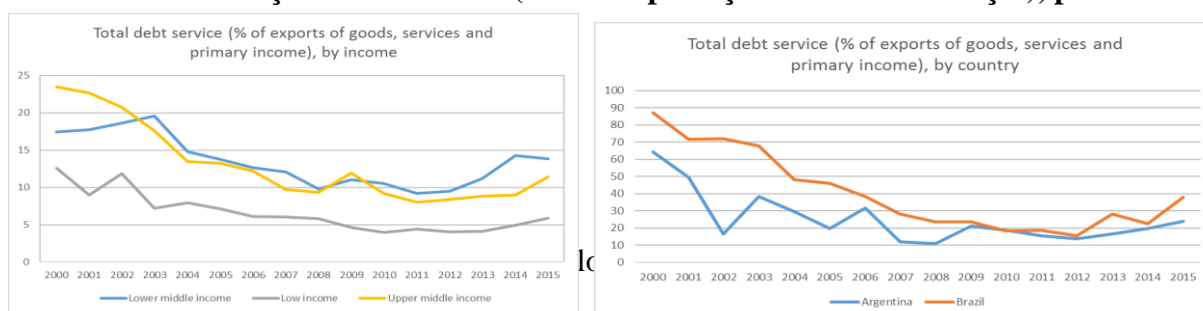
Se compararmos os dados apresentados nos gráficos acima observamos que ambos os países estão em uma situação pior do que outros países de renda média superior, uma vez que a partir de 2006 a média para estes países está sempre acima de 100%, enquanto não chega a esse número em nenhum momento para Brasil e Argentina ficando em um patamar mais próximo dos países de renda média inferior. O formato da curva, entretanto, indica que os países objeto desta pesquisa estão condicionados pelos mesmos fatores que os países de renda média superior, uma vez que suas curvas de reservas

como porcentagem da dívida externa têm formato semelhante por todo o período.

Embora este seja um indicador utilizado para tratar da vulnerabilidade externa de um determinado país, entendemos também estes dados como indicadores de transferência de renda, uma vez que quanto maior o valor da dívida externa em relação ao PIB maior também a quantidade de valor (relativo) transferido do país analisado para os países credores.

Nos gráficos que seguem vamos analisar o total do serviço da dívida (soma dos principais reembolsos e juros pagos em moeda corrente, bens ou serviços pagos em dívidas de longo prazo, juros pagos a curto prazo e reembolsos ao FMI) como porcentagem das exportações de bens, serviços e renda primária.

Gráfico 7 – Serviço total da dívida (% das exportações de bens e serviços), por renda



No gráfico 7, vemos que o serviço total da dívida externa é maior quando comparada às exportações de bens e serviços em países de renda média inferior, seguidos dos países de renda média superior e, em situação bastante distinta, estão os países de renda baixa. Uma vez que os países dependem da exportação de bens e serviços para acumularem reservas e cumprirem com o pagamento de juros e

amortização das dívidas realizadas em moedas estrangeiras isso significa que países de renda média inferior são os que permanecem em situação de maior risco durante o período e, por isso, podem sofrer maiores intervenções de agências de crédito em sua tomada de decisões.

Podemos analisar os mesmos dados para Argentina e Brasil somente, e vemos que apesar de estes países estarem no início do período em situação bastante distante da média de países de renda média superior (64,28% e 87% respectivamente, enquanto a média para o grupo de mesma renda era 23,46%) conseguiram abaixar os índices de endividamento no decorrer do período, porém ainda estão acima da média (24,05 e 38,1 respectivamente, para uma média de 11,38%). Também para este indicador os países escolhidos apresentam valores mais próximos dos encontrados para países de renda média inferior.

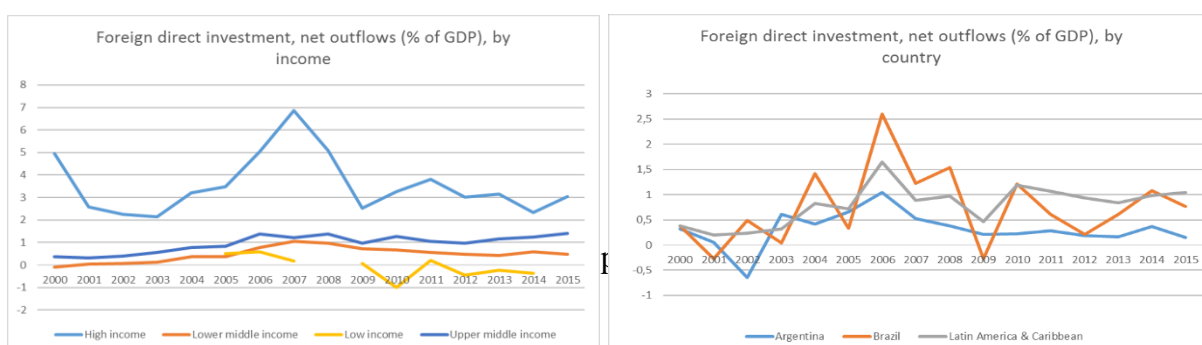
(C) Por meio de capitalistas privados

O terceiro ator em nossa proposta de classificação são os capitalistas privados, investidores particulares estrangeiros e residentes que aplicam seu capital no país e transferem as rendas obtidas com este para o exterior impedindo que os lucros gerados permaneçam no território em que foram gerados e sejam reinvestidos para seu desenvolvimento econômico ou social.

O primeiro indicador que analisamos aqui são os fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)⁴¹ para fora do país, como porcentagem do Produto Interno Bruto. Com este indicador podemos analisar a quantidade de dinheiro enviado ao exterior por capitalistas privados que investiram capital no país, uma vez que os lucros e dividendos obtidos por estes investimentos não permanecem necessariamente no país de origem, podendo ser transferidos para o país de origem do investidor ou reinvestidos em outros países.

Observamos primeiro os valores transferidos ao exterior em forma de IED no Gráfico 8, a seguir. Esse indicador demonstra a capacidade dos países de enviarem capital para fora (por meio de capitalistas privados) e de receberem de volta juros e dividendos. Podemos notar que há correlação direta entre maior renda per capita e porcentagem do PIB do país que representa os valores de IED por ele enviados.

Gráfico 8 – Investimento estrangeiro Direto (IED), fluxos para fora (% do PIB), por renda

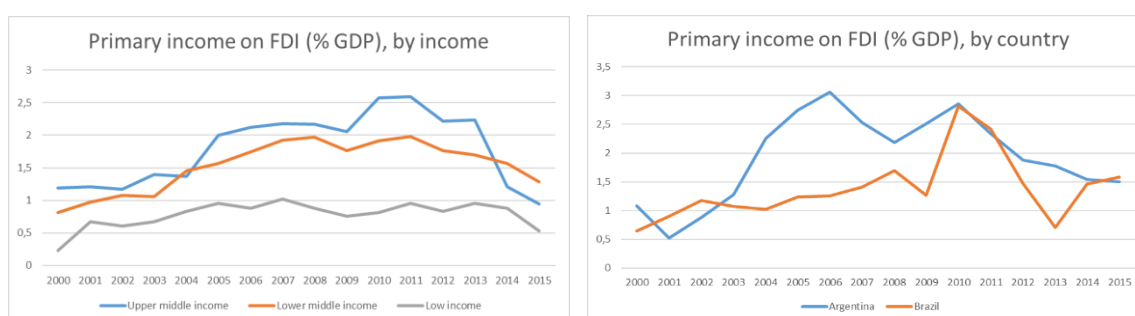


⁴¹ Categoria de investimentos realizados por não-residentes em um país de forma associada a um residente, mas onde o investidor mantém um significativo grau de influência no gerenciamento dos negócios realizados (World Development Indicators Databank)

No gráfico 8, observamos a mesma informação também para os países objeto de nosso estudo de forma isolada. Podemos ver que Brasil e Argentina tem diferentes capacidades de investimento no exterior, estando o Brasil mais próximo da média dos países na mesma faixa de renda per capita (renda média superior) enquanto a Argentina apresenta valores mais próximos à média de países de renda média inferior.

Os gráficos a seguir demonstram de maneira mais clara a vantagem que levam os países de maior renda na extração de excedentes pela aplicação de capitais em outros países.

Gráfico 9 – Renda primária do IED (% do PIB), por renda



Fonte: World Development Indicators, 2017

Podemos ver que há correlação entre o valor do PIB que representa a renda primária do IED – que inclui os pagamentos de renda direta de investimento (lado do débito), que consistem em rendimentos no capital próprio (dividendos, lucros das sucursais e lucros reinvestidos) e rendimentos na dívida intercompanhia (juros) recebidos – e a renda *per capita*.

No gráfico 9 temos, também, a mesma informação para os países objeto deste estudo, Brasil e Argentina, e podemos observar que, apesar de apresentam a mesma tendência a queda, para os países objeto deste estudo a renda primária do IED representa para o PIB (no período mais recente) porcentagens maiores do que representam em média para os países da mesma faixa de renda per capita (renda média superior).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para este estudo coletamos dados no intuito de traçar um perfil da transferência de valor em dois países, Brasil e Argentina ambos países latino-americanos que possuem renda per capita média superior (entre U\$\$ 1.941,00 e U\$\$ 6.000,00). A situação desses países no mercado mundial que pudemos observar na primeira categoria de transferências de valor, em comparação com outros países de renda média superior, demonstra que os valores são transferidos desses países para os países centrais em maior quantidade. Pelos dados sobre exportação de produtos de alta tecnologia observamos que esses países apresentam menor porcentagem de bens de alta tecnologia em proporção às exportações totais de manufaturados do que a média dos países da mesma faixa de renda. Esses países também investem menor porcentagem do PIB em Pesquisa e Desenvolvimento que a média dos países de renda média superior. O que podemos concluir dessa situação é que os países estudados são menos desenvolvidos tecnologicamente e por isso estão em desvantagem no comércio

internacional quando comparados com outros países na mesma faixa de renda.

Analisando as transferências de valor que ocorrem por meio das operações do governo podemos concluir que os países estudados pagam taxas de juro em média maiores que outros países na mesma faixa de renda em seus empréstimos no exterior, além de emprestarem montantes também maiores que a média emprestada por outros países de renda média superior. Ambos os países, no período recente, não possuem reservas maiores que a dívida externa acumulada, não seguindo a média da faixa de renda que é maior que 100% a partir de 2006. Em ambos os países o serviço da dívida (em porcentagem do PIB) também está bem acima da média para a faixa de renda média superior. Os países focados neste estudo apresentam indicadores piores do que países da mesma faixa de renda per capita, o que indica que são países com altas dívidas, quando comparados com o restante dos países em sua mesma condição, e que por isso estão enviando uma parte maior (de novo, comparativamente) do valor produzido em seus territórios para o exterior.

A última forma de transferências de valor apresentada é por meio de agentes privados, onde analisamos os valores de Investimento Externo Direto (IED), que já estabelecemos como fator responsável pela transferência de valor por meio do repatriamento de lucros e dividendos. Os países estudados investem menos no exterior, bem como retém menos que a média de países na mesma faixa de renda do que neles é investido por estrangeiros. Entretanto, a renda primária

obtida pelos investimentos realizados pelos seus residentes no exterior representa parte igual ou superior à média dos países na mesma faixa de renda de seu PIB.

O que podemos concluir com esses dados é que, apesar de serem países de renda mais elevada (renda média superior), Brasil e Argentina se comportam como países de renda menor (renda média inferior e até renda baixa) no que se refere às transferências de valor demonstrando que são mais vulneráveis e transferem mais valor para os países centrais.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/index.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

AMARAL, M. S. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13499>. Acesso em: 23 jun. 2017.

AMARAL, M. S. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.33, p.83-104, 2011.

BORGES NETO, J. M. As várias dimensões da lei do valor. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, n. 14(3), p. 143-158, 2004.

CARCANHOLO, R. A. *La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica*. Tese de Doutorado. 1981. México, Universidad Nacional Autónoma de México.

CARCANHOLO, R. A. *Elementos básicos da teoria marxista do valor*. Campinas: Centro de Estudos Marxistas, 2005. Anais.

CARCANHOLO, R. A. *Capital: essência e aparência*. Volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. *Trab. Edec. Saude*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

LEITE, L. M. Mais-valor extra enquanto transferência de valor: pistas para compreender o (sub)imperialismo. Seminário Marx e o marxismo: insurreições, passado e presente. Niterói-RJ. 2015. *Anais...* Niterói-RJ: CEMARX, 2015.

LEITE, L. M. Uma polêmica sobre o Livro I do Capital de Marx: produtividade, trabalho potenciado e transferência de valor. *Blog Esquerda Online*, 2 nov. 2015. Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=5765>. Acesso em: 14 dez. 2017.

MAGALHÃES, L. F. A. *O Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina: elementos para uma análise totalizante*. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123581>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. *Obras escolhidas*. Livro III. Tomo III. Lisboa: Edições Avante, 1982.

MARX, K. *O capital*. Livro III. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

SANTOS, T. A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 30, p. 5-18, 2011a.

SANTOS, T. *Imperialismo y dependência*. Caracas: Fundacion Biblioteca Ayacucho, 2011b.

SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade, In: BECKER, B. et. al. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

SOJA, E. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

WORLD DEVELOPMENT INVESTMENT (WDI). *World bank open data*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/BM.KLT.DINV.CD.WD>. Acesso em: 14 dez. 2017.

EDUCACIÓN AMBIENTAL. GUÍA PARA INTERPRETACIÓN DE INFORMACIÓN DE CONTAMINANTES CRITERIO EN LA DIVISIÓN DE INGENIERÍAS UNIVERSIDAD DE GUANAJUATO, MÉXICO.

Amanda Enriqueta Violante Gavira⁴²

INTRODUCCIÓN

Un medio ambiente sano es un derecho humano y un derecho constitucional y como tal las instituciones educativas son responsables de participar en los programas destinados a la difusión de conocimiento pertinente y en la comprensión de los factores que pueden desatar riesgos a la salud y al entorno. Si bien procurar la calidad del medio ambiente y el cuidado de los recursos naturales se ha convertido en el principal reto de la humanidad, la realidad y los indicadores no demuestran grandes avances en los inicios del siglo XXI.

En plena era de la super producción de conocimiento no nos detenemos analizar y pensar cuáles pueden ser nuestras aportaciones como ciudadanos, como miembros de instituciones, empresarios y gobernantes en la reducción de impactos a nuestro entorno, empezando por cuidar nuestra propia salud.

⁴² Profesora de DICIS, Ingeniero Químico, Maestría en Ciencias, Doctoranda en Proyectos, Certificada en Competencias Docentes. Miembro de comisiones Evaluadora, Honor y Justicia, Comités de Ingreso y Permanencia, Revisores y de Evaluación Curricular. Exdirectora de la Escuela de Nivel Medio Superior de Salamanca de la Universidad de Guanajuato. Es evaluadora por el CENEVAL (acuerdo 286). E-mail: amagavira@gmail.com.

El aire que respiramos principalmente en zonas metropolitanas y ciudades altamente industrializadas, desde hace décadas está haciendo estragos en la salud humana. Según los resultados de la evaluación de la calidad del aire, Environmental Performance Index, “México ocupó el lugar 79 de los 132 países evaluados” (Gobierno de la República, 2018, p. 37).

Estas cifras nos obligan a reforzar las temáticas de Educación Ambiental de una manera más significativa e incluyente tanto de los profesores, como de los estudiantes universitarios al involucrarse con la problemática que vive la sociedad actual en torno a la contaminación ambiental provocada por las actividades antropogénicas, justo en su contexto inmediato.

En este sentido el objetivo del presente estudio es analizar los programas de Educación Ambiental de la División de Ingenierías Campus Irapuato- Salamanca (DICIS) de la Universidad de Guanajuato para revisar su pertinencia respecto al involucramiento con problemáticas locales de contaminación del aire. Así mismo se pretende presentar una guía de aprendizaje significativo contextualizado probada, para analizar los contaminantes criterio, ejemplificada por: material particulado menor a 10 micras (PM10) y dióxido de azufre (SO₂) con la finalidad de reforzar los contenidos programáticos de las mallas curriculares y la conciencia ambiental en el proceso de enseñanza y aprendizaje.

Las preguntas de investigación son las siguientes:

Primera ¿Los programas relacionados con Educación Ambiental de la DICIS Universidad de Guanajuato involucran temáticas de la calidad del aire destinados a tomar acciones con uso de información en tiempo real de la contaminación atmosférica para el autocuidado de la salud?

Segunda ¿Es posible contar con una guía de aprendizaje significativo para el autocuidado de la salud a nivel universitario, que permita analizar los contaminantes que detonan en Precontingencia Ambiental por PM10 y SO2?

2. MARCO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Para lograr fundamentar la importancia de este estudio, es necesario revisar, antes que nada, la perspectiva que tiene la Educación Ambiental para las universidades. Las teorías relacionadas con el presente estudio son por un lado el constructivismo de Ausubel mediante el de aprendizaje significativo y contextualizado (DIAZ BARRIGA, 2003) aquí resaltamos la importancia de conocer las problemáticas que vive la sociedad, discriminando cada área del conocimiento para tratar de establecer relaciones con el entorno. En este caso nos ocupa el ambiente, por tanto, se hace necesario conocer la situación del medio ambiente para tratar de comprender los fenómenos y de abonar conocimientos y actitudes de respeto y cuidado por nuestro hábitat. Esto es un enorme reto para la humanidad, dado el grado de deterioro del planeta, el mal uso de los recursos naturales, que nosotros mismos hemos provocado. Se trata de

ir subsanando los grandes males mediante la educación y el involucramiento de los actores educativos. Por otro lado, y reforzando lo anterior, tenemos las teorías ambientales, mismas que tienen un fuerte representante en Rousseau, quien nos hace reflexionar sobre la influencia que tiene el ambiente en el éxito del proceso enseñanza y aprendizaje. (COLÓN ROSA, 2018).

En este contexto, la educación del siglo XXI requiere que las universidades, estén comprometidas a estar alertas a todos los fenómenos ambientales, tanto a los que provoca la naturaleza, como a los que provienen de las actividades antropogénicas, ya que mientras más información y control tengan sobre dichos fenómenos, mayor será el grado de comprensión y de involucramiento de los estudiantes y más cerca estaremos de remediar los males provocados en el ambiente y que por supuesto alteran la calidad de vida y la salud humana.

Según UNESCO (2018), tanto el conocimiento como la información tienen un impacto significativo en las vidas de las personas y constituyen las bases para el futuro del planeta. El buen uso, la comprensión y el intercambio de conocimiento, específicamente a través de las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC), tiene el poder de transformar las mentes, las sociedades y las economías. Además, la UNESCO pretende ante todo mejorar el acceso a una educación que prepondere el desarrollo sostenible de calidad, de manera incluyente para los todos los contextos y niveles educativos, con el propósito de transformar la sociedad al reformular la educación y coadyuvar al desarrollo de

conocimientos, habilidades, valores y actitudes indispensables para el desarrollo sostenible. Se destaca la importancia de incluir temas de desarrollo sostenible, el cambio climático y la biodiversidad, en el proceso de enseñanza y el aprendizaje.

Siguiendo el enfoque del rol de la universidad en aspectos de Educación Ambiental por un desarrollo sostenible, Tovar-Gálvez (2017, p. 521-522) nos comparte las siguientes reflexiones, que resultan pertinentes con el presente estudio:

Para responder a las demandas del mundo globalizado, la universidad debe formar profesionales capaces de comprender e intervenir el mundo desde premisas emergentes de condiciones como la interculturalidad, la crisis ambiental, el avance tecnológico y el pensamiento complejo.

Esta es una forma de ver la principal finalidad de la universidad como ente edificador de la mente humana.

Sacar a la educación ambiental de la estructura de una disciplina científica en tanto ha sido tradicionalmente desarrollada desde las ciencias naturales y aplicadas, para ponerla en el campo de lo pedagógico y de la formación general, en tanto aborda la formación del sujeto en todas sus dimensiones.

Y es justamente el carácter formativo, el que debe complementarse mediante las herramientas científicas, para buscar como producto un conocimiento pertinente, interdisciplinario que enaltezca la actitud por buscar comprender y mejorar las condiciones del medio ambiente en el que nos desarrollamos.

La educación pasa de ser un espacio para la enseñanza de cosas sobre el ambiente y con finalidad proteccionista, a ser un campo atravesado por la teoría pedagógica que dimensiona los procesos formativos.

De acuerdo con esto, el involucramiento de lo que sucede el contexto inmediato, es una forma de cultivar el proceso educativo, reafirmando el compromiso que tenemos por el equilibrio ecológico. (VALDÉS- VALDÉS, 2012).

La formación ambiental debe superar el cambio de comportamientos sustentados en prácticas mecánicas, así como la mera incorporación de materias sobre ecología al currículo universitario, pues se constituye como un campo de saber emergente que problematiza la educación ambiental como construcción teórico-práctica y a la educación en general, buscando transformaciones epistémicas, pedagógicas y didácticas las cuales respondan a las actuales condiciones.

Ello resalta la importancia de potenciar la comprensión y el saber, de la educación ambiental más allá de simple retórica de materias que no abonan al análisis de los grandes problemas que nos aquejan como sociedades modernas y de gran dinamismo de las actividades antropogénicas que tanto impacto representan para nuestra salud y la de todos los seres vivos.

Y en este sentido, Flores (2012) alude una crisis ambiental tanto en los entornos naturales y socioculturales, que es urgente atender y mucho más urgente vincular a diversos actores sociales, en busca de la comprensión de la complejidad ambiental. Problema que hemos entretejido y cuya gran fortaleza y esperanza se ubica en la Educación Ambiental con una visión más estratégica para la universidad del siglo XXI.

Novo (2009) sostiene que la educación en general y la superior en particular se enfrenta a varios retos, uno de los más importantes es preparar las mentes para enfrentar y solucionar el reto ecológico, que

implica contribuir a formar y capacitar primero a todos los estudiantes, pero además a los gestores, planificadores y los tomadores de decisiones, para que orienten sus acciones, valores y comportamientos hacia una relación armónica con la naturaleza.

Según Martínez-Castillo (2010), la Educación Ambiental constituye un proceso educativo altamente integrador de la relación ser humano con su entorno natural y su entorno no natural y consigo mismo, tal que cuestione, analice, problematice y comprenda, toda temática de las actividades humanas con los respectivos efectos en los ámbitos social y ambiental. Si bien la Educación Ambiental tiene matices formativos en los estudiantes, no ha sido sencillo cuantificar la efectividad de su esencia, así lo demuestran estudios realizados al respecto en América Latina y el Caribe.

De acuerdo con Medina Arboleda e Páramo (2014), pese a los avances logrados en esta región en cuanto al desarrollo de programas y experiencias en educación ambiental en la región, existen pocas evidencias científicas de los cambios sistemáticos logrados en la formación de profesionistas que realizan las universidades.

Por ello es importante considerar que los contenidos curriculares se reconstruyan con temáticas ambientales contextualizadas, tendientes a despertar el interés de los estudiantes, por los problemas inmediatos que afectan su salud día a día.

Para Tovar-Gálvez (2013), una forma de abordar la formación y el cuidado por el entorno en la Educación Superior es fundamentar el currículo, mediante una postura de práctica pedagógica ambiental y la

didáctica ambiental, que es justo a donde se perfila este estudio, a realizar un abordaje de una problemática ambiental contextualizada con las postras mencionadas.

En México, la Educación Ambiental conceptualmente se está construyendo en relación con los hechos históricos más globales. Tiene su origen en nuestro país en los años ochenta y en ello han abonado algunos de los principales autores que han dado soporte a este proceso constructivo, podemos mencionar a: Edgar González Gaudiano, Enrique Leff y Alicia de Alba, entre otros.

La visión de la educación Ambiental en la actualidad tiene una mirada hacia la sustentabilidad. En este sentido, la gran oportunidad para hacer reingeniería en el ámbito educativo se sustenta en la declaración del Decenio de las Naciones Unidas para la Educación para el Desarrollo Sustentable (2005-2014), sin embargo, debemos reconocer que la velocidad del impacto alcanzado a partir de este referente sigue siendo muy lenta comparada con la velocidad a la que se lleva el deterioro de los ecosistemas y el mal uso de los recursos naturales (UNICACH, UNAM y ANEA, 2008).

Y siendo prioritario el tema sustentabilidad, no se concibe que las instituciones formadoras dejen de lado el contexto donde se insertarán laboralmente sus egresados y del cual deben hacerse responsables al aplicar sus competencias para el desarrollo social que asegure que las futuras generaciones puedan disfrutar de los recursos indispensables para la vida. Por ello es importante lograr esta inmersión, desde que son aún estudiantes, principalmente del nivel

superior. Esto es el ámbito pedagógico de la aplicación de la Educación Ambiental.

De acuerdo con lo anterior podemos decir que la educación del siglo XXI es hoy por hoy una educación contextualizada, así lo marcan los Modelos Educativos, tal es el caso de la Universidad de este estudio (UNIVERSIDAD DE GUANAJUATO, 2016).

Una vez expuesta la perspectiva de la Educación Ambiental, es necesario analizar la perspectiva del contexto enfocado por la contaminación del aire, como problema central del que emerge la necesidad de incluir estas temáticas en el currículo, como una forma de invitar a los estudiantes a estudiar y comprender dicho fenómeno, el cual afecta directamente su salud y la de los seres vivos, con quienes comparten el ecosistema. Así pues, el abordaje técnico que envuelve al problema de contaminación del aire se fundamenta en los efectos en la calidad de vida y en la salud humana. Al respecto, existe suficiente evidencia científica que vincula la exposición a contaminantes atmosféricos con afectaciones a la salud de las personas, al equilibrio de los ecosistemas y a la economía de las sociedades.

Diversos estudios epidemiológicos han demostrado que la contaminación del aire puede provocar enfermedades y muertes prematuras.

Green y Sánchez (2013) indican que la OCDE establece: “Se prevé que la contaminación del aire se convertirá en la causa ambiental principal de mortalidad prematura, por encima de aguas

insalubres y falta de saneamiento con una proyección de que se duplique en el mundo el número de muertes prematuras derivadas de la exposición a material particulado, pasando de más de 1 millón hoy en día, a aproximadamente 3.6 millones al año en 2050.”

La grave contaminación atmosférica que padece la humanidad debida no solo a las fuentes naturales, sino potencialmente a las actividades antropogénicas en las que se utilizan masiva y diariamente grandes cantidades de combustibles fósiles, ha alertado a la comunidad científica y a los organismos internacionales como la OMS y la ONU a generar más y mejor información con relación a los efectos, en muchos casos irreversibles, que causan a la salud humana y a los ecosistemas los contaminantes atmosféricos. (ARCINIÉGAS, 2012; SALINI, 2016).

Es necesario que las instituciones educativas promuevan a través de sus programas académicos, la comprensión la terminología y la información sobre la calidad del aire, principalmente en ciudades de alto grado de industrialización y de movilidad de vehículos automotores. Ello incluye la interpretación de los reportes de calidad del aire, así como comprensión de la activación y/o la desactivación las etapas de las contingencias ambientales tratando ante todo de salvaguardar la salud de las personas, de manera específica, el sector más vulnerable, haciendo referencia a la responsabilidad de los dirigentes gubernamentales, empresarios y directores de centros educativos de tomar las medidas recomendadas en relación a las actividades que se realizan en cada uno de los ámbitos mencionados.

Por tanto, se hace necesario medir de manera continua los contaminantes criterio los 365 días del año, esto representa una forma de contar con información oportuna y pertinente para verificar el cumplimiento de las Normas Oficiales Mexicanas relacionadas con el cuidado de la salud. (SECRETARÍA DE SALUD, 2018).

A continuación, hacemos referencia a conceptos relacionados con la calidad del aire, importantes para el presente estudio.

2.1 Calidad del aire y contaminantes criterio

Un informe de la OMS (2018) estima

que un 72% de las defunciones prematuras relacionadas con la contaminación del aire exterior en 2012 se debieron a cardiopatía isquémica y accidente cerebrovascular, mientras que un 14% se debieron a neumopatía obstructiva crónica o infección aguda de las vías respiratorias inferiores, y un 14% a cáncer de pulmón.

De ahí la importancia de conocer y comprender la información sobre los contaminantes del aire.

Según el Instituto Nacional de Ecología (2018, p. 15), la calidad del aire

puede ser definida por indicadores o índices preestablecidos que determinan la concentración de contaminantes en el aire ambiente ligada a escalas que califican esa calidad de forma cualitativa, cromáticas o numérica.

Los contaminantes que son emitidos de manera directa, ya sea de una fuente natural o antropogénica, son llamados contaminantes primarios (por ejemplo, el monóxido de carbono y el dióxido de nitrógeno). También existen los llamados contaminantes secundarios, los cuales son resultado de las reacciones químicas entre contaminantes primarios y otros componentes del aire (por ejemplo, el

ozono, que se forma de la reacción entre el dióxido de nitrógeno y compuestos orgánicos volátiles). Los contaminantes conocidos como criterio se denominan así por sus efectos en la salud de la población, han sido normados y tienen establecido límites máximos de concentración en el aire ambiente. (SEMARNAT, 2017).

Tabla 1. Contaminantes criterio y su clasificación

Contaminante criterio	Fórmula	Tipo de contaminante
Ozono	O ₃	secundario
Monóxido de carbono	CO	primario
Dióxido de nitrógeno	SO ₂	primario
Dióxido de azufre	NO ₂	primario
Plomo	Pb	primario
Partículas menores a 10 micras	PM ₁₀	primario
Partículas menores a 2,5 micras	PM _{2.5}	primario

Fuente: Elaboración propia, con información de SEMARNAT (2017)

2.2 Propiedades y efectos de las PM10 y el SO₂, dos referentes de los contaminantes criterio

Para efecto de ejemplificar la guía propuesta del presente estudio, se tomarán como referencia dos de los contaminantes criterio considerados de mayor impacto de nuestra salud: Material particulado menor a diez micras, por sus siglas en inglés (PM10) y el dióxido de azufre (SO₂) y su desempeño en el contexto donde se ubica la DICIS, que es la Cd. de Salamanca, Guanajuato. México.

- **Material particulado menor a diez micras (PM10)**

De acuerdo con Arciniégas (2012, p. 195) el material particulado se define como “el conjunto de partículas sólidas y/o líquidas (a excepción del agua pura) presentes en suspensión en la atmósfera”, el mismo autor señala que se debe evaluar el comportamiento en el espacio y tiempo de este contaminante y su relación con su composición química y los fenómenos meteorológicos, de modo que los tomadores de decisiones puedan generar estrategias para su control.

Martin (2005) señala que dentro de las fuentes naturales de emisión de las PM10 está el polvo de la superficie que es re suspendido por el viento y los aerosoles marinos y los bioelementos. Además de sal marina, el polvo suspendido naturalmente, polen, cenizas volcánicas. Algunas de las fuentes antropogénicas son los combustibles de transporte automotor, así como maquinaria para actividades agropecuarias, de construcción, de procesos industriales en fuentes fijas, entre otras.

Las partículas tienen composición química de naturaleza orgánica e inorgánica dependiendo de la fuente que les dio origen, debido a lo que pueden tener propiedades carcinogénicas. Los principales componentes químicos son sulfatos, nitratos, amonio y cloruros, así como iones de Na, K, Ca, Mg, agua adherida y metales pesados. Se pueden clasificar por la fuente de la cual provienen en primarias y secundarias. Las partículas primarias son emitidas directamente por industrias, vehículos automotores, obras de

construcción, vías sin pavimentar, incendios, chimeneas, humo de cigarrillo entre otras. Por otra parte, las partículas secundarias, son formadas por medio de reacciones atmosféricas complejas, a partir de otras sustancias químicas emitidas por plantas de generación de energía, industrias y automóviles. (World Health Organization, 2018).

Un estudio del Centro Mario Molina señala que uno de los 15 primeros factores de riesgos a la salud en México es la exposición a concentraciones excesivas de contaminantes en el aire (Centro Mario Molina, 2017). Otras investigaciones concluyen que la exposición prolongada a altas concentraciones de partículas finas, como PM2.5 y PM10, incrementan significativamente la mortalidad prematura por cáncer pulmonar, además puede desencadenar procesos neurodegenerativos en la infancia. (SEMARNAT, 2017).

- **Dióxido de azufre (SO₂)**

En estado natural el SO₂ es un gas incoloro y no inflamable, de olor fuerte e irritante. Su vida media en la atmósfera oscila entre 2 y 4 días, y casi la mitad de las emisiones vuelven a depositarse en la superficie, mientras que el resto se transforma en iones sulfato (SO₄²⁻). Su carácter reductor provoca que con el tiempo y en contacto con el aire húmedo, se transforme en trióxido de azufre. (SO₃) y éste a su vez se convierte en ácido sulfúrico (H₂SO₄). En conjunto, prácticamente más de la mitad de las emisiones de óxidos de azufre que llegan a la atmósfera se producen por actividades antropogénicas, principalmente por la combustión de carbón, petróleo y por la

industria metalurgia, debido a que el azufre reacciona fácilmente con el oxígeno en el proceso de combustión, formando SO₂. Otra importante fuente son los procesos metalúrgicos, que liberan grandes cantidades de este gas ya que usan los metales en forma de sulfuros. De manera natural, el dióxido de azufre se encuentra sobre todo en las proximidades de los volcanes y las erupciones pueden liberar este gas en cantidades importantes. Los efectos que tiene en la salud y el medio ambiente se deben a su poder irritante y tóxico. Afecta las mucosidades y los pulmones provocando ataques de tos, al ser absorbido por el sistema nasal. Incluso la exposición en breves tiempos de elevadas concentraciones irrita los ojos y el tracto respiratorio, provocando reacciones asmáticas, bronquitis, espasmos y paros respiratorios. Causando daños similares en los animales. El contacto con la piel puede causar congelación, debido a que el líquido se evapora rápidamente. Como uno de los componentes de la lluvia ácida y en combinación con la humedad y las partículas suspendidas provoca la destrucción de plantas y árboles y la acidificación de las aguas superficiales, con afectaciones a bosques y fauna terrestre y acuática, provocando la destrucción de bosques, vida salvaje y la acidificación de las aguas superficiales. (PRTR, 2018).

2.3 Normas Oficiales Mexicanas

El control de los niveles de los contaminantes criterio en el aire es medido por las autoridades gubernamentales a efectos de cuidar la salud humana. Esto se hace a partir la creación de herramientas

normativas que establecen los límites de concentración permisible y los tiempos de exposición en términos de los riesgos a la salud.

En México la Secretaría de Salud (SS) es el órgano responsable de evaluar la evidencia de los impactos de la contaminación atmosférica en la salud.

La tabla 2 muestra los indicadores con los que se evalúa el cumplimiento de las NOM de salud con respecto a cada uno de los contaminantes criterio que usamos en la guía. (Secretaría de Salud, 2018).

Tabla 2. Normas Oficiales Mexicanas para PM₀ y SO₂

Norma	Contaminante criterio	Dato temporal de referencia	Exposición	Frecuencia tolerada	Valor límite
NOM-025-SSA12014 (DOF 2014)	PM ₁₀	Promedio 24 horas	aguda	No permite	75 µg/m ³ Máximo
			crónica	-	40 µg/m ³ Promedio anual
NOM-022-SSA1-2010 (DOF, 2010)	SO ₂	Promedio 24 horas Horario	aguda	No permite	0.110 ppm Máximo
			crónica	-	0.025 anual

Fuente <http://sinaica.inecc.gob.mx/>

2.4 Precontingencia Ambiental, su activación y desactivación

De acuerdo con el Gobierno del Estado de México (2018, p. 3) la Contingencia Ambiental Atmosférica se define como: “Situación eventual y transitoria declarada por las autoridades competentes, cuando la concentración de contaminantes en la atmósfera alcance niveles potencialmente dañinos a la salud de la población más

vulnerable tales como, niños, adultos mayores y enfermos de vías respiratorias”.

De acuerdo con la Cámara de Diputados del H. Congreso de la Unión (2017), en el artículo 3, fracción VIII de la Ley General del Equilibrio Ecológico y la Protección al Ambiente, una contingencia ambiental se define como “la situación de riesgo, derivada de actividades humanas o fenómenos naturales, que puede poner en peligro la integridad de uno o varios ecosistemas”.

Es obligación de las autoridades decretar la activación y desactivación de las contingencias ambientales, así como es prioritario que la población esté enterada de esta información, pero comprendiendo sus implicaciones para el autocuidado de la salud. De ahí la importancia de involucrar a los estudiantes a nivel del aula vía contenidos curriculares de este bagaje especializado si, pero que es información que no debe tildarse de irrelevante por todas las implicaciones que hemos explicado. Una vez declarada la activación de cualquiera de las fases de la contingencia, se realizan registros diarios con períodos de 24 h, posteriormente también se realizan evaluaciones intermedias dentro de las siguientes 24 h, esto sirve tener información acerca de si se continua o se suspende la fase de contingencia que se ha determinado. Llegado este caso, todos los sectores de la población (muy importantes son las instituciones educativas, por tener bajo su responsabilidad un importante número de estudiantes) deben acatar las recomendaciones que siempre estarán orientadas a garantizar la seguridad y el bienestar social, lo anterior

por ser disposiciones gubernamentales. De modo que las empresas deberán disminuir los procesos que involucren la emisión de contaminantes criterio.

Los valores máximos de la concentración de contaminantes criterio, se deben siempre a eventos extraordinarios, por lo que exigen la alerta de su monitoreo, con la toma de decisiones y acciones inmediatas para salvaguardar a la población. De ahí la importancia del involucramiento de los centros educativos, como responsables de su comunidad y de velar por preservar la salud y el medio ambiente. Permeear información oportuna y permanente en dicha comunidad incrementa la conciencia del autocuidado y la cultura de acatar las recomendaciones de las autoridades cuando las alertas vía activación de contingencias así lo ameriten.

2.5 Las estaciones de medición de la calidad del aire.

De acuerdo con SEMARNAT, INECC, SINAICA (2018), en su Manual 2 explican que las estaciones de medición de la calidad del aire y meteorológicas se pueden clasificar por el tipo de instalación en fijas, semifijas o móviles. Se consideran fijas cuando los equipos de medición y/o muestreo son colocados en una edificación permanente, cuando la estación de monitoreo consiste en una caseta prefabricada se les considera semifijas y si es transportada al sitio de monitoreo, por último, se les consideran móviles, cuando son motorizadas o remolcables. Estas últimas se emplean en las campañas temporales y

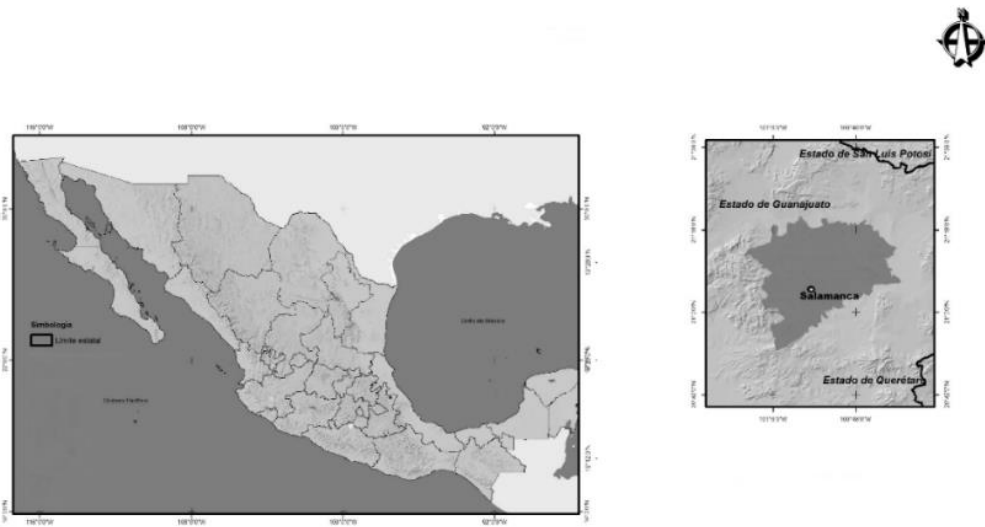
en situaciones extraordinarias que afectan los registros habituales de concentración de contaminantes.

En Guanajuato, México, el Instituto de Ecología del Estado, es el organismo responsable de medir e informar en tiempo real las condiciones de contaminación atmosférica. El SEICA (Sistema Estatal del Índice de la Calidad del Aire) es una red de 13 estaciones de monitoreo automático, 12 fijas y una móvil, ubicadas en el Estado de Guanajuato. De esta manera se cuenta con información espacial y temporal de los gases invernadero y sobre los contaminantes criterio, que posteriormente es validada por el Centro de Control de Análisis de la Información y puesta a disposición de la población, autoridades en materia de salud e investigadores de manera ininterrumpida. (IEE, 2015).

La figura 1, en la página siguiente, muestra el mapa de ubicación geográfica del municipio de Salamanca, Gto.

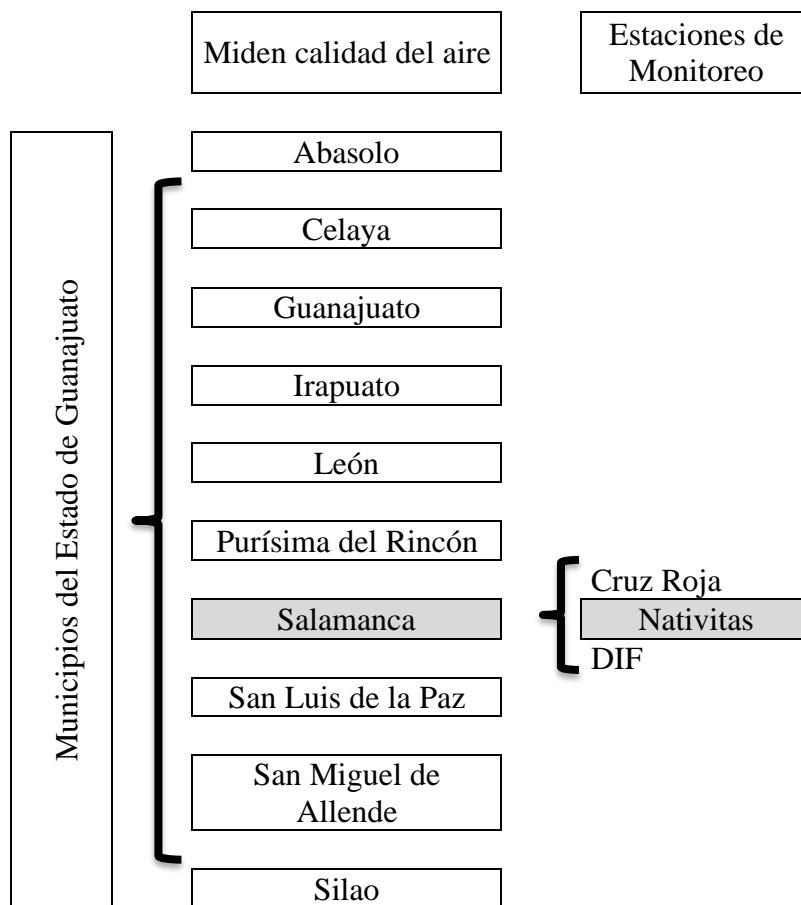
La figura 2, en secuencia, muestra las tres estaciones de monitoreo ubicadas en la zona de estudio, tienen una circunferencia imaginaria de 4 km a la redonda, lo que asegura que se tiene un adecuado margen de dominio superficial, que cubre la contaminación de las principales fuentes de emisión de esta ciudad. (SEMARNAT, INECC, 2016).

Figura 1. Ubicación geográfica del municipio de Salamanca, Gto. México



Fuente: Elaboración propia

Figura 2. Municipios del Estado que monitorean la calidad del aire y las estaciones de Salamanca



Fuente: Elaboración propia

Los equipos de monitoreo captan, miden y registran las concentraciones de los contaminantes y los traducen a los colores indicados en la tabla 3 de manera automática y esta información es la que se da a conocer a la población. (INSTITUTO ESTATAL DE ECOLOGÍA, 2017).

Tabla 3. Concentraciones de la calidad del aire

Contaminante	PM ₁₀	O ₃	SO ₂	NO ₂	CO
Tiempo de exposición (h)	24	8	24	1	8
Unidades	µg/m ³	ppb	ppb	ppb	ppm
Buena	0-54	0-64	0-99	0-198	0-9
Satisfactoria	55-74	65-69	100-109	190-209	9-10
No satisfactoria	75-174	70-130	110-174	210-315	11-15
Mala	175-274	131-184	175-239	316-420	16-22
Muy mala	≥274	≥184	≥239	≥420	≥22

Fuente: IEE (2014, p. 12)

Estos valores de concentración se traducen a color para tener un código de comunicación más sencillo y comprensible para la población, como se muestra en la tabla 4, en la página siguiente, la misma que contiene información sobre los riesgos que implica y las recomendaciones para cada nivel de contaminación.

Tabla 4. Semáforo de la calidad del aire

COLOR	CATEGORÍA CALIDAD DEL AIRE	RECOMENDACIÓN	RIESGOS
Azul	Buena	Adecuada para llevar a cabo actividades al aire libre.	
Verde	Satisfactoria	Se pueden llevar a cabo actividades al aire libre.	Posibles efectos adversos a la salud, en particular niños, adultos mayores y personas con enfermedades cardiovasculares o respiratorias.
Amarillo	No satisfactoria	Evite las actividades al aire libre, esté atento a la información de calidad del aire. Acuda al médico si presenta síntomas respiratorios o cardíacos.	Posibles efectos adversos a la salud, en particular niños, adultos mayores y personas con enfermedades cardiovasculares o respiratorias.
Rojo	Mala	Evite salir de casa y mantenga las ventanas cerradas, no realice actividades al aire libre, esté atento a la información de la calidad del aire. Acuda al médico si presenta síntomas respiratorios o cardíacos.	Efectos adversos a la salud de la población en general. Se agravan los síntomas en niños, adultos mayores y personas con enfermedades cardiovasculares o respiratorias.
Morado	Muy mala	Evite salir de casa y mantenga las ventanas cerradas, no realice actividades al aire libre, esté atento a la información de la calidad del aire. Acuda al médico si presenta síntomas respiratorios o cardíacos.	Efectos adversos a la salud de la población en general. Se agravan los síntomas en niños, adultos mayores y personas con enfermedades cardiovasculares o respiratorias.

Fuente. Elaboración propia con información del Instituto Estatal de Ecología (2017)

Programa de Gestión para Mejorar la Calidad del Aire Salamanca, Celaya e Irapuato 2013-2022.

Es una herramienta de gestión que comprende estrategias y acciones para la prevención, control y mitigación de la contaminación del aire, para preservar la salud de la población, el medio ambiente y los recursos naturales. Se centra en la reducción de la concentración del dióxido de azufre (SO₂) y las partículas menores a 10 micrómetros (PM₁₀), atendiendo el cumplimiento de las Normas Oficiales Mexicanas de Calidad del Aire para todos los contaminantes criterio.

La Tabla 5 muestra la actualización de las concentraciones relacionadas con las contingencias ambientales.

Tabla 5. Valores de niveles de concentración de activación y desactivación de contingencia ambiental

Fase Contingencia ambiental	Niveles de activación ppb	Niveles de desactivación ppb	Niveles de activación µg/m ³	Niveles de desactivación µg/m ³
	SO ₂		PM ₁₀	
Precontingencia	≥ 110 < 205	< 100	≥ 140 < 245	< 110
Fase I	≥ 205 < 285	< 205	≥ 245 < 344	< 245
Fase II	≥ 285	< 285	≥ 344	< 344
Vulnerabilidad	No existen medidas por no ser detectadas las concentraciones			

Fuente: Elaboración propia con información de IEE (2013, p. 3-4)

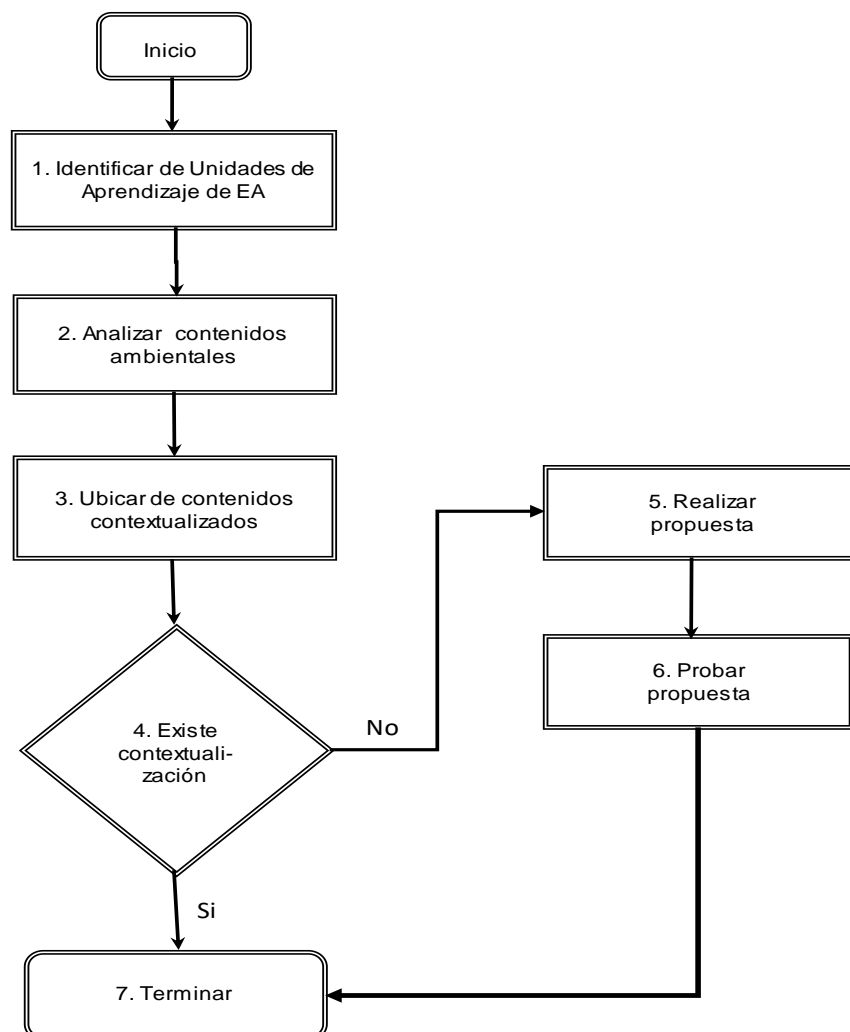
3. METODOLOGÍA

La metodología usada para la guía propuesta es de enfoque cualitativo-cuantitativo, no experimental-longitudinal y tiene como contexto la contaminación del aire de la cd. de Salamanca, Gto. México. Se realizó en dos apartados:

3.1. Aspecto curricular. Programas de las Unidades de Aprendizaje

Se analizaron los programas de la División de Ingenierías de la Universidad de Guanajuato para revisar si los contenidos de los programas contienen el uso de información en tiempo real sobre los contaminantes criterio que reportan las autoridades de la Dirección Estatal de Medio Ambiente, dichos programas fueron: Responsabilidad Social e Impacto Ambiental. Ver Figura 2.

Figura 2. Análisis de la contextualización de contenidos ambientales de los Programas de la DICIS



Fuente. Elaboración propia

Las tablas 6 y 7 muestran las dos Unidades de Aprendizaje destinadas de acuerdo al Programa Educativo a la Educación Ambiental de manera directa, podemos observar que en el Programa de Responsabilidad Social, existen 13 subtemas, de los cuales en cuatro de ellos, cabría la posibilidad de realizar prácticas y vinculación con el Instituto de Ecología Estatal, responsable de medir la calidad del aire en el Estado de Guanajuato, o bien en las industrias de la ciudad, donde se tiene por disposición oficial, la obligación de medir las emisiones a la atmósfera. Con relación al programa de Impacto Ambiental se tienen 11 temáticas, con 4 con la misma oportunidad ya explicada.

Tabla 6. Contenidos y competencia de la Unidad de Aprendizaje de Responsabilidad Social (DICIS). Incluyendo el tema de pertinencia para la aplicación de la guía

Unidad de Aprendizaje: Responsabilidad Social		Competencia	Pertinencia de aplicación de la guía	Se realizan prácticas o vinculación empresas o instituciones gubernamentales
Medio ambiente	1. Economía y medio ambiente	Reflexiona y se compromete con su medio natural y social que le permite ser un profesionista responsable y consciente de las problemáticas actuales	x	no
	2. Ecología, concepto integrado de la gestión de la contaminación			
	3. Residuos y suelos		x	no
	4. Agua			
	5. Energía			
	6. Sistemas de gestión ambiental		x	no
Equidad	1. Que es el género y la igualdad.			
	2. Distintos tipos de violencia contra las mujeres.			
	3. Políticas de igualdad y de equidad en la educación.			
	4. Políticas de igualdad y de equidad en el trabajo.			
Ética y sustentabilidad	1. Desarrollo Económico			
	2. Equidad social			
	3. Protección medio ambiental		x	no

Fuente. Elaboración propia

Tabla 7. Contenidos y competencia de la Unidad de Aprendizaje: Impacto Ambiental (DICIS). Incluyendo el tema de pertinencia para la aplicación de la guía

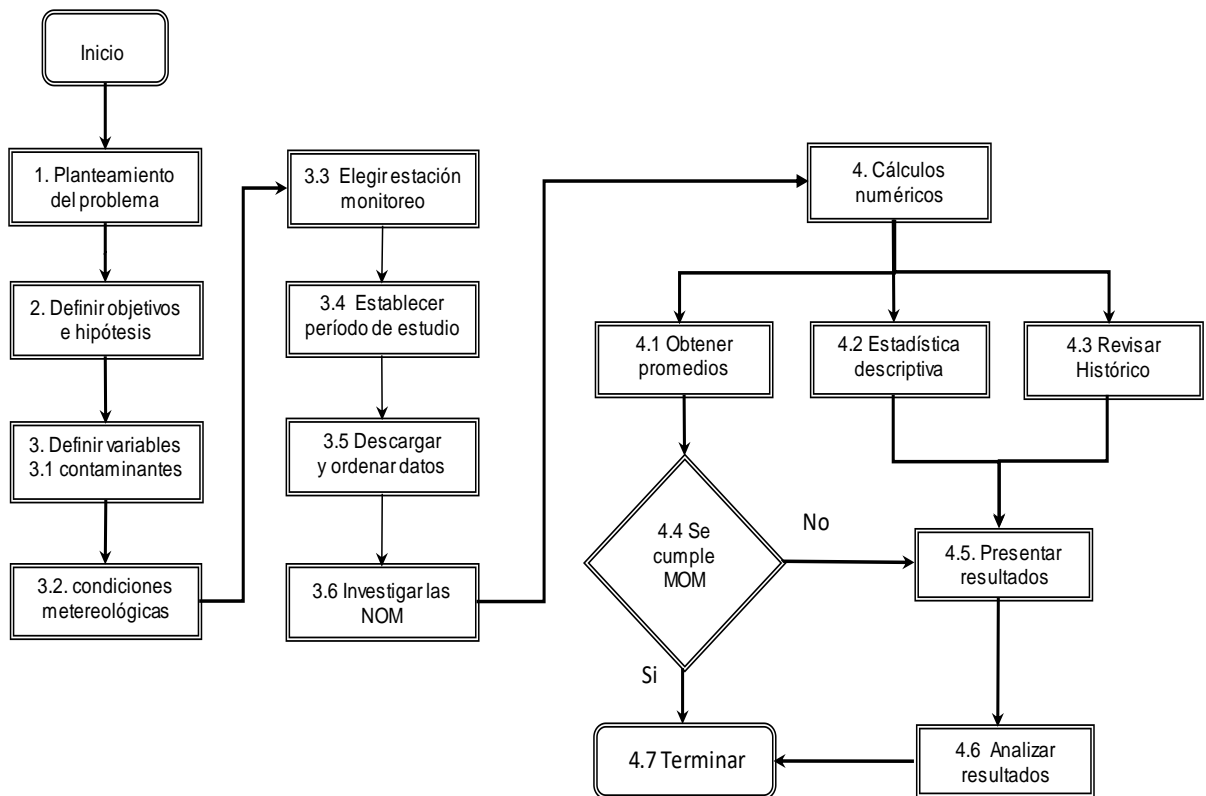
Unidad de Aprendizaje: Impacto Ambiental	Competencia	Pertinencia de aplicación de la guía	Se realizan prácticas o vinculación empresas o instituciones gubernamentales
1. Biosfera.	Aplicará las normas que regulan el impacto ambiental, acatando las Leyes y Reglamentos del País, seleccionará equipo de mitigación		
2. Fuentes de contaminación.		X	NO
3. Mecanismos de contaminación.		X	NO
4. Contaminación atmosférica y mitigación.		X	NO
5. Contaminación de suelos y mitigación.			
6. Contaminación de aguas y mitigación.			
7. Clasificación y manejo de residuos sólidos.			
8. Leyes, reglamentos y normas en materia de Contaminación ambiental.	estudios de riesgos ambiental e industrial según el tipo de industria	X	NO
9. Estudio de impacto ambiental.	ejecutará estudios de impacto ambiental		
10. Estudio y análisis de riesgo ambiental e industrial.		X	NO
11. Equipo anticontaminante			

Fuente. Elaboración propia

3.2. Aspecto científico. Guía para el uso de información e interpretación de contaminantes criterio

Con base en los resultados se diseñó una guía para el análisis e interpretación de los indicadores criterio emitidos por el SEICA que a continuación se presenta en la figura 3, en la página siguiente.

Figura 3. Propuesta de Guía para el análisis de concentraciones de contaminantes criterio emitidas por estaciones de monitoreo de la calidad del aire. Contextualizado a problema ambiental



Fuente. Elaboración propia

La guía indicada en la figura 3 está basada en el método científico y como tal comprende: Planteamiento del problema, definición de objetivos e hipótesis, definición de variables, análisis de datos y conclusiones.

A continuación, se describe la aplicación de la guía

3.2.1. Planteamiento del problema

Las actividades de las fuentes fijas (industrias y fábricas) y móviles (vehículos automotores de la ciudad y los que pasan por esta zona, debido al comercio) de la ciudad de Salamanca, tienen un fuerte impacto en la contaminación del aire con importantes afecciones a la salud humana y al medio ambiente, de acuerdo con los reportes de la OMS (2018). Es importante saber hacer uso de la información pública puesta a disposición de la ciudadanía las 24 h de los 365 días del año. Conocer y comprender oportunamente el comportamiento de las concentraciones de los contaminantes criterio emitidas por las autoridades ambientales, ayuda a la población y a los tomadores de decisiones a seguir acciones y recomendaciones previstas para controlar la contaminación y cuidar la salud, la calidad de vida y el medio ambiente. Aquí se recomienda que los estudiantes hagan una visita a alguna de las estaciones de monitoreo y realicen una actividad de trabajo de campo, para conocer la tecnología empleada en las estaciones de monitoreo de la calidad del aire, ello permitirá ampliar la relación fenómeno- espacio físico y por ende se logrará un aprendizaje significativo. Ver Figura 2.

3.3 Objetivos e hipótesis

Objetivo. Analizar las concentraciones de los datos horarios de SO₂ y PM₁₀ en la ciudad de Salamanca, Gto. en 2015 para saber si se cumplió con las normas oficiales mexicanas.

Hipótesis. Se incumplió en más de una ocasión con las normas que establecen los parámetros permitidos de SO₂ y PM₁₀ en el año 2017 en la cd de Salamanca, Gto.

3.4 Variables de estudio

3.4.1 Contaminantes criterio

Se eligieron los contaminantes criterio: SO₂ y PM₁₀

3.4.2 Condiciones meteorológicas

Las condiciones meteorológicas que influyen en el comportamiento de los contaminantes criterio definidos son: radiación solar, temperatura, velocidad del viento y humedad relativa.

3.4.3 Estación (es) de monitoreo

Se eligió la estación de monitoreo de la calidad del aire Nativitas, por ser la que cuenta con equipo automático para el registro de la radiación solar. Se ubica en calle Benito Juárez 1211-1213, zona de elevada densidad de población. (INECC, 2016).

3.4.4 Período de estudio

Para la temporalidad se eligió estudiar el mes de diciembre del año 2017.

3.4.5 Descargar datos

Se descargaron 3679 datos de concentraciones de SO₂, PM₁₀, velocidad del viento, temperatura, humedad relativa y radiación solar. No se contó con 51 datos que en los documentos Excel aparecen como N/A en el sitio: <https://seica.guanajuato.gob.mx/monitoreo/salamanca>

3.4.6 Investigar las normas que definen las concentraciones aceptables durante diferentes periodos de exposición.

Se investigaron las normas este estudio las normas referentes a los contaminantes criterio de este estudio, emitidas por la Secretaría de Salud. Ver tabla 2.

3.5 Cálculos numéricos

Son una serie de cálculos relacionados con los promedios temporales de exposición de los contaminantes criterio elegidos para el estudio que marcan las respectivas normas; las variables de las medidas de tendencia central de la estadística descriptiva, así como conocer las tendencias de comportamiento de la concentración de dichos contaminantes en el aire. Para estos cálculos se utilizaron las herramientas de tablas dinámicas y cálculos estadísticos mediante software Minitab.

3.5.1 Obtener promedios conforme a período de exposición marcado por la norma

Se calcularon los promedios diarios de las concentraciones de SO₂, PM₁₀, así como de las condiciones meteorológicas: velocidad

del viento, humedad relativa, temperatura y radiación solar, como se indica en la tabla 8.

Tabla 8. Valores promedio diarios del mes de diciembre de 2017 de contaminantes criterio y condiciones meteorológicas de la Estación de Monitoreo Nativitas

Día	Promedio Velocidad viento (m/s)	Promedio Temperatura (°C)	Promedio % Humedad relativa	Promedio Radiación solar (W/m ²)	Promedio PM ₁₀ (µg/m ³)	Promedio SO ₂ (ppm)
1	3.414	12.798	50.098	212.922	48.122	0.009
2	2.928	13.154	51.396	222.385	63.655	0.019
3	2.785	14.592	53.474	220.610	56.807	0.016
4	2.010	14.693	46.130	210.687	105.819	0.006
5	1.800	16.104	44.280	210.903	144.924	0.015
6	2.817	16.126	48.782	198.208	94.570	0.005
7	2.632	15.854	52.099	190.760	92.644	0.012
8	3.426	14.355	47.485	212.245	67.467	0.009
9	4.350	10.349	27.024	204.694	34.776	0.011
10	4.601	9.196	26.428	210.803	29.266	0.014
11	3.032	9.070	30.984	197.748	64.862	0.006
12	3.619	11.367	31.047	218.085	44.607	0.008
13	2.838	11.212	37.997	196.541	96.054	0.007
14	1.775	12.876	42.008	171.252	176.853	0.011
15	2.184	14.638	51.672	161.767	107.935	0.012
16	3.414	13.705	57.915	142.212	81.961	0.007
17	2.110	14.441	59.084	161.566	77.230	0.006
18	1.804	15.086	54.983	160.053	101.993	0.006
19	2.133	14.933	55.554	181.105	104.643	0.007
20	1.946	15.865	47.676	193.803	108.889	0.008
21	2.044	16.110	42.544	193.481	112.002	0.009
22	1.980	16.059	44.745	187.204	92.175	0.008
23	3.058	15.143	47.803	188.467	85.184	0.005
24	2.933	15.345	54.496	206.839	46.275	0.004
25	3.334	14.765	46.688	213.383	66.159	0.007
26	2.233	15.652	44.440	212.498	75.504	0.017
27	2.840	14.942	40.148	206.066	63.830	0.008
28	3.080	14.464	51.023	204.288	45.987	0.006
29	3.193	14.315	51.712	207.063	59.070	0.009
30	2.463	13.914	51.496	195.580	69.004	0.009
31	2.066	13.848	40.319	195.165	104.443	0.007

Fuente. Elaboración propia

3.5.2 Obtener cálculos de estadística descriptiva

Se calcularon las medidas de tendencia central para SO₂ y PM₁₀ y condiciones meteorológicas (Hernández-Sampieri, 2006) como se muestra en las tablas 9, 10 y 11.

Se realizaron los cálculos de medidas de tendencia central, así como de las medidas de la variabilidad de los datos reportados por el IEE para la calidad del aire.

Tabla 9. Estadística descriptiva para los contaminantes criterio SO₂ y PM₁₀

ESTADÍSTICA DESCRIPTIVA			
SO₂	VALOR	PM₁₀	VALOR
Media	9.2	Media	81.4
Error típico	0.4	Error típico	2.5
Mediana	6.1	Mediana	56.4
Moda	0.8	Moda	17.8
Desviación estándar	10.8	Desviación estándar	68.9
Varianza de la muestra	116.6	Varianza de la muestra	4750.9
Curtosis	16.2	Curtosis	4.0
Coefficiente de asimetría	3.4	Coefficiente de asimetría	1.9
Rango	93.2	Rango	420.5
Mínimo	0.8	Mínimo	6.9
Máximo	94.0	Máximo	427.4
Suma	6496.3	Suma	60394.0
Cuenta	708	Cuenta	742

Fuente: Elaboración propia

Tabla 10. Estadística descriptiva para la velocidad del viento y humedad relativa

ESTADÍSTICA DESCRIPTIVA			
VELOCIDAD DEL VIENTO	DEL VALOR	HUMEDAD RELATIVA	VALOR
Media	2.7	Media	46.2
Error típico	0.0	Error típico	0.7
Mediana	2.5	Mediana	44.7
Moda	1.8	Moda	73.2
Desviación estándar	1.1	Desviación estándar	18.8
Varianza de la muestra	1.3	Varianza de la muestra	353.0
Curtosis	-0.1	Curtosis	-1.0
Coefficiente de asimetría	0.8	Coefficiente de asimetría	0.2
Rango	5.4	Rango	78.6
Mínimo	1.0	Mínimo	9.4
Máximo	6.4	Máximo	88.0
Suma	2027.2	Suma	34206.2
Cuenta	741	Cuenta	741

Fuente: Elaboración propia

Tabla 11. Estadística descriptiva para la temperatura y radiación solar

ESTADÍSTICA DESCRIPTIVA			
TEMPERATURA	VALOR	RADIACIÓN SOLAR	VALOR
Media	14.0	Media	196.6
Error típico	0.2	Error típico	9.6
Mediana	13.3	Mediana	16.3
Moda	21.6	Moda	2.6
Desviación estándar	6.0	Desviación estándar	262.2
Varianza de la muestra	36.3	Varianza de la muestra	68770.9
Curtosis	-1.0	Curtosis	-0.7
Coefficiente de asimetría	0.1	Coefficiente de asimetría	1.0
Rango	25.6	Rango	780.4
Mínimo	0.7	Mínimo	1.9
Máximo	26.3	Máximo	782.3
Suma	10397.5	Suma	145693.7
Cuenta	741	Cuenta	741

Fuente: Elaboración propia

3.5.3 Obtener histórico de comportamiento de las variables

Se investigó el comportamiento de las concentraciones de los contaminantes de 2010-2017 para la estación Nativitas para analizar su tendencia en relación con el impacto que tienen en la calidad del aire en la ciudad de Salamanca Gto.

3.5.4 Verificar y registrar el número de incumplimientos de los valores establecidos por las Normas, en caso de existir esta situación

Se contrastaron los valores de concentraciones promedio cada 24 h y se con los establecidos por las normas, para este caso, la NOM-025-SSA12014 para las PM10 y la NOM-022-SSA1-2010 para el SO2 y se realizó en respectivo registro.

3.5.5 Presentar los resultados

A continuación, se presentan los resultados de la aplicación de la guía:

En esta sección se procedió a representar gráficamente la información analizada estadísticamente para conocer la distribución normal de la concentración de PM10 y SO2.

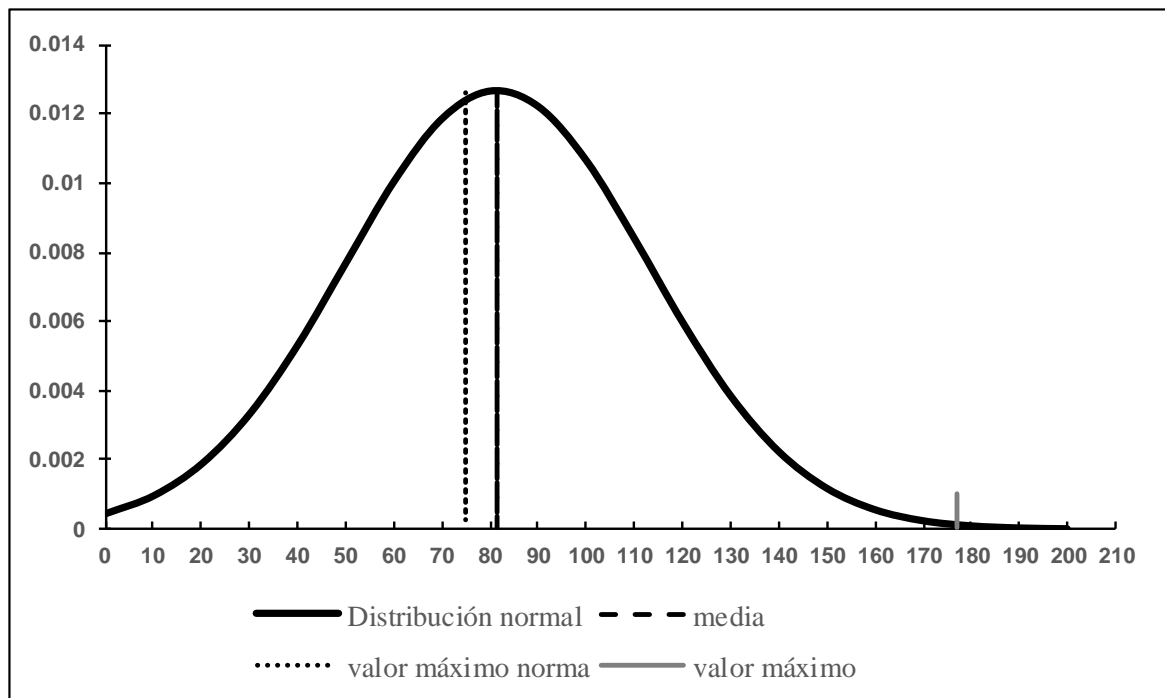
La gráfica 1 representa la campana de Gaus de las concentraciones de PM10 en el período de estudio.

Las gráficas 2 y 3 muestran los resultados obtenidos del análisis histórico de las concentraciones de los contaminantes en los años de 2010-2017, para medias y máximos, ello permite conocer su

comportamiento, una vez que hemos expuesto las implicaciones a la salud de la población.

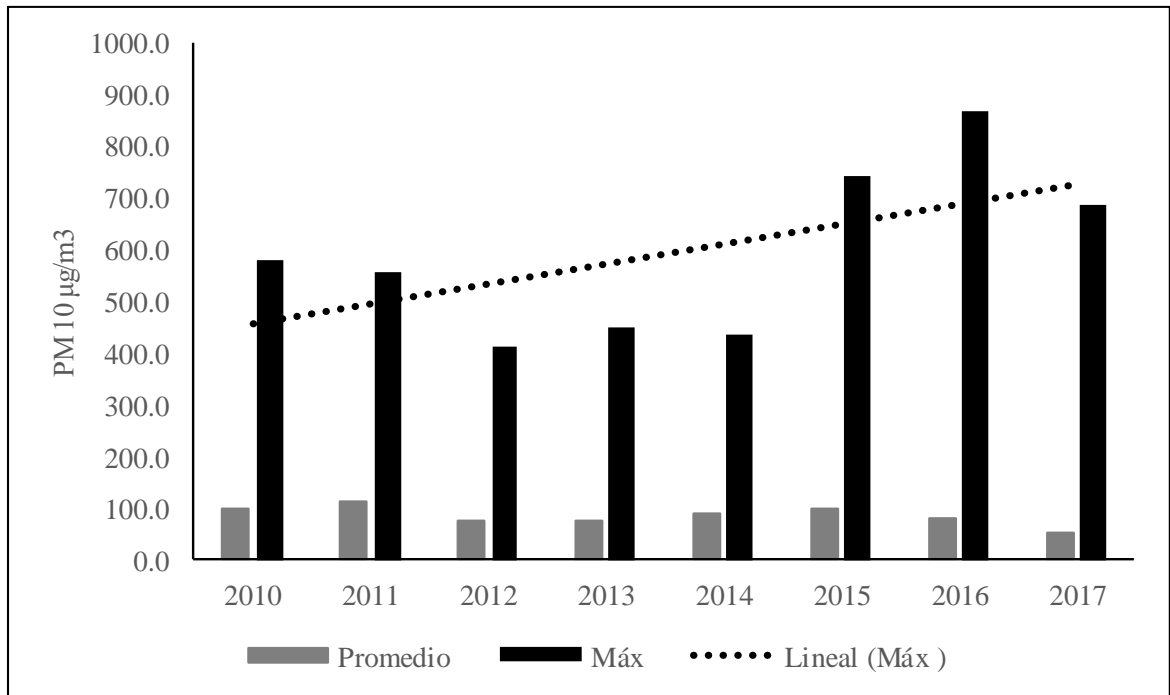
A estas alturas del estudio, los estudiantes manejan un importante bagaje de los conceptos de contaminación ambiental, conocen la estación y los equipos de monitoreo atmosférico y también conocen el enfoque estadístico de los cálculos y resultados obtenidos.

Gráfica 1. Distribución normal de la concentración de PM₁₀ diciembre de 2017



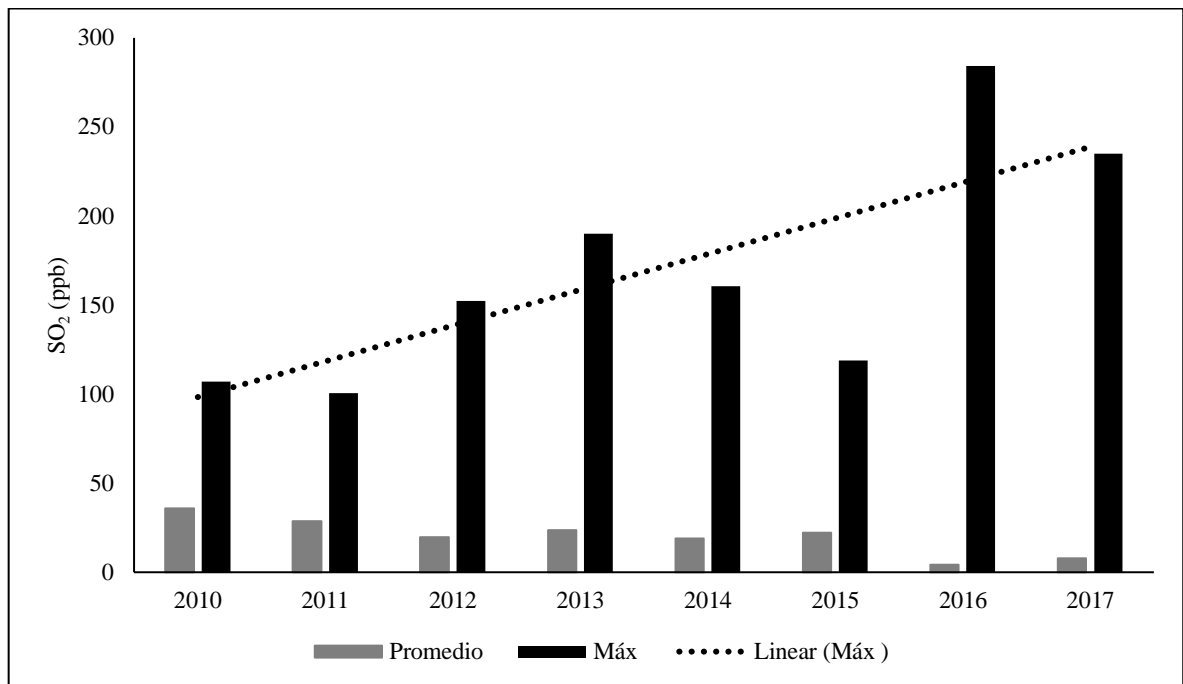
Fuente: Elaboración propia

Gráfica 2. Histórico de la concentración de PM₁₀ 2010-2017 medias y máximos anuales



Fuente: Elaboración propia

Gráfica 3. Histórico de la concentración de SO₂ 2010-2017 medias y máximos anuales



Fuente: Elaboración propia

3.4.6 Analizar resultados

En la **tabla 12** muestra el análisis de los resultados representado en las tablas 8, 9, 10 y 11:

Tabla 12. Análisis de los resultados representados en las tablas 8, 9,10 y 11 de la aplicación de la guía

Número tabla de resultados	Análisis e interpretación
8	<p>Se estudiaron datos mensuales, reducidos a 31 datos con promedios diarios para los dos contaminantes y las condiciones meteorológicas ya indicadas. De acuerdo con la NOM-025-SSA1-2014 se rebasaron los parámetros permitidos de concentración de PM₁₀ 17 veces, lo que implica un elevado riesgo a la salud de la población. Asimismo, revisando la NOM-022-SSA1-2010, se cumplió satisfactoriamente con las concentraciones establecidas para el SO₂ por lo que no se presentaron riesgos por este contaminante. Se muestra la variación de promedios diarios de concentración de PM₁₀ con los promedios diarios de la temperatura, velocidad del viento y la radiación solar, respectivamente, de donde podemos observar que no existe una relación lineal entre estas variables.</p> <p>Se pueden observar los tres picos de más alta concentración justo en los valores de 176.85 144.92 y 112.00 (todas en µg/m³) consideradas atípicas por no tener una tendencia. Lo que significa que las altas y bajas tanto de PM₁₀ como de la variable meteorológica en cada caso, son producto de la variación en las emisiones de las fuentes fijas (industrias) y móviles (vehículos automotores) de este contaminante, asociadas también a eventos puntuales relacionados con las quemas a cielo abierto sin permiso de las autoridades y a las festividades con uso de pirotecnia por la cultura de la población en las festividades decembrinas. Además, se puede observar que no existe una relación lineal entre la concentración de SO₂ y las tres variables meteorológicas indicadas en el punto anterior.</p> <p>Existen altas y bajas que en promedio nunca rebasaron los valores establecidos por la respectiva norma y por tanto este contaminante criterio no representó agresión a la salud humana, de modo que las condiciones meteorológicas no jugaron un papel importante en su dispersión o en su conversión en ácido sulfúrico (componente de la lluvia ácida).</p>
9	<p>Se estudiaron datos puntuales, donde se aprecian valores atípicos de entre los 742 datos de PM₁₀ y 708 de SO₂, representados en los máximos registros, así tenemos que fueron 427.4 µg/m³ para las PM₁₀ y de 94ppb para el SO₂, respectivamente. Siendo un alto valor el del primer contaminante y un valor que no representa riesgo el del segundo contaminante. Cabe destacar el contraste entre el cumplimiento y el no cumplimiento de las mencionadas normas, lo que puede apreciarse en las medias aritméticas, la moda, la mediana y la desviación estándar en cada caso.</p>

Se estudiaron 741 datos de cada una de las condiciones meteorológicas: temperatura, humedad relativa, velocidad del viento y radiación solar juegan un papel muy importante en la dispersión de los contaminantes, con ello se puede o no prolongar su estadía en la atmósfera pudiendo en su caso declararse la fase de Precontingencia Ambiental.

Los altos valores de PM₁₀ ocurren durante periodos de baja velocidad del viento, lo cual empeora la dispersión de las masas de las PM₁₀ y el SO₂. Para un valor máximo de 6.4 m/s, un mínimo de 1.0 m/s y la media de 2.7 m/s, no favorece la dispersión de contaminantes.

Con relación a la humedad relativa, tenemos que al aumentar la humedad disminuye la re-suspensión del material particulado, haciendo que el PM₁₀ no permanezca en la atmósfera, de los cálculos tenemos que para un valor máximo de 88%, un mínimo de 9.4% y un promedio de 46.2% no favorece la dispersión de contaminantes y como hemos analizado, estos datos favorecieron la permanencia de las PM₁₀ en el ambiente, no así la del SO₂, ya que éste no se encontraba en altas concentraciones.

Respecto a la temperatura, el período de estudio fue diciembre, mes del invierno y por ende la máxima temperatura fue de 26.3°C, la mínima de 0.7°C, por lo que una media de 14°C es propicia para una permanencia más prolongada de PM₁₀, incrementando el riesgo y afectaciones a la salud de la población, debido a las altas concentraciones, que como se indicó, rebasaron 17 veces los valores de la norma correspondiente.

10

11

Fuente. Elaboración propia

La **tabla 13** (en la página siguiente), sintetiza la interpretación estadística y normativa del análisis de los fenómenos asociados con los registros de los contaminantes criterio en el mes de diciembre de 2017, así como el comportamiento histórico representado en las gráficas 1, 2 y 3, con ello se pueden detectar los eventos atípicos que ponen de manifiesto las concentraciones máximas, promedios diarios con relación a las variables meteorológicas a las que se encuentran fuertemente vinculados temporalmente.

Tabla 13. Análisis de los resultados representados en las gráficas 1,2 y3 de la aplicación de la guía

Número de gráfica	Análisis e interpretación
1	El trazado de la distribución normal en el período estudiado muestra las altas concentraciones de PM ₁₀ , de donde se puede apreciar los 17 registros que rebasan el valor permitido (75 µg/m ³) con una media de 81.4 µg/m ³ , alcanzando un máximo de 176.85 µg/m ³ , que es una variación muy grande de este contaminante con las respectivas implicaciones a la salud y al medio ambiente, ya referidas.
2	En ambas gráficas se aprecia como los dos contaminantes de estudio han ido aumentando en el registro histórico anual de emisiones producidas por las actividades antropogénicas de las fuentes fijas y móviles, ello está relacionado al crecimiento de la industria y de la población
3	

Fuente: Elaboración propia

3.5.7 Finalizar

La guía de acuerdo con la figura 3 puede terminar de dos formas: La primera es cuando se cumple satisfactoriamente con las normas de los contaminantes que se estudian (punto 4,4), la segunda forma es cuando no se cumplen y se deben analizar estadísticamente los datos, presentar en tablas y gráficas como lo hicimos anteriormente (puntos: 4.2,4.3,4.5 y 4.6).

Por último se sintetiza las conclusiones de aplicación del análisis de la información de los contaminantes que se estudiaron, para este caso tenemos lo siguiente: Esto representa que la vulnerabilidad a la salud por la contaminación atmosférica también ha aumentado y prueba de ello es que el incumplimiento de la NOM-025-SSA1-2014 en el período de estudio (diciembre 2017) implicó la declaración de Precontingencia Ambiental, si revisamos la tabla 5 ya que las

concentraciones estuvieron en el rango $\geq 140 < 245$. Y con ello la importancia de atender las recomendaciones para el autocuidado de la salud presentadas en las tablas 3,4 y 5, por las alertas roja y amarilla.

4. ANÁLISIS Y DISCUSIÓN

La aplicación de la metodología tiene relevancia en los ámbitos pedagógico y científico, ambos abonan a la formación integral de los estudiantes universitarios referido en el Modelo Educativo, en la misión de la Universidad de Guanajuato y en los perfiles de egreso de los Programas Educativos de la DICIS.

La guía propuesta es una herramienta de gran valor formativo, con énfasis en enfoque ambiental-social, está basada en el método científico que comprende conocimientos del entorno inmediato, esto a través de los procesos de contaminación atmosférica por emisión de contaminantes en el aire, conocer las consecuencias de industrialización y del aumento de población y por tanto de vehículos automotores en el municipio, trabajo de campo para conocer de manera objetiva y directa la tecnología empleada para monitorear la calidad del aire buscando ante todo preservar la salud humana, las características y efectos de los contaminantes categorizados como contaminantes criterio por la agresión a la salud humana, las Normas Oficiales Mexicanas que los regulan, los conceptos de Precontingencia Ambiental y el semáforo que traduce los niveles de contracción de los contaminantes criterio en código de colores, la

forma de estar continuamente informados a través de aplicación de TICs así como de cálculos estadísticos para análisis y conclusiones.

Todos los elementos mencionados están sistemáticamente sincronizados con la finalidad de cambiar la visión y la responsabilidad que tenemos para comprender e interpretar la información pública en tiempo real emiten las autoridades competentes.

Coincidimos con Calderón (2011), Diaz Barriga (2003) y Medina (2014) entre otros, en la pertinencia del contexto inmediato contribuye a fomentar la comprensión y el análisis de los fenómenos coadyuvan al aprendizaje significativo y forman la antesala de procesos de investigación y generación de conocimiento, en este caso de aspectos medioambientales, que es un área de la que hasta el momento tiene grandes oportunidades de desarrollo.

El escaso involucramiento de los estudiantes en aspectos del cuidado del entorno tiene su origen el peso que se asocia en la malla curricular a esta importante temática. Encontramos que tan solo existen dos Unidades de Aprendizaje que toman esta temática (Responsabilidad Social e Impacto Ambiental) con 9 subtemas que podrían albergar la aplicación de la guía que se hemos probado y explicado en este estudio. Hace falta no solo incrementar el número de asignaturas que soporten y permitan ahondar en las temáticas ambientales, sino de dejar de ver la Educación Ambiental, como un conjunto de conocimientos teóricos y conceptuales aislados.

Se requiere una mayor variedad y cantidad de actividades de aprendizaje enfocadas al estudio de problemas que presenta en entorno inmediato, con mayor trabajo de campo para que los estudiantes conozcan la perspectiva local de los fenómenos de contaminación atmosférica: tecnología y medición, interpretación estadística y normativa de dicho fenómeno. Por último, se requiere que analicen los impactos que tiene la contaminación en nuestra salud y la del medio ambiente.

Todos estos requerimientos pueden ser cubiertos por la guía propuesta.

CONCLUSIONES

Respecto a la primera pregunta de investigación ¿Los programas relacionados con Educación Ambiental de la DICIS Universidad de Guanajuato involucran temáticas de la calidad del aire destinados a tomar acciones con uso de información en tiempo real de la contaminación atmosférica para el autocuidado de la salud? Encontramos que sí existen contenidos temáticos, pero no encontramos en los programas existentes, el desarrollo de prácticas ni actividades de trabajo de campo con los sectores empresariales ni gubernamentales para fortalecer la problemática en dimensionamiento real de las emisiones y medición de la contaminación atmosférica dentro de la Educación Ambiental.

Con relación a la segunda pregunta de investigación ¿Es posible contar con una guía de aprendizaje significativo para el autocuidado

de la salud a nivel universitario, que permita analizar los contaminantes que detonan en Precontingencia Ambiental por PM10 y SO₂? tenemos que es pertinente y oportuna aplicación de la guía propuesta. Su mayor beneficio en las etapas curricular y científica radica en la promoción del aprendizaje significativo y en la vinculación con el entorno, justo donde se ubica la problemática ambiental de una ciudad altamente industrializada y contaminada, como en este caso fue la Cd. de Salamanca, Gto. Así también, resaltamos el valor del análisis e interpretación de información pública sobre los contaminantes criterio que alteran la calidad del aire, misma que no resulta útil, si no se comprende y analiza con las herramientas disciplinares que brindan las herramientas estadísticas y el uso de las TICs. Con ello se logra el involucramiento de los estudiantes en problemas reales, al fortalecer los conocimientos y actitudes en el autocuidado de la salud y también del medio ambiente.

La educación del siglo XXI requiere fortalecer el currículo que ya es flexible, con una mayor cantidad de Unidades de Aprendizaje con una perspectiva ambiental y sustentable, así como una mayor vinculación con los sectores gubernamental, empresarial y social que permita, no solo la transmisión de conocimientos conceptuales, sino prácticos destinados a cambiar la mentalidad y la actitud de los estudiantes acerca de la problemática ambiental resultado de la industrialización, lo que permite a su vez, potenciar los perfiles que se manifiestan en los programas educativos para formar profesionistas

comprometidos con su entorno y con su propio bienestar y calidad de vida.

BIBLIOGRAFÍA

ARCINIÉGAS, C. A. Diagnóstico y Control de material Particulado: Partículas Suspendidas totales y Fracción Respirable. *Luna Azul*, 11-30, 2012.

CALDERÓN, R. S. Educación Ambiental Aplicando enfoque hacia una educación para el desarrollo sostenible. *I Congreso Regional de Educación Ambiental 2010*. Huánuco, Perú: Gobierno Regional de Huánuco, out. 2011.

CÁMARA de Diputados del H. Congreso de la Unión. (*Ley General del Equilibrio Ecológico y la Protección al Ambiente*). CDMX, México: Cámara de Diputados del H. Congreso de la Unión, 24 de enero de 2017.

CENTRO Mario Molina. Cambio climático. Obtenido de *Cambio climático*, 23 de junio de 2017. <http://centromariomolina.org/el-cambio-climatico-y-el-aumento-en-el-nivel-del-mar/>

COLÓN ROSA, H. W. Jean-Jacques Rousseau y su filosofía educativa: más allá de Emilio *Teorías y paradigmas educativos*. Obtenido de <http://ponce.inter.edu/cai/Comite-investigacion/Rousseau-Filosofia-Educativa.html> 7 de mayo de 2018

DIAZ BARRIGA, A. Cognición situada y estrategias para el aprendizaje significativo. *REDIE*, p. 105-117, 2003

FLORES, G. La educación ambiental: Una apuesta hacia la integración escuela-comunidad. *Revista de Investigación y Pedagogía*, p. 79-101, 2012.

GOBIERNO de la República. *SEMARNAT*. Obtenido de <https://www.gob.mx/semarnat> 10 de mayo de 2018.

GOBIERNO del Estado de México. Periódico Oficial. *Gaceta del Gobierno*, 13 de mayo de 2018. Obtenido de <https://www.google.com.mx/search?q=gaceta+oficial+del+gobierno+del+estado+de+mexico&oq=gaceta+oficial+del+gobierno+del+estado+de+mexico&aqs=chrome..69i57.16696j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

GREEN, Joanne; SÁNCHEZ, Sergio. *La Calidad del Aire en América Latina. Una Visión Panorámica*. Washington: Clean Air Institute, 2013.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R. F. *Metodología de la investigación*. Cd. de México: Mc Graw Hill, 2006.

INSTITUTO Estatal de Ecología. *Programa de Gestión para mejorar la calidad del Aire de Salamanca, Celaya e Irapuato*. Guanajuato, Gto.: IEE, 2013.

INSTITUTO Estatal de Ecología. *Informe de estado de tendencias de la calidad del aire Guanajuato 2014*. Salamanca, Gto.: IEE, 2014.

INSTITUTO Estatal de Ecología. *Informe de las tendencias de la calidad del aire del Estado de Guanajuato*. Guanajuato: IEE, 2015.

INECC. Sistema de monitoreo de la calidad del aire de Salamanca, Gto. *Informe Auditoría Técnica*. CDMX: INECC, 2016.

INSTITUTO Estatal de Ecología. *SEICA*. 1 de agosto de 2017. Obtenido de <https://seica.ecologiagto.mx/monitoreo/salamanca>

INSTITUTO Nacional de Ecología. *Manual 1 - Principios de Medición de la Calidad del Aire*. Manual. México, México, México: Instituto Nacional de Ecología, 26 de marzo de 2018.

MARTIN, P. *Contaminación del aire por material particulado en la Ciudad de Buenos Aires*. Tesis Doctoral. Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina: Universidad de Buenos Aires, 2005.

MARTÍNEZ-CASTILLO, R. La importancia de la educación ambiental ante la problemática social. *Revista Electrónica Educare*, p. 42-58, 2010.

MEDINA ARBOLEDA, I.; PÁRAMO, P. La investigación en educación ambiental en América Latina. un análisis bibliométrico. *Revista Colombiana de Educación*, p. 55-72, 2014.

NOVO, M. La Educación Ambiental, unagenuina educación para el desarrollo sostenible. *Revista de Educación*, p. 195-217, 2009.

OMS. *Organización Mundial de la Salud*. Obtenido de [http://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/ambient-\(outdoor\)-air-quality-and-health](http://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/ambient-(outdoor)-air-quality-and-health) 13 de mayo de 2018.

PRTR. *Registro Estatal de Emisiones y Fuentes Contaminantes*. Obtenido de <http://www.prtr-es.es/SOx-oxidos-de-azufre,15598,11,2007.html>. 13 de mayo de 2018

SALINI, G. A. Estudio sobre la dinámica temporal del material particulado PM10 emitido en Cochabamba, Bolivia. *Revista Interamericana de Contaminación Ambiental*, p. 437-448, 2016.

SECRETARÍA de Salud. DOF. 07 de mayo de 2018. Obtenido de <http://www.dof.gob.mx/normasOficiales/4917/salud3a/salud3a.html>

SEMARNAT. *SEMARNAT*. Obtenido de <https://www.gob.mx/semarnat>. 28 de julio de 2017.

SEMARNAT, INECC. *Sistema de Monitoreo de la Calidad del aire*. Salamanca, Gto.: SEMARNAT, 2016.

SEMARNAT, INECC, SINAICA. *Manuales de monitoreo Atmosférico*. Obtenido de <http://sinaica.inecc.gob.mx/pags/guias.php> (13 de mayo de 2018).

TOVAR-GÁLVEZ, J. Pedagogía ambiental y didáctica ambiental: tendencias en el nivel superior. *Revista Brasileña de Educación*, p. 519-537, 2017.

Tovar-Gálvez', J. Pedagogía ambiental y didáctica ambiental como fundamentos del currículo para la formación ambiental. *Revista Brasileña de Educación*, p. 877-898, 2013.

UNESCO. Organización de las Naciones Unidas para la Educación la Ciencia y la Cultura. Obtenido de <https://es.unesco.org/themes/construir-sociedades-del-conocimiento> 4 de abril de 2018.

UNICACH, UNAM y ANEA. Educación Ambiental para la sustentabilidad en México. Tuxtla Gutiérrez: Jaguar, 2008.

UNIVERSIDAD de Guanajuato. *Modelo de la Universidad de Guanajuato y sus modelos académicos*. Obtenido de Universidad de Guanajuato MX: <https://www.ugto.mx/images/pdf/modelo-educativo-y-sus-modelos-academicos-universidad-de-guanajuato.pdf> 30 de octubre de 2016.

VALDÉS- VALDÉS, C. *La educación ambiental y desarrollo sostenible: Estrategias de integración interdisciplinaria curricular e institucional en los programas, proyectos y buenas prácticas en las universidades, escuelas, familias y comunidades en Cuba*. La Habana: Educación Cubana, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Regionals Office for Europe*. Obtenido de <http://www.euro.who.int/en/search?q=material+particulate>. 23 de marzo de 2018.

Sobre os Organizadores

Júlio César Suzuki

Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), onde atua, também, como coordenador. É pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Contato: jcsuzuki@usp.br

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora (Programa PART) na FEA-USP da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos centros de pesquisa lotados na FEA-USP. Contatos: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

Amalia Inés Geraiges de Lemos

Graduada em Geografia - Universidad de Cuyo Mendoza, mestrado e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora convidada da Universidade de Barcelona, coordenadora de projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, coordenadora do convênio de Cartografia Histórica (Universidade de Lyon - França), professora titular da Universidade de São Paulo e professora convidada da Universidade Complutense de Madrid. Contato: amain@usp.br

Sobre os Autores

Amanda Enriqueta Violante Gavira

Profesora de DICIS, Ingeniero Químico, Maestría en Ciencias, Doctoranda en Proyectos, Certificada en Competencias Docentes. Miembro de comisiones Evaluadora, Honor y Justicia, Comités de Ingreso y Permanencia, Revisores y de Evaluación Curricular. Exdirectora de la Escuela de Nivel Medio Superior de Salamanca de la Universidad de Guanajuato. Es evaluadora por el CENEVAL (acuerdo 286). E-mail: amagavira@gmail.com.

Anna Paula Cardoso de Paula Patruni

Pesquisadora e professora, mestre em Sociedade, Cultura e Fronteira, especialista em Direito. E-mail: annapaulapatruni@gmail.com

Elaine Cristina Francisco Volpato

Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Sociedade, Cultura e Fronteira, especialista em Direito. Pesquisadora e professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste em Foz do Iguaçu-PR. Docente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Culturas e Fronteiras – Nível Mestrado e Doutorado. E-mail: elacrisfr@hotmail.com

Fátima Regina Cividini

Enfermeira. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Culturas e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Foz do Iguaçu/PR. Professora pelo Centro Universitário Filadélfia polo Foz do Iguaçu. Contato: cividinifatima@hotmail.com
ORCID 000-0003-4129-7915

Júlio Manuel Pires

Doutor e mestre em economia pela USP, é graduado em economia e história pela mesma universidade. Atualmente é professor doutor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP e professor titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail: jmpires@usp.br

Lilian Pereira

Doutoranda em Ciências Humanas - Diversitas - FFLCH/USP, Mestra em Ciências - Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP, Especialista em Educação à Distância pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo-USP. Membro do Núcleo de Estudos do Capitalismo Dependente - NECAD. Auxiliar de Pesquisas no Centro de Estudos Rurais e Urbanos - CERU/USP. Assistente de Pesquisas no NAP-CERU/USPE-mail: lilian.pereira@usp.br

Paulo Sérgio de Castro

Doutorado em andamento (fase monográfica) pela Universidad de Buenos Aires (UBA) - Argentina. Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Pós-graduado com especialização em Direito Previdenciário, Direito Educacional e Direito Empresarial. Bacharel em Direito (Faculdades Integradas de Guarulhos) e em Administração (Centro Universitário SENAC). E-mail: paulocastro@usp.br

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Doutora em Ciências pelo no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professora na Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuárias – FEA; pesquisadora no CORS (FEA-USP), onde realizou pesquisa de pós-doutorado entre 2015-2017 na Administração e realiza segundo pós-doutorado (2019-2021) no departamento de Economia; pesquisadora no NESPI-USP; avaliadora do Sistema Basis – MEC. E-mail: ritalimadecastro@gmail.com

Valdir Gregory

Pesquisador na área de migrações. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor associado da Unioeste, docente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Culturas e Fronteiras – Nível Mestrado e Doutorado, membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento regional. E-mail: valdirmacgregory@gmail.com